



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O PODER POLÍTICO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A
CONSTRUÇÃO DO AMERICISMO (1928-1935)**

BÁRBARA BEZERRA SIQUEIRA SILVA

Orientador: Prof (a). Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa – PB

Agosto de 2015

BÁRBARA BEZERRA SIQUEIRA SILVA

**O PODER POLÍTICO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A CONSTRUÇÃO DO
AMERICISMO (1928-1935)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof (a). Dra. Serioja Cordeiro Rodrigues Mariano

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa

Agosto de 2015

S586p Silva, Bárbara Bezerra Siqueira.
O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935) / Bárbara Bezerra Siqueira Silva. - João Pessoa, 2015.
157f. : il.
Orientadora: Serioja Cordeiro Rodrigues Mariano
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. Almeida, José Américo de, 1887-1980. 2. História – Paraíba. 3. Americanismo. 4. Culturas políticas.

UFPB/BC

CDU: 981.33(043)

**O PODER POLÍTICO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A CONSTRUÇÃO DO
AMERICISMO (1928-1935)**

Bárbara Bezerra Siqueira Silva

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof/a. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador/a

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof/a. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Externo

Prof/a. Dra. Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

Dedico esse trabalho:

Àquele que sempre me apoia e me incentiva, companheiro de todas as horas. Guinho, essa conquista também é sua;

A Matheus meu pequeno companheiro, que me impulsiona e me dá forças para seguir em frente;

Aos meus pais Pedro Sérgio e Lucineide que mesmo distante sempre me apoiaram e vibraram com as minhas conquistas;

Aos meus irmãos Bruno e Bianca, pois não sei o que seria de mim sem eles sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me dado forças nas horas de desânimo. Ele que nunca falhou e de maneira onipresente me guiou para seguir sempre em frente e não permitiu que eu desistisse dessa empreitada.

Ao meu esposo, que sempre esteve ao meu lado, sempre me incentivou, torceu e vibrou comigo em todas as etapas vencidas. Ele que segurou minha mão e me auxiliou nos momentos mais difíceis, tanto da pesquisa, quanto da vida. Muito obrigada pelo companheirismo de todas as horas. Muito do que consegui foi graças ao seu apoio, e a conclusão do mestrado, é também uma vitória sua.

Aos meus colegas de graduação, que, de certa maneira, sempre me incentivaram durante os quatro anos de curso na cidade de Guarabira, me apoiaram e compartilharam comigo de momentos indelévels que levarei sempre em minhas memórias. Esses que ainda se fazem presentes nas mais diversas conversas e que continuam contribuindo de maneira significativa para a minha formação. A Márcia, Francijane, Roberta, Paulo, Luciano e Juliana, muito obrigada.

Agradeço também aqueles que contribuíram na minha vida acadêmica e na minha formação enquanto historiadora: Aos professores da Universidade Estadual da Paraíba, Ramsés Nunes, Carlos Adriano, Eltern Vale, Paula Rejane, Elson Lira, Carla Oliveira, Elisa Mariana, Joedna Meneses. Um agradecimento especial, a professora Edna Nóbrega que me permitiu conhecer um pouco da pesquisa através da participação em projetos de extensão e de PIBIC, além de uma professora admirável, sempre foi muito doce e prestativa. E também ao professor Martinho Guedes, pois foi ele o primeiro a me auxiliar ainda no momento da escrita do projeto de dissertação, agradeço a sua orientação durante a realização do TCC, as suas inúmeras sugestões de leituras me ajudaram a desenvolver a pesquisa. Provavelmente sem o seu apoio não teria conseguido realizar uma parte deste trabalho, muito obrigada.

À professora Serioja Mariano, pela orientação responsável e precisa. Sem as suas pertinentes observações e o seu toque de mestre, não teria conseguido. Sua presença foi muito importante para a conclusão deste trabalho. Sua paciência e profissionalismo servirão de exemplo em minha vida. É uma professora muito atenciosa e compreensiva, obrigada por tudo.

Ao professor Paulo Giovani, que ainda em 2011, começou a contribuir com esta pesquisa, quando fui sua aluna especial na disciplina “História Política no Brasil Republicano”. Ao auxílio prestado durante o estágio docência, no qual pude aprender muito com sua calma e

atenção com os alunos e principalmente, com a leitura desse texto e as pertinentes observações sugeridas no seminário de dissertação e na qualificação, muito obrigada.

Ao professor José Luciano, pela contribuição prestada, a partir da leitura e de suas considerações durante a qualificação deste trabalho, que muito enriqueceram o estudo que ora se apresenta, obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, Damião de Lima, Raimundo Barroso, Telma Fernandes, Carla Mary, Cláudia Engler Cury, Susel Oliveira, e Nildo Avelino, como também a Jaldes Meneses, responsáveis pelas discussões que fizemos ao cursar as disciplinas, as quais tiveram importância fundamental na elaboração desse trabalho.

Aos colegas de turma, que já eram velhos conhecidos dos corredores da Universidade Estadual da Paraíba e que o mestrado contribuiu para uma maior aproximação, Aline Praxedes, Robson, Isabela Nóbrega, Jorilene, Janaína e Raniere. Àqueles que tive o imenso prazer de conhecer, Luana, Talita, Cinthya, Kátia, Michael, Raphael, Ivan, Silvano, Eduardo, Diogo, Matheus, Hezrom, Victor, Stênio, Aline Cavalcanti, Isabela Carneiro, José Runivaldo, Pedro Henrique e Solange, pelas ideias construídas no decorrer dos dois anos de curso, cada um, contribuiu de alguma maneira para a escrita desse trabalho.

Em especial, um agradecimento a Paulo Hipólito que me acompanha desde a graduação e que com o seu jeito simples e prestativo sempre me ajudou quando precisei; e também a Glaucenilda Grangeiro, a quem tive o prazer de conhecer durante esses dois anos, o seu jeito doce e atencioso ficarão sempre marcados em minha memória.

Aos colegas Bento e Ronald, sempre solícitos e atenciosos, que contribuíram com as suas pesquisas, enriquecendo ainda mais a minha, obrigada.

Aos secretários e coordenadores do programa, que sempre auxiliaram de maneira ímpar, quando precisamos.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudo, que foi de extrema importância para a realização desta pesquisa.

À Fundação Casa de José Américo, ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), e a Biblioteca do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) pelo acesso aos acervos documentais.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a formação do poder político de José Américo de Almeida, conhecido como *americismo*, no período de 1928 a 1935. Para um melhor entendimento desse período discutimos a sua ascensão no cenário da política paraibana, ainda no ano de 1928, a convite do então presidente da Paraíba, João Pessoa. Nesse momento destacamos a sua participação enquanto Secretário de Segurança Pública do Estado, durante a revolta de Princesa, bem como a sua passagem no comando político da Paraíba, após a morte de João Pessoa, a sua participação e atuação na chamada “revolução” de 1930. Em se tratando do crescimento do *americismo* na Paraíba e a atuação de José Américo de Almeida, à frente do governo provisório do Norte/Nordeste, buscamos suporte na história política e no conceito de culturas políticas. Outro período relevante na trajetória de Almeida foi a chegada ao Ministério da Viação e Obras Públicas no governo provisório de Getúlio Vargas, destacando a sua ação no combate à seca e ao flagelo na região, além da utilização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) a favor do crescimento desse grupo político e de seu nome para além das fronteiras do Estado. Também demos ênfase as rearticulações políticas na Paraíba pós-30, buscando entender quais fatores contribuíram para o afastamento de Almeida da política paraibana no ano de 1935. Para a realização desta pesquisa utilizamos o jornal *A União*, dos anos de 1930 a 1934, pesquisamos também no acervo da Fundação Casa de José Américo, onde existe um farto material iconográfico, bem como cartas e telegramas recebidas e expedidas.

Palavras-chave: *Americismo*; Culturas Políticas; José Américo de Almeida.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the formation of the political power of José Américo de Almeida, known as *americismo*, in the period from 1928 to 1935. For a better understanding of this period discussed his ascension in the political scenario of Paraíba, still in the year 1928, at the invitation of the then President of Paraíba, João Pessoa. At that time we highlight their participation as Secretary of Public Security of the State, during the revolt of Princess, as well as its passage in the political command of Paraíba after João Pessoa and their participation and performance in the so-called "revolution of 1930". In the case of *americismo* growth in Paraíba and the performance of José Américo de Almeida, the front of the provisional Government in the North/Northeast, seek support in the political history and the concept of political cultures. Other relevant period in the history of Almeida was the arrival at the Ministry of ways and public works in the interim Government of Getúlio Vargas highlighting its action in combating drought and the scourge in the region, in addition to the use of the Federal Inspectorate Works Against droughts for growth of this group and its name beyond the borders of the State. Also gave emphasis the political post in Paraíba rearticulations 30, seeking to understand what factors contributed to the expulsion of Almeida of politics in the year 1935 Paraíba. To carry out this research use the Union newspaper, the years from 1930 to 1934, research also in the collection of the foundation Casa de José Américo, where there is a rich iconographic material, as well as letters and telegrams received and dispatched.

Keywords: *Americismo*; Political cultures; José Américo de Almeida.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Aliança Liberal
BC	Batalhão de Caçadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista da Paraíba
PRL	Partido Republicano Libertador
PRP	Partido Republicano Paulista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
TCU	Tribunal de Contas da União
UDN	Unidade Democrática Nacional

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1** – Flagelados trabalhando na construção do Açude Santa Luzia (PB). Ano de 1933.....p. 97
- IMAGEM 2** – Flagelados fazendo o carregamento de barro para consertos do leito da estrada. Catolé do Rocha (PB) – Patú (RN). Década de 1930.....p. 97
- IMAGEM 3** – Núcleo Agrícola “David Caldas” – Piauí. Primeira casa para colono construída no núcleo. Ano de 1932.....p. 99
- IMAGEM 4** – Sistema de urbanização dos colonos. Sede da Colônia Agrícola “David Caldas” Piauí – 1932.....p. 99
- IMAGEM 5** – Núcleo Agrícola “David Caldas” – Piauí. Albergue dos flagelados. Ano de 1932p. 100
- IMAGEM 6** – Núcleo Agrícola “David Caldas” – as primeiras casas, construídas ainda com cobertura de palha. Ano de 1932.....p. 100
- IMAGEM 7** – Visita do Ministro José Américo de Almeida – Assistência aos flagelados. Pombal e Souza (PB) – Margem do Rio Piranhas. Década de 1930.....p. 104
- IMAGEM 8** – Visita do Ministro José Américo de Almeida ao acampamento de flagelados em Pombal (PB) – Distribuição de alimentos. Década de 1930.....p. 104
- IMAGEM 9** – Flagelados trabalhando na construção de açude – Ano de 1932.....p. 135
- IMAGEM 10** – Irrigação das Várzeas do açude Icó – Ceará. Canal Principal de drenagem – Ano de 1932.....p. 135
- IMAGEM 11** – Açude São Gonçalo (PB) – setembro de 1933.....p. 136
- IMAGEM 12** – Construção da estrada Boa Vista – Lagoa de Baixo (PB). Década de 1930.....p. 136
- IMAGEM 13** – Estrada João Pessoa (PB) – Goiana (PE). Turma de flagelados no leito da estrada. Ano de 1932.....p. 137
- IMAGEM 14** – Açude Soledade – PB. José Américo de Almeida e outros – 01/05/1932.....p. 138
- IMAGEM 15** – Açude Soledade – PB. José Américo de Almeida, Ruy Carneiro e outros – 01/05/1932.....p. 138
- IMAGEM 16** – Inauguração do Açude Santa Luzia – PB. Setembro de 1933.....p. 139

IMAGEM 17 - Visita do Ministro José Américo de Almeida no Nordeste (flagelados). Pombal e Souza – PB. Margem do Piranhas – Década de 1930.....	p. 139
IMAGEM 18 – José Américo de Almeida e algumas autoridades acompanhando o andamento das obras no Nordeste. Anos 1930.....	p. 140
IMAGEM 19 - Distribuição de água aos flagelados, em que se lê: A luta para receber uma lata d'água. S/d.....	p. 140
IMAGEM 20 – Inauguração da ponte Ministro José Américo de Almeida. José Américo de Almeida e outros políticos. Guarabira-PB – 1933.....	p. 141
IMAGEM 21 – Inauguração do Açude ITANS. Rio Grande do Norte – 02/02/1936.....	p. 141

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Orçamento e Despesa da IOCS/IFOCS (1909-1930).....	p. 83
TABELA II – Açudes construídos na Paraíba entre 1930-1934.....	p. 90
TABELA III – Barragens públicas construídas pela IFOCS durante a gestão do Ministro José Américo de Almeida (1930-1934).....	p. 90
TABELA IV – Barragens construídas em cooperação com a IFOCS durante a gestão do Ministro José Américo de Almeida (1930-1934).....	p. 111
TABELA V – Verbas destinadas a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas durante a gestão do Ministro José Américo de Almeida (1930-1934).....	p. 113
TABELA VI – Quadro comparativo das verbas orçamentárias de 1930 a 1934.....	p. 145

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	IX
LISTA DE IMAGENS.....	X
LISTA DE TABELAS.....	XII

I – INTRODUÇÃO.....	p.14
----------------------------	-------------

CAPÍTULO I - A trajetória de José Américo de Almeida na política: diálogos possíveis.....	p.20
1.1 – Nova História Política e Cultura Política na Paraíba dos anos de 1930.....	p.20
1.2 – História constante, historiografia ausente?.....	p.28
1.3 – O início da carreira pública de José Américo de Almeida.....	p.32

CAPÍTULO II – José Américo de Almeida e o movimento de 1930: A atuação e a construção do americanismo.....	p. 38
2.1 – Início da carreira política e a Revolta de Princesa.....	p. 38
2.2 – José Américo de Almeida e a campanha da Aliança Liberal no Norte/Nordeste: O americanismo começa a firmar suas bases.....	p. 65
2.3 – A liderança política na Paraíba e a breve interventoria.....	p. 74

CAPÍTULO III – O ministro do Norte/Nordeste.....	p. 78
3.1 – O “salvador da pátria”: A atuação do ministro nas obras contra as secas.....	p. 78
3.2 – Consolidação do nome de José Américo de Almeida na política brasileira.....	p. 105
3.3 – O desencanto: José Américo de Almeida afasta-se da política.....	p. 115

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 126
V–REFERÊNCIAS.....	p. 129
VI – ANEXOS.....	p. 134

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória e a base do poder político de José Américo de Almeida, nos anos de 1928 a 1935. O recorte se justifica tendo em vista a ascensão de Almeida na política paraibana, em 1928, período em que atuou no governo do presidente João Pessoa, intermediando o diálogo durante a Revolta de Princesa. Após a morte do presidente da Paraíba, assumiu a interventoria no Estado. Depois foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas e, em 1934, decepcionado com os rumos que a política paraibana havia tomado ocorreu seu breve afastamento político.¹ Entendemos que foi nesse período que começou a se formar a seu grupo político, e através de sua atuação percebemos o fortalecimento da oligarquia que teve José Américo de Almeida como líder político. Portanto, pretendemos abordar a atuação de Almeida e os jogos de poder no cenário da política estadual e no âmbito nacional, observando as práticas de uma cultura política que estavam postas nas primeiras décadas da República, baseada no patrimonialismo, em que o espaço político era controlado por famílias dominantes que administravam o “público” de acordo com seus interesses econômicos. (LEWIN, 1993, p. 282).

Para entender a sua ascensão política e a maneira como Almeida percebeu os acontecimentos se fez necessário a utilização de suas obras literárias. É a partir do discurso construído por José Américo de Almeida que podemos apreender o *lugar social* em que o escritor se insere e assim perceber a influência deste em suas obras e em seu papel político, pois seus escritos dizem muito de seu perfil político e do seu contexto sócio-histórico. Certeau (2002) é quem nos traz o conceito de *lugar social*, para entendermos que todo autor parte de um ponto de vista que o acompanha e, de certa maneira, o define em suas escritas.

O *lugar social* de Almeida é percebido em sua vida pública, iniciada nos anos da década de 1920 cujo contexto foi marcado por crises econômicas, sociais e políticas não só na Paraíba, mas em todo o país. Nascido no município paraibano de Areia e filho de família com tradições políticas, foi também nos anos 1920 que surgiram os primeiros escritos do intelectual, que carregam em si as preocupações do momento em que vive, ou seja: o processo de modernização

¹ Utilizamos o termo “breve afastamento político”, pois em 1934 José Américo pediu exoneração do cargo de ministro da Viação e Obras Públicas alegando já ter cumprido o seu dever. Foi eleito senador pela Paraíba, assumindo a função por apenas 3 meses, de onde seguiu para o Tribunal de Contas da União já em 1935 a convite de Getúlio Vargas de onde saiu em 1937 para candidatar-se a Presidente da República. Para saber mais, vide: LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **José Américo de Almeida**. Paraíba: Nomes do Século. Série História, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

e a unidade nacional. Quando se fala em José Américo de Almeida o que vem à cabeça de boa parte das pessoas é o papel que ele desempenhou como escritor. *A Bagaceira* (1928), romance nacionalmente conhecido, fala dos problemas sociais ocasionados pela seca e pelo cangaço na região Nordeste, denunciando a miséria à qual os sertanejos estavam submetidos. Coincidentemente, o referido livro foi lançado em 1928, ano relevante para a atuação política de Almeida, pois foi quando passou a auxiliar o presidente João Pessoa como Secretário do Interior e Justiça e Secretário de Segurança Pública, no governo do Estado (1928-1930).

Já pouco antes de 1928, José Américo de Almeida teve algumas passagens pelo cenário político da Paraíba. Contudo, se considerarmos a extensão da sua atuação política, o que temos são pistas soltas de como se dera a construção da sua base de poder político – o *americismo*² – o que só aconteceu após a morte de João Pessoa, quando José Américo de Almeida assumiu o controle político do Estado. Dessa maneira, a pesquisa está centrada na discussão em torno da formação desse grupo político enquanto base de poder de Almeida, percebendo as relações estabelecidas com o estado getulista, que favoreceram o seu fortalecimento na Paraíba, e de seu nome em toda a região Norte/Nordeste³ do país.

O interesse em pesquisar o tema, deu-se, após a constatação de que a historiografia paraibana coloca a atuação política de José Américo de Almeida como complementar aos acontecimentos pós-1930 na Paraíba, com o assassinato do então presidente João Pessoa, boa parte dos estudos sobre o período, visam destacar a atuação deste no Estado paraibano e as consequências de sua morte para a história da Paraíba do ano de 1930. As leituras feitas apontaram-nos que a influência política de Almeida perdura por todos os “principais” acontecimentos colocados em xeque pela historiografia; por isso a proposta de se estudar a formação do *americismo* enquanto base política de José Américo de Almeida se justifica pela ausência de um estudo mais aprofundado sobre a temática.⁴

² Denominação utilizada pela historiografia paraibana para caracterizar a base política que teve José Américo de Almeida como líder. A exemplo vide: SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999.

³ Para o período estudado (1928-1935) as regiões denominadas hoje de Norte e Nordeste eram utilizadas apenas o termo Norte. Quando utilizarmos o termo Norte/Nordeste estaremos nos referindo as regiões de maneira separada, tal qual entendemos hoje. Utilizamos do termo Nordeste nesta pesquisa por estar abrangendo principalmente os estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, esses que hoje entendemos como pertencentes a região Nordeste. Para saber mais a respeito dos conceitos de região e as diferenças entre Norte e Nordeste, vide: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. 2ª Edição. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

⁴ O início da formação do *americismo* será abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Dentre os autores que escreveram sobre os anos 1930, que não destacaram a formação da base política de José Américo de Almeida estão os trabalhos de Lewin (1993), Rodrigues (1978) (1989), Raposo (2006) entre outros.

A história da política paraibana no início da República foi marcada pela presença dos grupos políticos, o mais conhecido e melhor estudado foi o grupo da base política de Epitácio Pessoa, conhecido como epitacismo, que comandou os ditames políticos de 1915 até 1930⁵, em substituição a esse se deu a ascensão do grupo político de José Américo de Almeida, o americismo, que comandou a política paraibana desde os anos 1930, após a morte de João Pessoa, e teve seu ápice nos anos 1950 quando Almeida foi eleito governador do Estado.

Sendo assim, a nossa dissertação está dividida da seguinte maneira: No primeiro capítulo **A trajetória de José Américo de Almeida na política: diálogos possíveis**, o primeiro ponto – **Nova História Política e Cultura Política na Paraíba dos anos de 1930** –, discutimos acerca dos conceitos da nova história política, em que procuramos entender a cultura política presente na Paraíba dos anos 1930, percebendo como a renovação nos estudos sobre política possibilitaram compreender melhor esse período. Já no segundo ponto – **História constante, historiografia ausente?** – descrevemos os aspectos metodológicos com uma explanação sobre as fontes e documentos utilizados na elaboração do trabalho, destacando a historiografia voltada para a temática e percebendo essa história constante em torno do período e a historiografia ausente sobre a formação do americismo. Finalizamos o primeiro capítulo discorrendo sobre o início da carreira pública de José Américo de Almeida, em que fizemos uma breve descrição sobre a vida de Almeida antes do momento de sua chegada à política paraibana, para assim tentar entender como se deu seu crescimento como escritor e depois, o da sua figura política. Para tal utilizamos como bibliografia, do próprio José Américo de Almeida, o livro *Memória: antes que me esqueça* (1976); a entrevista concedida a Aspásia Camargo, transformada em livro (1984) – *O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida*; de Joacil de Brito Pereira (2010) – *José Américo de Almeida: A saga de uma vida*; a dissertação de mestrado de Jivago Correia Barbosa (2012) – *Política e Assistencialismo na Paraíba: O Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)*.

No segundo capítulo – **José Américo de Almeida e o movimento de 1930: A atuação e a construção do americismo** – a figura de Almeida como político passa a ser objeto principal da pesquisa, destacando o início de sua carreira no governo do presidente João Pessoa e os primeiros movimentos nos anos de 1930 na Paraíba. No **Início da carreira política e Revolta de Princesa**, discutimos como se deu o começo de sua vida política percebendo suas ações

⁵ Para saber mais sobre Epitácio Pessoa e a atuação de seu grupo político, o epitacismo, ver: LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993; GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994; MELO, Fernando. **Epitácio Pessoa**: uma biografia. 2ª Ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

enquanto secretário do governo estadual, a inserção do Estado na chapa da Aliança Liberal, mostrando como José Américo de Almeida percebeu tal acontecimento e como ele se posicionou a partir do momento que assumiu o comando da “revolução”⁶ no Estado. Tomando a frente do movimento na região, sua base política começou a ser formada e o americanismo passou a ser bem visto em praticamente toda a Paraíba. Tal momento é de suma importância para a formação dessa base de poder, uma vez que foi a partir dessa movimentação que Almeida começou a articular com seus futuros correligionários e, também, foi a partir daí e dos momentos que se seguiram que a população passou a conhecer o ponto de vista desse político.

Nesse primeiro subtema também abordamos a Revolta de Princesa. Mostramos como esse acontecimento contribuiu para que José Américo ganhasse destaque a nível nacional e também como os acontecimentos subsequentes foram importantes para que o americanismo alavancasse como sua base política e comesse a ganhar seguidores. Os dois próximos pontos do capítulo estão, de certa maneira, interligados, no segundo – **José Américo de Almeida e a campanha da Aliança Liberal no Norte/Nordeste: O americanismo começa a firmar suas bases** – destacamos como a atuação de Almeida, enquanto Secretário de Segurança Pública, em concomitância com a campanha da Aliança Liberal na região Norte/Nordeste do país serviram para impulsionar a sua carreira política e assim colocar o americanismo como um grupo político influente e de importância não só para o Estado da Paraíba, mas também para a política nacional. Assim entramos no terceiro ponto do segundo capítulo – **A liderança política na Paraíba e a breve Interventoria** – abordando o período após a morte de João Pessoa e pós “movimento revolucionário” de 1930, em que José Américo de Almeida tornou-se líder civil da “revolução” e após o “golpe” quando o Estado passou a ser governado por Almeida, na figura de interventor. Apresentamos uma discussão sobre a breve liderança política de José Américo de Almeida e como se deu a transição para a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932), no momento em que Almeida tomou posse no Ministério da Viação e Obras Públicas. Para tal, dialogamos com as dissertações de Guaracy Medeiros de Assis (2005) – *“A Paraíba pequenina e doida”: José Américo e a Revolução de 30* – e a de Martinho Guedes dos Santos Neto (2007) – *Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na*

⁶ Usamos o termo revolução por ele ser mais frequentemente utilizado pela historiografia brasileira para denominar o movimento de 1930, porém entendemos que revolução é um conjunto de ações que buscam a mudança política através de uma ruptura com a ordem anteriormente vigente. Como fala Hobsbawm (2010), revolução é tudo aquilo que modifica e interfere na sociedade de maneira radical em todos os seus aspectos – político, econômico e social. Nesse sentido, aqueles que conduziram o movimento na Paraíba não buscaram alterar as relações de produção nem substituíram as oligarquias por outra classe social no domínio político do Estado, pelo contrário, as velhas práticas continuaram agora com novos nomes. Por isso, sempre que nos remetermos ao termo revolução usaremos o mesmo entre aspas.

Paraíba (1930-1932) –; a monografia de Bento Correia de Sousa Neto (2012) – *Governo interventorial na Paraíba pós-30: A administração de Gratuliano de Brito (1932-1934)*, além de livros do próprio José Américo de Almeida.

Tanto no primeiro quanto no segundo capítulo, o livro de memórias *O Ano do Nego* (1978 [1968]) mostrou-se um importante relato dos momentos vividos pelo próprio Almeida, e assim foi utilizado de maneira ponderada, uma vez que suas memórias são um ponto de vista sobre o acontecido, não podendo ser absolutizada em seu conteúdo pelo leitor. Também serviram de base os dois livros de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1978) e (1989) – *A Revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)* e *A Gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)* – o de Linda Lewin (1993) – *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar* – o livro de Eliete de Queiroz Gurjão (1994) – *Morte e Vida das Oligarquias* – e o livro de José Luciano de Queiroz Aires (2013) – *A fabricação do mito João Pessoa: Batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*.

No terceiro capítulo – **O ministro do Norte/Nordeste** – Começamos abordando a atuação de José Américo de Almeida enquanto ministro da Viação e Obras Públicas, dando ênfase às obras desenvolvidas contra as secas na região Nordeste e, principalmente, na Paraíba. Percebendo o caráter personalista de Almeida com a presença direta e pessoal no trato com a situação, não cabendo apenas aos interventores o papel de fiscalizar tais obras. Utilizamos o conceito de “salvador da pátria” desenvolvido por Raoul Girardet (1987) em seu livro *Mitos e mitologias políticas* para discutir como o ministro se posicionava em relação a sua atuação para com o povo. Momento ao qual, o ministro conseguiu se popularizar para além de seu Estado,⁷ toda a região sentiu a importância do trabalho desenvolvido por Almeida em união com os interventores.

Tomando como base a sua atuação enquanto ministro da Viação e Obras Públicas, abordamos no segundo subtema do capítulo – **Consolidação do nome de José Américo de Almeida na política brasileira** – como se deu a consolidação de seu nome enquanto político influente não só na Paraíba, mas também em todo o país, e finalizamos o trabalho – **O desencanto: José Américo de Almeida afasta-se da política** – falando sobre as recomposições políticas no pós-1930 no Estado paraibano, momento em que buscamos compreender o que contribuiu para que o Ministro se descontentasse com os rumos que a

⁷ Além da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco foram beneficiados com as obras de combate as secas.

política paraibana havia tomado e que colaboraram para o seu “breve” afastamento da política no ano de 1935.⁸

Além das referências citadas, também se mostraram importantes na pesquisa a utilização das fontes primárias como o jornal *A União* publicado entre os anos de 1930 e 1934, bem como as correspondências políticas do próprio José Américo de Almeida, enviadas e recebidas a políticos de todo o Brasil. Analisamos também os relatórios de governo⁹, que forneceram elementos necessários a compreensão das linhas mestras que orientavam os propósitos das relações políticas de Almeida. Analisamos também o Jornal *Correio da Manhã*, em que José Américo de Almeida concedeu entrevista ao completar o primeiro semestre de sua administração a frente do Ministério da Viação, além de recortes dos jornais *Brasil Novo* e do próprio jornal paraibano *A União*.

Conceitualmente, o trato investigativo das fontes propõe ser norteado pela cultura política construída na Paraíba pós-1930. Embora a construção das bases do poder político de José Américo de Almeida estejam inseridas em um contexto gradativo de centralização administrativa, ele não abandonou a característica personalista de poder recorrente na política estadual, essa que foi acentuada com a chegada de Getúlio Vargas à presidência.

⁸ Sobre esse “breve” afastamento vide nota de número 1 na página 14 deste trabalho.

⁹ Entre os relatórios de governo estão informes do DNOCS sobre a construção de barragens na região nordeste; relatórios do governo provisório da Paraíba destacando os primeiros anos da administração nos anos de 1930 a 1932; e o relatório do governo de Gratuliano Brito, entre outros que contribuíram para a análise das ações de José Américo de Almeida enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas.

CAPÍTULO I

A trajetória de José Américo de Almeida na política: diálogos possíveis

1.1 – Nova História Política e Cultura Política na Paraíba dos anos 1930.

Por muito tempo a história esteve atrelada à política, principalmente àquelas narrativas que davam destaque aos grandes acontecimentos, aos grandes homens e as grandes batalhas. O historiador desempenhava o papel de narrador dos fatos, fazia apenas uma apologia à história gloriosa das nações europeias. Cittadino afirma que a Escola dos *Annales*, juntamente com o marxismo passaram a tecer críticas a essa precariedade de possibilidades de análises da

(...) história política tradicional voltada para os grandes acontecimentos da história e para a reprodução da vida dos grandes homens e dos grandes heróis. Esta posição crítica começa a se modificar a partir dos anos 70-80 com a idéia do retorno da história política, a chamada “nova história política”, que traz a renovação no sentido de novos objetos e abordagens da história política dentre as quais assume relevo a discussão do papel do indivíduo na história, ou seja, a relação entre sujeito e sociedade. (2007, p. 48)

Assim como a autora, Guedes (2012) também nos fala do processo de atualização da história política a partir da década de 1970 devido a influência da antropologia, linguística, ciência política, direito, entre outros, seguindo as mudanças ocorridas na história cultural. Em 1974 foi confiado a Jacques Julliard escrever sobre o que poderia ser a história política como uma opção da trajetória da Escola dos *Annales*. Ele iniciou seu estudo tratando da política como objeto de estudo da história e pregando a transformação da história política dentro das tradições dos *Annales*, com uma abertura às ciências sociais, a longa duração e a quantificação.

No texto *A Nova História do Poder Político e a Cultura Política*, Guedes (2012) tem como objetivo discutir os aspectos da nova orientação da história política, mostrando como se deu essa atualização e também faz uma discussão sobre essa noção de cultura política. O autor inicia seu texto falando que a história política está dividida em três etapas. A primeira situa-se antes do advento dos *Annales* caracterizando-se por ser mais episódica e narrativa, assim como Jacques Julliard fala, próxima à história narrativa tradicional, contada cronologicamente e de maneira biográfica, destacando o feito dos grandes políticos. A segunda etapa de acordo com Guedes situa-se entre os anos de 1929 e a década de 1970, momento em que a história política perdeu seu prestígio e que uma história socioeconômica passou a ser mais difundida e divulgada devido à renovação historiográfica dos *Annales*. Esse momento descrito por Guedes (2012)

seria aquele que Jacques Julliard definiu como sendo uma sociologia histórica do poder, em que estrutura, estratégias e linguagem do poder tornam-se mais importantes do que o estudo dos seus efeitos. A terceira etapa situa-se no período posterior à década de 1970 e é caracterizada pela renovação da história política.

Desde a ascensão da Escola dos *Annales* no ano de 1929, críticas são feitas a historiografia tradicional para que haja uma renovação na maneira de se escrever a história, essa criticidade aumentou, principalmente, nos anos de década de 1970, antes apenas a política era vista como forma de poder e os sujeitos políticos vistos como sujeitos históricos – sujeitos políticos esses relacionados àqueles que exerciam o poder, os que mandavam e desmandavam no jogo político. Como destacou Cittadino (2007), habituou-se escrever sobre os reis, imperadores, presidentes e governadores, esquecendo-se daqueles sujeitos que participavam do jogo político, mas indiretamente, em segundo plano, os eleitores, a população no geral. Com a renovação da história política, a atuação dessas minorias passou a ser melhor estudada. A nova história política continua escrevendo sobre as elites, porém o que mudou foi o tipo de abordagem dada ao fato histórico.

Juntamente com a renovação da história política e sua articulação com a história cultural surgiram os estudos relacionados à Cultura Política, mas precisamente após a Segunda Guerra Mundial no centro da Ciência Política dos Estados Unidos dos anos de 1960. A origem do conceito de cultura política remonta a Gabriel Almond e Sidney Verba, que “definiram o conceito tendo como pressuposto a idéia da fusão das abordagens sociológicas, antropológicas e psicológicas para o estudo dos fenômenos políticos correntes em uma dada sociedade” (CITTADINO, 2007, p. 51-52). Para esses autores a cultura política seria toda “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população” (ALMOND & VERBA apud KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999, p. 227-228)¹⁰

Dessa maneira o estudo da história saía apenas do individual – ação do rei ou do presidente – e partia para o estudo do social. Ângela de Castro Gomes afirmou que “(...) uma cultura política era entendida como um ‘conjunto de orientações’ – abarcando crenças, valores e sentimentos –, que atuava sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos” (2005, p. 28). Sendo assim, percebe-se que a autora conclui que quando o conceito de cultura política é utilizado pelos estudos antropológicos, o termo cultura “é investido de uma força especial”, com significados que dão sentido as percepções dos homens sobre a realidade social.

¹⁰ Para saber mais sobre as contribuições de Almond e Verba, vide: KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura política e antropologia da política. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

Já em relação à história o processo se deu de maneira um pouco diferenciada, uma vez que partiu de uma nova concepção da história política e cultural em que o conceito de cultura política permite explicar e interpretar o comportamento político de atores individuais e coletivos, “privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, seguindo seus próprios códigos culturais” (GOMES, 2005, p. 30).

A cultura política enquanto categoria foi sendo apropriada pela nova história política e foi ganhando mais potencialidade, dessa maneira a ideia do conceito, de cultura, da antropologia, foi fundamental para o estudo da cultura política dentro dessa nova história política, havendo assim uma expansão das fronteiras da categoria política. Gomes definiu cultura política como sendo

(...) “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração. (2005, p. 31)

Com essa nova concepção a ideia é a de se aplicar à história política os questionamentos provenientes das ciências humanas e sociais, da ciência política e dos novos acontecimentos propostos pela história cultural. Serge Bernstein (2009) afirma “que os atos e os comportamentos de atores políticos como os cidadãos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações” (p. 30-31). Roger Chartier definiu esse conceito em três pontos, como mostra Gomes,

(...) primeiro, as representações coletivas incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e *performances* simbólicas através da imagem, do rito (...); finalmente, a ‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (2005, p. 32, grifos da autora)

Apesar da influência que a história política sofreu durante a segunda metade do século XX, continuou-se a difundir a ideia de uma história política precária e factual até a década de 1970, quando enfim com a terceira geração dos *Annales* e a difusão de uma nova maneira de se escrever a história, partindo de uma nova abordagem e de novos métodos, com a inserção de

novos sujeitos é que a história política, agora nova história política passou a ser vista com “bons olhos”, uma vez que, partindo dos pressupostos da cultura política – sem se reduzir apenas ao conceito inerente a cultura política –, novos sujeitos passaram a ser estudados, bem como suas ações, comportamentos e vontades.¹¹ Barbosa corrobora afirmando que

O exercício historiográfico utilizando o conceito de cultura política ampliou ainda mais os estudos sobre o universo da política. O Estado, a partir do olhar dessa ‘nova’ história política não seria mais o centro das atenções, a única e exclusiva formuladora e mantenedora das ações políticas, com as suas leis e seus governantes. (2012, p. 24)

Monique Cittadino (2012, p. 16) explicou que esse interesse pelo estudo da história política, no Brasil, se deu “paralelamente à ampliação dos estudos sobre o período republicano, acompanhando o movimento de associação entre história política e história do presente”, principalmente a partir dos anos 1980 após a redemocratização do país, momento em que surgiram as preocupações em se analisar e entender os efeitos da ditadura militar na vida dos brasileiros. A autora nos mostra como o uso da cultura política pelos historiadores colaborou para a pesquisa e a escrita dessa nova história política, uma vez que

(...) o conceito de cultura política, durante largo tempo, foi utilizado prioritariamente pela ciência política, (...) até que, a partir dos anos 90 passou a ser apropriado pelos historiadores, que comungando das críticas feitas à formulação inicial do conceito, buscaram a sua renovação/reinterpretação, absorvendo perspectivas de análises diferenciadas e focadas em objetos múltiplos. No âmbito da produção historiográfica, o conceito de cultura política passou a ser incorporado sobretudo pela Nova História Política, contribuindo para a ampliação da riqueza e sofisticação da análise do universo da política. O estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, deixa de se restringir às questões políticas formais, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho de Estado e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) e entre estes e o Estado, a exemplo de suas percepções, visões de mundo, valores e sentimentos. (CITTADINO, 2007, p. 53)

¹¹ Para saber mais a respeito dos conceitos de cultura política e sobre a nova história política, vide: BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: Revista Brasileira de História. n° 23/24. São Paulo: ANPUH, 1991, p. 7-18; FALCON, Francisco. História e Poder. In: **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89; GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41; JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37; RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36 e ROSANVALON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 67-101.

Para Motta (2011), em meados do século XX a história política era “mal vista” por alguns historiadores, para mudar essa percepção foi preciso alargar a visão do que seria essa história política, abarcando temas mais próximos da história cultural. Além de se estudar as instituições políticas, as disputas pelo poder e o poder do Estado, é preciso estudar o cultural no político, que seriam as representações políticas, aquilo que os projetos políticos elaboram para conseguir a adesão da população. Para o autor a cultura política brasileira teria como traço marcante “a busca da negociação, da conciliação e de arranjos que evitem rupturas”, um forte apelo a moderação. A predominância das relações familiares, laços tradicionais de família e de compadrio é que acabam interferindo no jogo político. O que não é diferente na política paraibana da primeira república, percebemos claramente no movimento “revolucionário” de 1930 que apenas alguns nomes de governantes mudam, toda a estrutura política continua praticamente intacta, os velhos vícios continuam, tanto que o golpe tão esperado pelos aliancistas, se dá sem muitas resistências.

Motta (1996) destaca ainda que os novos objetos de estudo da história política se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase é trabalhar no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores dos indivíduos. Então o conceito de cultura política “pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças linguagens e imaginários, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (p. 95)

Além desse conceito de cultura política, a nova história política também incorporou em seu estudo o uso da biografia como temática. De acordo com Schmidt (2012, p.187-205), a biografia passou um certo tempo no ostracismo, por ser considerada pelos historiadores um gênero menor e antiquado, com a renovação da maneira de se escrever a história, o gênero biográfico passou a ter destaque na historiografia. Na antiguidade as biografias mantinham um elo com a imaginação, a ideia era a de “construir narrativas sobre personagens reais que transmitissem lições de vida aos leitores, ainda que à custa do sacrifício da verdade.” (p. 188). Os biógrafos escreviam sobre seus governantes como modelos de conduta ou como modelos que não deveriam ser seguidos, destacando seus vícios – a exemplo de Tito e de Calígula. O objetivo das biografias era moral, ofereciam aos leitores uma série de ações que deveriam ou não ser seguidas. O mesmo se deu durante a Idade Média com as hagiografias¹² destacando as virtudes dos santos e servindo como um meio para educar os leitores.

¹² Sobre as hagiografias, Schmidt (2012, p. 188) fala que “Tal função moral da biografia e sua separação da história persistiram na Idade Média, período em que floresceram as hagiografias, as vidas de santos, as quais guardavam igualmente um objetivo pedagógico, no sentido de oferecerem aos leitores/ouvintes (já que os textos

No período renascentista, abriu-se um leque para as possibilidades daqueles que poderiam ser biografáveis, o exemplo continuou a ser destacado, porém “fortaleceu-se a tensão entre a ideia do indivíduo como exemplar e a ideia do indivíduo como único” (BURKE *apud* SCHMIDT, 2012, p. 189). A partir dessa tensão surgiu a figura do herói, em que as qualidades singulares deste passaram a ser destacadas. Já no século XVIII, a ideia do herói foi substituída pela do “grande homem”, “aquele que servia à pátria e à humanidade de modo incondicional, inclusive com o sacrifício da própria vida” (SCHMIDT, 2012, p. 189). Já o século XIX foi marcado por um intenso debate a respeito do “indivíduo na história”, para a historiografia oitocentista a biografia também não teve destaque, uma vez que preferiu-se “investir em entidades despersonalizadas e/ou coletivas ao indicar os sujeitos e formular os nexos causais de suas narrativas: a nação, o Estado, a civilização, o povo, o meio geográfico, a raça” (p. 191), ela serviu apenas para complementar o civismo e o patriotismo dessas nações em construção, a biografia aparecia aqui como uma auxiliar para a história.

No século XIX, apesar da descoberta das forças das multidões, o indivíduo tornou-se “fonte de inspiração e objeto de reflexão” (p. 191). Segundo Schmidt, com o nascimento da sociologia, cresceu o interesse em entender o funcionamento da ação coletiva para a sociedade, os sociólogos passaram a criticar o destaque ao “ídolo individual” e àquelas pesquisas “em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, (...)” (2012, p. 191). Foram essas críticas que influenciaram os fundadores da Escola dos *Annales*. De acordo com o autor, “após a década de 1950, verificou-se o avanço da história quantitativa e serial. Nessa concepção, as ações individuais (...) serviam apenas como dados para a construção de amplas séries estatísticas, percebidas como as únicas capazes de captar os movimentos de média e longa durações (...)” (p. 192).

Entre as décadas de 1980 e 1990, a “redescoberta” do gênero biográfico, tornou a biografia uma forma legítima de se escrever e de se compreender a história, essa volta da biografia está relacionada com o avanço das pesquisas da história-memória, em que os personagens do passado ressurgem como “referências para os homens do presente e/ou como ícones de um passado idealizado (...)” (p. 193). Alguns historiadores da “Nova História” como Georges Duby e Jacques Le Goff, por exemplo, dedicaram obras importantes a personagens individuais, estes autores encontraram no estudo biográfico, outra forma de compreender os contextos sociais no qual viveram os personagens enfocados. Isso também se deu com E. P. Thompson e Christopher Hill, historiadores marxistas britânicos em que a escrita biográfica

hagiográficos eram lidos em voz alta nas celebrações religiosas) modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé”

serviu para destacar “a ação individual nos processos históricos como forma de questionar o determinismo do marxismo estruturalista.” (p. 193).

No Brasil, a biografia encontrou apoio com a fundação do IHGB em 1838. A ideia de centralização do país e divulgação da nação ideal deram suporte ao gênero biográfico no país. O uso da biografia pelos historiadores do IHGB era “o de servir como ‘matéria prima’, como subsídio para projetos historiográficos mais amplos (...)” (p. 200), para a escrita da história nacional, pois esta não deveria ser baseada na ação individual. Schmidt (2012, p. 200) afirma que “(...) a escrita biográfica produzida no Brasil no século XIX vinculava-se ao regime de historicidade da história *magistra vitae*, cujo objetivo, (...), era estimular nos leitores a imitação das ações dos ‘grandes homens’ do passado”. Com a renovação historiográfica, os historiadores brasileiros apostaram na biografia como uma maneira “de repensar interpretações consagradas sobre a história brasileira a partir dos percursos de determinados indivíduos em contextos específicos” (p. 202).¹³ Dessa maneira, pensando nessa possibilidade que abordamos a biografia de José Américo de Almeida e sua trajetória política.

É nessa perspectiva da história política republicana que se insere o estudo da formação da base política de José Américo de Almeida, percebendo as várias possibilidades de expressão do poder, seja através da apropriação dos espaços públicos pelo grupo oligárquico, ou através do papel desempenhado pelo líder político, bem como da utilização do fenômeno natural da região, a estiagem que origina a seca, para estruturar uma indústria que desse suporte a manutenção desse poder local.

No que concerne a história da Paraíba, os estudos acerca da política, nos anos da década de 1930 foram muito abordados, destacando a atuação do presidente João Pessoa, seus feitos e sua importância para a história do Estado. A partir das ideias defendidas pela nova história política, os acontecimentos de 1930 não só na Paraíba, mas em todo o país passaram a ser mostrados de maneira diferenciada. A ideia de “revolução de 30” começou a ser questionada, a mitificação e heroização de João Pessoa através dos jornais e da memória das pessoas, começou a ser estudada e a atuação de outros agentes políticos passou a ser também destacada.

A cultura política que persistia na Paraíba pós-1930 tinha com elemento norteador uma cultura de poder personalista com uma base de poder correligionado, assentada na perspectiva

¹³ Para saber um pouco mais sobre o gênero biográfico vide: SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205; LEVILLAINA, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 141-184; LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001; BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

do clientelismo, compadrio e do patrimonialismo. A exemplo disto situa-se a construção das bases de poder do americanismo, a qual teve como líder político a figura de José Américo de Almeida, que embora, tal construção estivesse inserida em um contexto gradativo de centralização administrativa não abandonou a característica personalista de poder recorrente na política estadual. Santos Neto, afirmou que

[...] conformações de uma cultura política de grupo. O particularismo da política paraibana, sobretudo, na Primeira República, foi desenhando a partir do personalismo individual de homens que se colocaram como os “capazes” de conduzir a política estatal paraibana. O personalismo de Álvaro Machado e de Eptácio Pessoa consolidaram hábitos e vícios políticos de grupos oligárquicos como expressão da coletividade social. A representação política do Estado se configurou como produção de um bem público particular, cuja identidade política esteve na base do reconhecimento estreito coletivo (...), ou seja, as ações da política estadual concentrada, ora pelo alvarismo, ora pelo eptacismo, passaram a se constituir como uma tradição política personalista, pois o poder, na Paraíba da Primeira República, foi colocado como pertencimento e avançou apenas no sentido de consolidar a representatividade negociada e parental. (2012, p. 90-91)

Antes de 1930, a política paraibana esteve norteadada pelo personalismo de Álvaro Machado e de Eptácio Pessoa¹⁴ em que os resultados dependiam das vontades ou interesses desses chefes. Após a morte de João Pessoa, José Américo de Almeida assumiu a liderança política no Estado e o americanismo passou a ser o grupo político que emanava o poder, porém isso se deu de forma diferenciada, uma vez que Almeida não se figurava como aquele líder político que tomava todas as decisões e que para tudo precisaria ser consultado, em que os resultados não dependiam das vontades e interesses dele, mas mesmo não se figurando como chefe político de influência, todos os governantes – interventores – que vieram no pós-30 estavam de alguma maneira ligados ao grupo político de José Américo, o americanismo.

Desde o período colonial, as relações familiares – ou o familismo – se fizeram presentes na política paraibana, com suas estratégias mudando de acordo com o contexto que estavam inseridas. No início da República, a disputa familiar foi o que marcou a política estadual, este costume foi sendo modificado ao longo dos anos, porém apenas reestruturado, pois os novos grupos políticos que ascendiam tinham seus antecedentes sob a perspectiva patrimonialista.

¹⁴ Álvaro Machado foi o segundo governador da Paraíba no período republicano, foi o responsável pela montagem do grupo oligárquico que trilhou os rumos da Paraíba republicana de 1892 até 1912 – o alvarismo –; fundou o Partido Republicano da Paraíba (PRP) e conduziu a política paraibana em favor dos seus correligionários, como chefe supremo até sua morte em 1912. Eptácio Pessoa assumiu a liderança política do estado de 1915 até 1930, e foi presidente da república de 1919 a 1922. Ao consolidar o eptacismo, ditou os caminhos da política estadual pelo que ficou conhecido como “Ordem de Eptácio”, cujo direcionamento dividiu politicamente a Paraíba entre os que eram a favor de Eptácio ou contra ele. (SANTOS NETO, 2012, p. 90)

Antes da “revolução de 1930”, as famílias que dominaram a política paraibana foram os Neiva-Pessoa *versus* Machado-Leal. Após esse período de crise surgiram novos nomes, dentre eles está o de José Américo de Almeida, porém esses novos nomes são herdeiros de práticas políticas bem anteriores a eles, têm suas tradições ligadas às antigas oligarquias, como destaca Cittadino:

A Revolução de 30, esse por um lado representou o fim do Estado Oligárquico e, conseqüentemente, o fim do coronelismo enquanto sistema político nacional. Por outro, no Nordeste e, sobretudo, em estados como a Paraíba, não significou uma alteração na estrutura do poder local, nem tampouco a desagregação do coronelismo enquanto sistema de dominação. (CITTADINO *apud* ALVES, 2012, p. 55)

Dentre esses, destacamos José Américo de Almeida que, após a morte de João Pessoa assumiu a interventoria do Estado por um breve período de um pouco mais de um mês – de 04/10 a 26/11/1930 – deslocando-se posteriormente para o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas. Foi no período getulista que o americanismo ganhou força não só dentro do Estado paraibano, mas também em todo o país. As trocas de favores colaboraram para que esse grupo político conseguisse se impor na região, bem como as ações voltadas ao combate à seca e a estiagem na região norte/nordeste contribuíram para que a figura de José Américo de Almeida ganhasse destaque.

Depois dessa breve explanação sobre os conceitos de cultura política e nova história política, os quais nortearam a pesquisa, vamos agora fazer uma breve apresentação das fontes e da metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa e em seguida iniciaremos a discussão sobre a vida pública de Almeida.

1.2 – História constante, historiografia ausente?

Muitos autores escreveram sobre os anos da década de 1930 e seus acontecimentos, porém, poucos destacaram a atuação de José Américo de Almeida e a construção do americanismo. Via de regra, as abordagens ressaltaram a atuação de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal e da “revolução de 1930”. Esses autores tinham como objeto de estudo uma abordagem nacional sobre essa temática, a exemplo de Boris Fausto (1981) em *A Revolução de 1930: historiografia e história* e Edgar Salvadori de Decca (1986) em seu livro: *1930: o silêncio dos vencidos*. Na Paraíba não é diferente: para todo esse interim, seus atores foram relegados ao

segundo plano devido à morte de João Pessoa,¹⁵ o que não significa dizer que a historiografia paraibana tenha desconsiderado o papel de José Américo de Almeida no governo João Pessoa. O que percebemos, por exemplo, nos livros de Horácio de Almeida (1978 [1966]) *História da Paraíba*, bem como em *A Paraíba na Primeira República* de Oswaldo Trigueiro (1982), no livro de José Octávio de Arruda Mello (1984) *A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 1930*, entre outros.

O ano de 1930 é conhecido na historiografia como o ano da construção do mito João Pessoa e da importância deste para a história do Estado e também do Brasil por sua morte ser considerada o estopim da “revolução”. Isso se deu após o seu assassinato devido a conjuntura política que se impôs, esse mito foi criado e teve forças para ser legitimado. Dois autores tratam dessa temática em torno da construção da imagem de herói do presidente morto João Pessoa. José Luciano de Queiroz Aires (2006) em seu trabalho: *Inventando tradições, construindo a memória: a “Revolução de 1930” na Paraíba*, mostra a “revolução de 1930” a partir da construção dessa memória mitificada em torno dessa morte. Já Genes Duarte Ribeiro (2009) em seu trabalho *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*, mostra como os jornais agiram para que a ideia de João Pessoa como mártir, como sendo aquele que tudo fez pelo seu Estado, fosse construída.

O pós-morte de João Pessoa foi marcado na Paraíba pela busca da formação do mito de santo e/ou herói do presidente e, para isso, vários são os setores políticos e sociais que trabalham para essa construção, entre eles está a Aliança Liberal que passou a criar tradições e lugares de memória em busca de heroizar a imagem do presidente.

Este momento é de suma importância para a formação da base de poder político de José Américo de Almeida, uma vez que foi neste contexto que seu nome começou a crescer tanto na política paraibana, quanto na política nacional.¹⁶ Quando da convocação em 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, José Américo de Almeida, passou a comandar o Partido Progressista da Paraíba (PP) e assumiu o lado da situação no Estado. Aires (2006) mostrou em seu trabalho que a formação da imagem mitificada de João Pessoa e os lugares de memórias que vinham se instituindo – por exemplo, a estátua em homenagem ao morto – eram utilizados pela Aliança Liberal e pelos americistas como um meio de fazer política e conseguir votos para

¹⁵ O assunto sobre a morte do presidente João Pessoa será tratado de maneira mais detalhada, no segundo capítulo deste trabalho.

¹⁶ Assunto que será melhor explicitado no capítulo II, quando for abordada a morte de João Pessoa e explicado o início da ascensão do americanismo.

as próximas eleições, contudo, o autor não aprofunda os meandros do americanismo nesse contexto.

Além destes, dentro da historiografia paraibana que trata da temática dos anos 1930, temos os livros de José Joffily (1979), que faz um apanhado geral sobre a “revolução de 1930” quando da comemoração dos 50 anos do acontecido, o livro da brasilianista Linda Lewin (1993), que fez um excelente trabalho sobre as oligarquias na Paraíba, destacando a importância da família Pessoa para a história do Estado. A autora cita José Américo de Almeida, mas não revela muito sobre a sua atuação política. Quem também trata da questão das oligarquias na Paraíba é Eliete de Queiroz Gurjão (1994). Em seu livro a autora busca entender a estruturação e a manutenção desse poder oligárquico no decorrer do período de 1889 a 1945 e afirma que, em 1930 não se efetuou a ruptura dessa estrutura de poder, e sim uma redefinição e recomposição dessas oligarquias. Gurjão nos mostra, de maneira breve, como se deu a relação entre as interventorias e o governo federal, aparecendo aí a figura de José Américo de Almeida. Outro trabalho voltado aos acontecimentos de 1930 é o de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1978), que traz um estudo sobre o movimento sedicioso em Princesa, em que a autora buscou entender as vinculações desse movimento com os acontecimentos que puseram fim a chamada República Velha, mas que também não traz à tona a atuação de Almeida, então Secretário de Segurança Pública do Estado. Também sobre a cidade de Princesa, temos o trabalho de Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (2010), no qual a autora analisa os símbolos da modernidade que chegaram na cidade nos anos 1920. O último capítulo do livro foi dedicado a revolta de Princesa, mostrando a influência desse movimento sedicioso para a cidade. Também podemos destacar o estudo de Eduardo Raposo (2006) em que o autor buscou fazer um apanhado sobre a economia e os costumes políticos da Paraíba nos anos 1930 dando destaque para a oligarquia epítacista que dominou a política paraibana por um longo período de tempo. O autor finaliza seu livro refletindo sobre as medidas tomadas pelo governo de João Pessoa e entra nas “seis versões” sobre a “revolução de 1930”. Nesse momento, José Américo de Almeida e um pouco de sua atuação política são citadas pelo autor, mas, por este não ser o objetivo do mesmo, sem muito destaque. No entanto, são trabalhos que não tem como foco a atuação de Almeida.

Um estudo que aborda a atuação de José Américo de Almeida enquanto Secretário Geral do governo e na revolta de Princesa é a dissertação de Guaracy Medeiros de Assis (2005) onde destacou-se “a política do silêncio a qual José Américo de Almeida é submetido pela historiografia paraibana, principalmente no que concerne ao tema, Revolução de 30” para dar voz à pessoa política de João Pessoa. Em seu estudo, Assis apresenta a trajetória do intelectual e sua ascensão à política, bem como a maneira que se deu o seu trabalho enquanto Secretário

Geral do governo de João Pessoa: como Secretário de Segurança Pública, atuando no levante em Princesa e na pós-morte do presidente do Estado, como Governador Provisório do Norte. O que é interessante perceber nesse estudo é o modo como a influência de José Américo de Almeida é posta, como afirma o autor, é o pensamento americista exposto em seus escritos – *A Paraíba e seus problemas* (1923) e *A Bagaceira* (1928) – que desde 1923, já propunha mudanças nos rumos políticos do Estado/Nação e as mesmas nortearam as ações de João Pessoa e dos caminhos tomados pela “revolução” quando de seu comando na região norte/nordeste. Assis fala que “todas as ações desses governos [região Norte], passavam necessariamente pelo crivo de Américo, delineando de certa forma o comportamento político/administrativo que seria implantado a partir de então, ou seja, um forte centralismo” (2005, p. 151). Apesar de ter uma participação significativa nas tramas políticas do Estado, durante o governo de João Pessoa, nas leituras, fica evidente que José Américo de Almeida é descrito como tendo uma importância secundária, uma vez que é dada ao presidente João Pessoa, toda a responsabilidade pelos atos tomados. No entanto, Almeida esteve presente nesses momentos relevantes para a história da Paraíba, dando suporte ao presidente. Assis observou que:

(...) não se pode identificar uma atuação explícita de José Américo no governo João Pessoa, já que nos jornais não se consegue identificar nenhuma reportagem que ponha em evidência qualquer ação direta de Américo, o que pode ser compreendido pela própria estrutura do jornalismo da época. Entretanto, na historiografia paraibana a mesma “omissão” ocorre, ou seja, **José Américo é sistematicamente silenciado**, e tal fato se mostra indesculpável, porém tem uma razão. E esta se dá por José Américo ocupar um ambiente tão amplo e significativo na política e na cultura no período de 28 a 30, e em anos subsequentes, que chega a obscurecer a imagem de João Pessoa, gerando, assim, a **necessidade do silenciamento político**. (2005, p. 66, grifos nossos)

A atuação de José Américo de Almeida é colocada em segundo plano, não só pela historiografia paraibana, como também pelos jornais da época que cuidavam em destacar o mito João Pessoa dando ênfase aos seus “grandes feitos”. Ambos trabalharam para construir a figura de santo e/ou herói do presidente morto.

No estudo de Martinho Guedes dos Santos Neto (2007), em que é abordada a interventoria de Anthenor Navarro na Paraíba (1930-1932), o trabalho e a atuação de José Américo enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas é citado nas ações desenvolvidas por ele em conjunto com o interventor, porém a perspectiva da base política do americismo, considerando a influência do então ministro, não é abordada, bem como o lugar de Almeida nos jogos de poder que envolvem a política paraibana pós-1930.

O trabalho mais recente que aborda a figura de José Américo de Almeida, é a dissertação de Jivago Correia Barbosa (2012), em que é destacada a atuação de Almeida enquanto governador do Estado nos anos de 1951-1956. Neste, Barbosa faz um breve relato da carreira política de José Américo de Almeida nos anos 1930, falando de todo o contexto político em apenas um capítulo. Como o foco de sua pesquisa não é o início da carreira e a atuação política de Almeida, Barbosa não se aprofunda nos meandros da construção do americanismo, o que se observa é um breve relato sobre os acontecimentos e sobre a sua atuação durante esse período relevante para a construção de sua base política. O autor se utiliza deste capítulo como um suporte para o desenrolar de sua pesquisa, visto que José Américo de Almeida, nos anos 1950, utiliza-se de velhos programas e costumes que o acompanharam desde os anos 1930.

Além destes autores já citados, também se fez necessária a leitura daqueles que escreveram sobre a política nacional dos anos 1930, dentre eles podemos destacar os trabalhos de Aspásia Camargo (1984), Boris Fausto (1997), Lira Neto (2013), entre outros, como também daqueles autores que escreveram sobre a Nova História Política, destacamos Ângela de Castro Gomes (2005), Rodrigo Patto Sá Motta (2009) e Serge Bernstein (2009). Percebendo essa história constante sobre o período, e a historiografia “ausente”¹⁷, a partir dessas e de outras leituras e o confronto com os jornais pesquisados, foi possível traçar esse percurso feito por José Américo de Almeida no início de sua carreira política, observando os costumes políticos que o acompanharam em toda sua vida pública, sendo possível preencher em partes a lacuna existente em torno da temática.

Para entender como se deu a chegada de Almeida à política paraibana, traçamos, de maneira rápida, um perfil de sua vida pública, para assim podermos abordar na sua carreira política.

1.3 – O início da carreira pública de José Américo de Almeida.

José Américo de Almeida nasceu no dia 10 de janeiro de 1887, no engenho Olho D'água, no município paraibano de Areia. Filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leal

¹⁷ Utilizamos as aspas por acreditar que aos poucos a historiografia paraibana vem mudando a sua perspectiva em relação aos acontecimentos dos anos 1930, e que assim, as lacunas existentes estão sendo preenchidas. Porém, acreditamos que esse é um trabalho que está caminhando e que muito ainda se tem para ser abordado sobre o período. Acreditamos também que a história nunca estará posta de maneira completa, uma vez que sempre aparecerão novos olhares sobre uma mesma temática e assim, lacunas sempre existirão.

de Almeida, de uma família com dez irmãos.¹⁸ Aprendeu as primeiras letras em casa, com a ajuda de Júlia Verônica dos Santos Leal, uma parente que fora contratada pelo seu pai para ensinar os onze filhos. Viveu no engenho até os 8 anos de idade quando foi morar na casa do tio paterno, Padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, para estudar na cidade de Areia, o mesmo aconteceu com seu irmão mais velho, Inácio de Almeida, que se ordenara padre.

Ao completar 15 anos de idade seguiu para o seminário na capital do Estado, onde ao terminar os estudos se tornaria padre como seu tio, porém, como afirmou Pereira (2010, p. 81) “recusou-se a seguir carreira sacerdotal, para a qual não se sentiu vocacionado. Por não poder ser militar, sua primeira opção, pois a acentuada miopia não o permitiu, e por recusar a batina, terminou sendo bacharel”. Em 1904, com 17 anos, deixou o seminário e matriculou-se no Liceu Paraibano, concluindo seus estudos. Ingressou na Faculdade de Direito no Recife, onde tornou-se bacharel no ano de 1908, com 21 anos de idade.

Ainda cursando direito começou a dar os primeiros passos de sua vida política, quando se aliou ao grupo que apoiava o ex-presidente Antônio Alfredo da Gama e Melo,¹⁹ e que fazia oposição ao então presidente do Estado, seu tio materno, Monsenhor Valfredo Leal.²⁰ Ao tornar-se bacharel em 1908, por influência de seu tio, foi nomeado promotor de justiça da comarca de Sousa. Chegando lá, esteve pela primeira vez distante da família, podendo seguir

¹⁸ Pouco se sabe sobre os antecedentes da família de José Américo, para saber mais vide: ALMEIDA, José Américo de. **Memória: antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. O autor faz uma breve descrição de sua árvore genealógica.

¹⁹ Antônio Alfredo da Gama e Melo nasceu na capital paraibana em 1849, formou-se em direito na Faculdade do Recife em 1873. Sua vida política iniciou-se ainda no império quando se filiou ao Partido Liberal. Em 1878 foi eleito deputado provincial na Paraíba (1878-1880). A partir de 1880 ocupou a presidência provincial em várias ocasiões – de 15 de maio a 10 de junho de 1880, de 3 de setembro a 20 de outubro de 1880, de 4 de março a 21 de maio de 1882, de 2 de novembro a 9 de novembro de 1882, e de 17 de abril a 7 de agosto de 1883 –. Foi também professor do Liceu Paraibano. Após a proclamação da República, aderiu ao novo regime sendo eleito presidente do estado da Paraíba em 17 de maio de 1896 (1896-1900). Em 1903 foi eleito senador pelo Partido Republicano da Paraíba onde permaneceu até 1908. Faleceu na capital paraibana no dia 10 de abril de 1908. (Mais informações a respeito vide o sítio <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/5> - Data da consulta: 22/01/2015 – Hora: 11:25 min).

²⁰ Valfredo Soares dos Santos Leal nasceu em Areia no dia 21 de fevereiro de 1855. Ordenou-se padre em Roma em 1882. De volta ao Brasil, tornou-se pároco na cidade de Guarabira-Pb, em 1888. Foi eleito deputado estadual em 1891. Em 1892 foi nomeado vice-presidente do estado. Em 17 de maio de 1896 assumiu a presidência no lugar de Álvaro Lopes Machado, por um curto período de tempo, até 22 de outubro, apenas para concluir o mandato do titular. A partir de então fez forte oposição ao seu sucessor Antônio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900). Valfredo Leal “foi o herdeiro político de Álvaro Machado, que dominou o estado de 1892 a 1912, ano em que o grupo fez um acordo com os epitacistas. Rompido o acordo em 1915, Eptácio Pessoa venceu a disputa e criou o Partido Republicano da Paraíba. Derrotados, os valfredistas passaram para a oposição, sob a sigla do Partido Republicano Conservador.” (RAPOSO, 2006, p. 98) (Mais informações a respeito de Valfredo Leal vide o sítio <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/4> - Data da consulta 22/01/2015 – Hora 11:30 min). Para saber mais a respeito das querelas entre epitacistas e valfredistas vide: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1989; GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, p. 52-67; LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 239-279; RAPOSO, Eduardo. **1930: Seis versões e uma revolução**. História oral da política paraibana (1889-1940). Recife: Massangana, 2006, p. 47-62.

suas próprias vontades, “[...] estava entre as figuras de maior projeção, pois em uma cidade do interior, naquele tempo, um promotor de justiça tinha um *status* tão importante quanto o delegado, o padre ou até mesmo o juiz” (BARBOSA, 2012, p. 44-45). Foi durante a estadia em Sousa que José Américo de Almeida pôde ver de perto o que a população sofria durante os períodos de estiagem e seca, e foi aí que de certa maneira buscou soluções para tais problemas, os quais ele viria a colocar em prática quando encontrava-se Ministro da Viação e Obras Públicas em 1932.

José Américo de Almeida permaneceu no cargo de promotor por volta de um ano, quando em 1910, pediu exoneração da função, instalou-se em Guarabira e passou a dedicar-se à advocacia. Em 1911, mais uma vez por influência de seu tio Valfredo Leal, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, função que manteve por quase onze anos. Momento em que “buscou aprofundar-se em outras áreas do conhecimento humano: a geografia, a política, a sociologia, a economia e, de forma mais específica, a literatura, elementos de fundamental importância para a sua formação político-intelectual” (BARBOSA, 2012, p. 46). Tornou-se colaborador do jornal *A União* e da revista *Era Nova*, foi também durante esse período que Almeida ampliou seus conhecimentos no campo jurídico e assim começou a se firmar entre os intelectuais paraibanos.

Alguns meses após a nomeação para a Procuradoria, em uma visita ao seu tio Monsenhor Valfredo Leal, José Américo de Almeida conheceu uma amiga da família, Alice de Azevedo Mello por quem se encantou. Apesar de não ser a vontade da mãe da pretendente, em 5 de outubro de 1912 realizou-se o casamento, dessa união nasceram três filhos: Reinaldo, Selda e José Américo Filho.²¹

Em 1915, viu-se novamente envolto nos tramites políticos do Estado quando se deu o rompimento entre Epiácio Pessoa e Valfredo Leal, dessa vez já reconciliado com o tio “Tomou partido ao lado do parente, que se afigurava o mais fraco dos contendores. Era o seu dever de amizade e gratidão” (PEREIRA, 2010, p. 91). Passaram-se os anos de atuação jurídica e de seu crescimento intelectual quando em 1921, publicou seu primeiro livro *Poetas da Abolição* e em 1922, sua primeira novela *Reflexões de um cabra*. No mesmo ano, José Américo de Almeida deixou o cargo de Procurador-Geral e foi nomeado Consultor Jurídico do Estado, o desempenho em tal função foi tanto que Almeida recebeu uma carta de elogios do presidente Epiácio Pessoa que dizia

²¹ Para mais informações a respeito vide: PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida: a saga de uma vida**. 2ª edição. João Pessoa: Ideia, 2010, p. 455-457.

Estou informado de quanto tem sido brilhante e proveitosa a sua colaboração no cargo de consultor (...) Não vai nisso um simples cumprimento, mas o reconhecimento de uma verdade por todos proclamada. Como paraibano, muito lhe agradeço os serviços que está prestando ao Estado. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 27)

Nesse momento se deu a reconciliação entre valfredistas e epitacistas. A relação entre Epitácio Pessoa e Valfredo Leal vinha se deteriorando desde a morte de Álvaro Machado em 1912, quando o Monsenhor Valfredo Leal passou a comandar a oligarquia alvarista, o que não foi bem recebido por Epitácio Pessoa que começou a reivindicar esse comando. Como ambos não entraram em acordo em relação a quem deveria ocupar a função de líder político da Paraíba, disputas foram geradas e em janeiro de 1915, Epitácio Pessoa deu o primeiro passo para o início do domínio epitacista.²²

Foi durante o tempo de consultoria jurídica que o nome de José Américo de Almeida cresceu. Ele pôde advogar, contanto que não se envolvesse em processos contra o Estado, nesse momento tornou-se parceiro de João da Mata e de João Dantas.²³ Os três atuaram em processos na capital do Estado e também na região de Mamanguape. João da Mata tratava das ações criminais, enquanto José Américo de Almeida e João Dantas das ações cíveis. Não possuíam um escritório, cada um atuava na sua própria residência. No final da década de 1920, devido a incompatibilidades político-partidárias afastaram-se e não mais trabalharam juntos. Almeida e João da Mata aliaram-se ao Partido Liberal e João Dantas ao Partido Republicano.

Em 1923, José Américo de Almeida lançou *A Paraíba e seus Problemas*. Esse livro surgiu após o pedido de Sólon de Lucena em 1922, então presidente do Estado, para que Almeida fizesse um levantamento mostrando quais os problemas relacionados à seca na região eram enfrentados pelo governo e dando possíveis soluções para estes. O relatório feito por José Américo seria *a posteriori* entregue ao então presidente da República, Epitácio Pessoa. Neste livro,

Além da interpretação do meio ambiente, levando em consideração particularidades geográficas do estado paraibano, a obra também procurou caracterizar a população que habitava as diversas microrregiões, buscando os elementos que tornavam aquela terra e sua gente *sui generis*. Essa foi uma das mais ricas experiências na vida de José Américo, pois o convite possibilitou-lhe concretizar, através das palavras, o pensamento do homem público e escritor em relação à problemática das secas, vivenciada desde cedo com a experiência na promotoria de justiça da comarca de Sousa. (BARBOSA, 2012, p. 48)

²² Sobre esse impasse entre valfredistas e epitacistas vide nota de número 20 deste trabalho, p. 33.

²³ João da Mata era advogado, natural de Mamanguape. João Dantas era advogado e atuava na capital do Estado paraibano, pertencia a família Dantas que dominava a cidade de Teixeira, ficaria conhecido por ter assassinado o presidente João Pessoa em Recife.

A partir da elaboração desse relatório que se tornou a base de seu livro *A Paraíba e seus Problemas*, José Américo de Almeida pôde escrever sua obra literária que o tornaria conhecido nacionalmente e que viria a inaugurar o romance regionalista²⁴ no país, *A Bagaceira* foi lançado em 1928. Almeida se destacava como intelectual e também como jurista, havia adquirido renome em várias áreas – jornalista, cronista, poeta, escritor e advogado – quando deu-se o retorno ao cenário político. Foi convidado, ainda em 1928, pelo recém-eleito presidente estadual João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, para assumir a Secretaria Geral do Estado. Em um primeiro momento pensou em não aceitar o convite, porém acabou seduzido pelo discurso da renovação política na Paraíba e concordou em fazer parte dessa mudança.

Falar da vida pública de José Américo de Almeida separada do início de sua vida política é tarefa difícil, visto que ambas sempre estiveram ligadas e caminhando conjuntamente. Almeida conseguiu unir e articular essas duas carreiras de maneira interessante. Enquanto que como homem público ocupava o cargo de Procurador Geral do estado (1922), como intelectual lançava seus primeiros livros: a novela *Reflexões de um cabra* (1922), o ensaio *A Paraíba e seus Problemas* (1923) e o romance regionalista *A Bagaceira* (1928).

Em 1928, assumiu primeiro a Secretaria do Interior e Justiça e em seguida a Secretaria de Segurança e Assistência Pública do governo de João Pessoa. Em 1930, tornou-se Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte. No período de 1930 a 1934, assumiu a função de Ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Getúlio Vargas e em 1935 tornou-se Ministro do Tribunal de Contas da União. Paralelamente a sua vida política, lançou em 1934, *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação* e em 1935 as novelas *O Boqueirão* e *Coiteiros*. Além desses, candidatou-se a presidência da República em 1937, foi eleito senador em 1947, governador do Estado da Paraíba para a gestão 1951-1953 e 1954-1956²⁵, ocupou novamente o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas entre 1953-1954, em 1959 retirou-se da vida

²⁴ O “romance regionalista” é também conhecido como “romance de 30”, e está relacionado àquelas obras de ficção escritas no Brasil após 1928, ano da publicação de *A Bagaceira* de José Américo, que dá início a esse estilo de escrita literária. Tal nomenclatura está associada aos romances nordestinos, principalmente às obras de José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos e Jorge Amado, mas também abrange a produção de autores como Raquel de Queiróz, Êrico Veríssimo, Marques Rebelo, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso e Cornélio Pena. (Mais informações a esse respeito vide o sítio <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/RomanceRegionalista> - Data da consulta: 19/07/2014 – Hora: 21:32 min.)

²⁵ José Américo foi eleito governador da Paraíba em outubro de 1950, porém em 1953 a pedido do então presidente Getúlio Vargas, afastou-se do governo do Estado para assumir novamente o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, onde permaneceu até o ano de 1953, com o consentimento dos deputados e senadores do estado, voltou a ocupar o cargo de governador da Paraíba até o ano de 1956. Para saber mais a respeito desse assunto, vide BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. 2012. 318 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, p. 129-229.

pública e passou a dedicar-se a literatura, porém continuou a ter bastante influência na política paraibana.

Concomitantemente publicou a crônica *Ocasos de sangue* em 1954. Em 1965, *Discursos do seu tempo* e *A palavra e o tempo*. Em 1968, lançou as memórias *O ano do Nego* e em 1970 *Eu e Eles*. Em 1973, lançou o livro de poesias *Quarto minguante*, em 1976 *Memória: Antes que me esqueça*. De todas as suas obras, a de maior destaque foi sem dúvidas *A Bagaceira*, foi com ela que José Américo de Almeida teve seu nome projetado para além da Paraíba. Em 1967, tomou posse na Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga de Tobias Barreto. Faleceu na cidade de João Pessoa no ano de 1980.

Não é pretensão deste trabalho abarcar toda a carreira política e intelectual de José Américo de Almeida, visto que para tal seriam necessários muitos anos de pesquisa. A ideia é perceber como se deu a construção do americanismo na Paraíba, através, também, das obras desenvolvidas por Almeida durante os anos de 1928 até 1935, constatando os jogos de poder no qual estava envolvido e sua atuação política.

Depois de conhecer um pouco sobre a vida pública de José Américo de Almeida e de entender como a nova história política norteou esse trabalho, se fez necessário entender como se iniciou a carreira política de Almeida. Para isso, destacamos nos capítulos a seguir, como se deu o convite para que ele ingressasse na política de maneira direta e como se deu a sua atuação enquanto secretário do governo do presidente João Pessoa e sua articulação enquanto líder civil da “revolução de 1930” no Estado paraibano, e em seguida abordamos a sua atuação como Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas.

CAPÍTULO II

José Américo de Almeida e o movimento de 1930: A atuação e a construção do americanismo.

2.1 – Início da carreira política e a Revolta de Princesa.

Como já foi destacado, José Américo de Almeida desde muito jovem já se envolvia com a política, mas de uma maneira muito indireta. Após o lançamento de *A Bagaceira* em 1928, com seu nome sendo conhecido nacionalmente, aconteceu o convite de João Pessoa para que ele ocupasse o cargo de Secretário Geral de seu governo, aceitando, Almeida entrou efetivamente para a vida política.

João Suassuna foi quem antecedeu João Pessoa na presidência do Estado, seu governo (1924-1928), ficou marcado pelas divergências inter-oligárquicas, pelo aumento das tensões entre os comerciantes da capital e do interior e pelo favorecimento das zonas sertanejas em detrimento do litoral paraibano, o que acabou gerando uma crise no seio do epitacismo. Epitácio Pessoa era quem dominava a política paraibana e assim ditava as regras do jogo político desde 1915. Ciente dessa situação, ao aproximar-se as eleições para a sucessão presidencial, Suassuna indicou o nome do seu chefe de polícia Júlio Lira, o qual não foi aceito por Epitácio Pessoa, que alegou que “só agora ocupa pela primeira vez um cargo de relevo, acontece que nunca saiu da Paraíba; a sua política não teve até hoje nenhuma repercussão fora do Estado; é inteiramente desconhecido do governo federal, do Congresso e dos chefes da política da União” (PESSOA *apud* RODIGUES, 1989, p. 254-255). Para preencher essa vaga, o candidato idealizado por Epitácio Pessoa deveria preencher alguns pré-requisitos. O primeiro relacionado ao plano interno, era que ele fosse alguém de fora do Estado, que estivesse afastado da política local, pois assim não teria preferências por determinados grupos ou pessoas. O segundo, relacionado ao plano externo, estava ligado ao fato desse candidato ter um bom relacionamento com as lideranças nacionais. Desse modo, João Pessoa era aquele que reunia todas essas qualidades e assim seria o melhor para a Paraíba. Na verdade, a pretensão de Epitácio Pessoa nada mais era do que manter a família Pessoa no poder por mais alguns anos, visto que o epitacismo estava perdendo forças desde o governo de Sólon de Lucena (1920-1924),²⁶ e caso Epitácio Pessoa

²⁶ Sólon Barbosa de Lucena nasceu na cidade de Bananeiras-PB no ano de 1877. Era primo de segundo grau de Epitácio Pessoa. Em 1913 foi eleito deputado estadual na Paraíba. Em 24 de julho de 1916 assumiu a presidência do estado, ocupando o cargo até 22 de outubro do mesmo ano. Em 1920 voltou ao governo do estado para o

não conseguisse se impor frente a João Suassuna e Júlio Lira fosse eleito, o epitacismo chegaria ao fim.²⁷ Seu sobrinho aparecia então, como uma tentativa de manter o poder em suas mãos, já que Eptácio Pessoa o julgava ser de inteira confiança e acreditava que João Pessoa lhe daria absoluta obediência. Ledo engano, o sobrinho não tinha uma postura político partidária, e sua postura à frente do executivo estadual fora de grande apego ao legalismo. Desde muito novo esteve ausente do cenário político paraibano. Vivia no Rio de Janeiro, cidade que tinha um modelo urbano-industrial muito mais desenvolvido que todo o Estado da Paraíba, e assim teve seus valores políticos pautados por esse ambiente, o que acabou gerando certa indisposição com o mandonismo local. Rodrigues (1989, p. 257), afirma que “A sucessão de João Suassuna representou um ‘curioso exemplo de fingimento político’. Embora declarasse não ter mais nenhuma ambição pessoal em política, Eptácio Pessoa não renunciava às prerrogativas de chefe supremo”. Sendo assim, para evitar que maiores desavenças ocorressem, à Júlio Lira foi dada a vaga de segundo vice-presidente da Paraíba e a Suassuna um assento na Câmara dos Deputados, porém essa decisão de Eptácio Pessoa acabou gerando um clima de discórdia entre alguns coronéis sertanejos e o líder oligarca.

Foram nessas circunstâncias que José Américo de Almeida recebeu o convite para fazer parte da equipe do novo governo estadual. O primeiro encontro entre Almeida e João Pessoa se deu na cidade do Rio de Janeiro onde este ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar, em uma conversa breve o convite foi feito de maneira informal. Na época José Américo de Almeida ocupava o cargo de consultor jurídico do Estado paraibano e estava praticando a advocacia. Em um primeiro momento relutou em aceitar o convite, alegando estar afastado da política, porém com certa insistência e devido as propostas inovadoras sugeridas, acabou aceitando. Almeida relatou em entrevista a Aspásia Camargo a conversa que teve com João Pessoa e o que o animou a fazer parte desta equipe.

Perguntei o que ele ia fazer, [...]. A resposta que ele me deu foi a seguinte: “Vou dar uma vassourada.” A vassourada seria a reforma política, a revisão do regime democrático, na prática. Com essa declaração ele me conquistou, e decidi renunciar a tudo para participar desse movimento. Só aceitei porque ele disse que ia fazer uma reforma política. E fez: drástica, terrível; derrubou amigos, políticos, correligionários. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 120)

quadriênio 1920-1924. Durante esses anos teve o apoio de Eptácio Pessoa. (Mais informações a esse respeito vide o sítio <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/4> - Data da consulta: 21/01/2015 – Hora: 16:25 min.)

²⁷ Para saber mais a respeito da crise do epitacismo e dos demais governantes do estado, vide: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1989, p. 201-268.

A carta-convite de João Pessoa à José Américo de Almeida foi escrita no dia 27 de setembro de 1928 e dizia:

Prezado dr. José A. de Almeida,
Saudações.
Estou organizando o meu governo. Muito estimaria ter a sua preciosa colaboração.
Diga-me se posso contar com ela no cargo de secretário.
Dê-me sua resposta pelo telégrafo. Basta dizer no despacho “sim” ou “não”.
Peço-lhe guardar reserva deste convite, até que se dê o meu reconhecimento, porque só então deverei dar a conhecer os nomes dos meus auxiliares.
Com amizade
João Pessoa²⁸

Assumiu, portanto a Secretaria Geral do Estado que depois foi transformada em duas – a Secretaria do Interior e Justiça e a Secretaria de Segurança Pública – dessas, ocupou primeiro a Secretaria do Interior, em que desenvolvia uma atividade mais política. Desde a posse, foi anunciado o combate ao coronelismo e a tentativa de erradicar “o monopólio privado da violência, a irresponsabilidade fiscal, o banditismo e a falta do devido processo legal nas ações criminais. [...], João Pessoa trouxe à Paraíba algo do impacto político da urbanização e da industrialização que experimentara no Rio de Janeiro” (LEWIN, 1993, p. 329). Como mostrou Linda Lewin, o novo presidente iniciou uma série de mudanças no Estado, dentre elas: substituiu lideranças municipais, destituindo chefes políticos; retirou das mãos dos coronéis e subordinou ao Estado a coleta de impostos, a polícia e a justiça, demitindo juízes e promotores e removendo delegados; tentou abolir o compadrio modificando a maneira de escolher os prefeitos; fez campanha para o desarmamento e um ferrenho combate ao banditismo. Tais medidas eram inovadoras, porém acabaram deixando descontentes muitos chefes sertanejos, correligionários do epitacismo.

Diferente do que esperava, essas medidas tomadas por João Pessoa, não seguiam as ordens de seu tio Epitácio Pessoa, que indicou exatamente que se evitasse arbitrariedades e problemas com os “coronéis” aliados. A pretensão era que seu sobrinho não interferisse na estrutura política que já estava posta, porém:

Quando escolhido pelo seu tio para governar o Estado, tomou para si a missão quase impossível de por termo a certos abusos da parte dos coronéis, moralizar a vida pública e arrefecer as disputas intrapartidárias, sem desprestigiar ou afrontar diretamente os chefes locais. Sua administração, portanto, partiu dos pressupostos de que a política paraibana era viciada, corrupta e administrativamente ineficiente, além de que estava no governo apenas

²⁸ O documento original encontra-se no acervo da Fundação Casa de José Américo.

fazendo um favor a seu tio e que, por conseguinte, nada devia ao partido ou àqueles correligionários que o elegeram. (SOUSA NETO, 2012, p. 21)

Além do interior do Estado, diversas obras foram realizadas na capital paraibana: “reforma do Palácio do Governo, [...] alargamento da rua Maciel Pinheiro, prolonga a avenida Epitácio Pessoa, instala o campo de aviação em Tambauzinho, amplia o edifício da Imprensa Oficial, [...]”. (SOUSA NETO, 2012, p. 22). Essas medidas agradaram principalmente os comerciantes que se viram favorecidos com os melhoramentos do comércio da capital.

Na posição de secretário do Interior e Justiça, era José Américo de Almeida que resolvia os problemas dos municípios e quem preparava a base de fortalecimento do governo, era o responsável por “fazer política”²⁹, dessa ideia corrobora também Assis (2005, p. 68), ao afirmar que Almeida era “aquele quem dirimia/negociava os conflitos políticos intermediando as dissensões entre o governo e as demais lideranças políticas, haja vista a conhecida assertiva de que João Pessoa não tinha habilidade para o trato com a política.”. Em seu trabalho, Assis defendeu que a atuação de José Américo de Almeida está presente no discurso de muitos historiadores, porém ele aparece como o “não-dito”, uma vez que não é dado destaque a atuação de Almeida nesse período, já que esse não era o interesse principal desses historiadores. A Argumentação de Assis fica clara com o destaque que é dado a entrevista de Wellington Aguiar³⁰ ao *Jornal Correio da Paraíba*, cujo o entrevistado afirma:

José Américo conhecia a política municipal, porque morava aqui. Mas quem mandava era João Pessoa. Os adversários espalharam que Zé Américo era a alma negra de João Pessoa. Se houve alma negra, não foi Zé Américo. João Pessoa ouvia muito Zé Américo, porque era seu braço direito. João Pessoa era um reformador. Quando veio, já trouxe tudo pronto. (AGUIAR apud ASSIS, 2005, p. 67-68, grifos do autor)

Assis também destacou que além de ter José Américo de Almeida como seu braço direito, João Pessoa deve ter se inspirado nos livros dele – *A Paraíba e seus problemas* (1923) e *A Bagaceira* (1928) –, uma vez que percebemos nas ações desenvolvidas pelo governo do Estado, “respostas a problemas identificados e formulados pelo pensamento americista. Em

²⁹ Esse termo foi usado pelo próprio José Américo (1978[1968], p. 33) em seu livro *O Ano do Nego*, onde afirma: “Desdobrada, por sugestão minha, a Secretaria Geral, fiquei como secretário do Interior e Justiça. Nessa qualidade, fazia a política. João Pessoa perdera a paciência para tratar dos casos municipais e costumava dizer, caçoando, quando se esboçava alguma crise ou recebia um pedido impertinente: - Entendam-se lá com o nosso politiquês”

³⁰ Wellington Aguiar era jornalista, professor e escritor da história da Paraíba, foi presidente da Academia Paraibana de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. (Para saber mais a respeito vide o sítio eletrônico http://ihgp.net/wellington_aguiar.htm - Data da consulta 22/01/2015 – Hora: 16:08 min.)

outras palavras, é em José Américo que vamos encontrar as bases das ações implementadas por João Pessoa no governo do estado”. (ASSIS, 2005, p. 81)

Podemos concordar com a afirmação de Assis através da leitura desses livros, em que percebemos que José Américo de Almeida já defendia uma maior intervenção nas políticas locais e a diminuição dos poderes dos dirigentes municipais. Em *A Paraíba e seus problemas* (1923), livro que surgiu de um relatório de governo, Almeida encontrou problemas e sugeriu soluções para tais. Um capítulo está intitulado de “Política Hidráulica”, neste é abordado o problema do porto na cidade de Cabedelo e possíveis soluções para se resolver esse problema hidráulico do Estado. Os melhoramentos no porto foi exatamente uma das obras implementadas no governo do presidente João Pessoa. José Américo de Almeida destacou em seu livro:

Mas, em 1918, o cais de Cabedelo, constante de uma estacada de madeira, já estava construído na extensão de 128 metros correntes. [...] Mas esse porto não acudia ao ideal de emancipação econômica da Paraíba.

Voltaram-se as vistas do governo federal, autorizado pela lei orçamentária de 1918, para a enseada de Tambaú, de incomparável situação geográfica. Foram dadas instruções à comissão chefiada pelo engenheiro Cláudio da Costa Ribeiro para levantar a planta do local e apresentar um projeto [...]

Dos estudos procedidos apurou-se que “seriam dispendiosíssimas as obras necessárias para aí fundar um porto abrigado e suficientemente profundo, [...]” Era essa a situação, quando o Sr. Epitácio Pessoa foi investido na Presidência da República. O ancoradouro externo não resolvia o nosso problema de transporte marítimo. [...]

Acabava de ser verificada a impossibilidade da localização em Tambaú, que, além de distar seis quilômetros da capital, não apresentava condições de abrigo e de ulterior desenvolvimento.

Cumpria, porém, dotar a Paraíba desse melhoramento, como estímulo à sua capacidade de produção e exportação e como medida condicionada ao problema da seca, indicada desde 1877.

A constante aspiração de todos os paraibanos era o estabelecimento do porto na capital, como meio de evitar a baldeação das mercadorias e o transporte de passageiros, com todas as vantagens econômicas e sociais do contato com o movimento marítimo. (ALMEIDA, 2012[1923], p. 342-343)

Almeida também nos mostrou a desigualdade regional como um problema a ser resolvido, para conseguir a autonomia regional, apontou onde deveria haver mudanças, como também sugeriu soluções para resolver os problemas na área do ensino técnico e no que diz respeito às ligações com o interior do Estado, com a construção de estradas e rodagens e de linhas férreas. Assis (2005, p. 29) afirma que para José Américo de Almeida, “era preciso um Estado forte e capaz de impedir os localismos, direcionando-os para o interior do aparelho

estatal, o que sugere o rompimento com o sistema político oligárquico até então vigente”. Isso acaba sendo o que observamos na atuação de João Pessoa à frente da presidência da Paraíba.³¹

Das medidas inovadoras postas em prática, a que causou maiores transtornos ao novo governante foi sem dúvidas a reforma do sistema tributário. Junto com José Américo de Almeida na figura de Secretário Geral do Estado, o presidente João Pessoa colocou em prática medidas que buscavam reerguer as finanças da Paraíba, para isso foi criado o Imposto de Incorporação. A respeito desse imposto Lewin destacou:

A principal ofensiva fiscal do governador, no entanto, foi direcionada no sentido de tratar da questão da dependência comercial da Paraíba com relação a Pernambuco. Como parte do conjunto de medidas orçamentárias para 1929, aprovadas pela Assembléia em novembro de 1928, a Paraíba adotou uma nova tabela para os impostos de exportação. Nos meses que se seguiram, o documento original foi suplementado por listas itemizadas de todas as importações e exportações do estado. O propósito da nova tabela era o de fechar a Paraíba atrás de uma “muralha da China” de proteção tarifária, defendendo o estado da dominação comercial de seus vizinhos. Elevavam-se os impostos de exportação para desencorajar o fluxo do algodão para os mercados de fora do estado e para diminuir o papel de Recife em relação à economia paraibana. A nova tabela de impostos de exportação visava sobretudo redirecionar para a capital e para o porto de Cabedelo o algodão proveniente de Campina Grande e das zonas sertanejas. (1993, p. 338)

Essa medida visava fortalecer o comércio da capital paraibana, canalizando a produção do Estado para o porto de Cabedelo, visto que a capital sofria devido à proximidade com a cidade do Recife. O principal objetivo dessas mudanças era fazer com que o recolhimento das rendas estaduais deixasse de ser prejudicado com os desvios que eram feitos pelos Estados vizinhos, principalmente Pernambuco. O que acontecia era que o governo pernambucano, desde o início dos anos 1920, vinha investindo e estendendo suas linhas férreas para as zonas sertanejas do Estado, assim acabaram se aproveitando da rede de estradas de rodagem que ligavam Paraíba e Pernambuco, o que tornava o escoamento dos produtos paraibanos – principalmente o algodão – muito mais fácil, rápido e barato.

A cidade de Princesa, no sertão paraibano, se apresentava como uma dessas cidades que faziam suas transições comerciais diretamente com o Estado de Pernambuco.

Para enviar seu algodão a Cabedelo, a 428 quilômetros de distância, os produtores de Princesa tinham primeiramente de despachar seu algodão

³¹ Para saber mais a respeito da discussão de Assis em relação as contribuições dos livros *A Paraíba e seus problemas* e *A Bagaceira* para o governo de João Pessoa, e a ideia de “modernização” defendida por José Américo neles, vide: ASSIS, Guaracy Medeiros de. “**A Paraíba pequenina e doida**”: José Américo e a revolução de 30”. 2005, 179 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, p. 17-31.

através de mulas e caminhões até a cabeceira da linha férrea em Campina Grande, numa distância de aproximadamente 327 quilômetros. Somente nos 100 quilômetros finais do percurso para a capital é que o transporte se fazia por ferrovia, de modo que o reflexo sobre os custos ocasionado pela infraestrutura então disponível era diminuto. Assim os produtores daquele município preferiam enviar seu algodão, através de mulas, até o Rio Branco, em Pernambuco, a 130 quilômetros de distância na direção sudeste, de onde a mercadoria podia ser transportada por ferrovia até Recife, a 300 quilômetros dali, com uma considerável diferença para menos no custo do transporte. Além disso, os impostos cobrados em Pernambuco obedeciam a uma alíquota bem menor do que a dos impostos que se cobravam na Paraíba. (LEWIN, 1993, p. 340)

Além de venderem o algodão, os comerciantes paraibanos faziam compras de mercadorias na capital pernambucana, principalmente aos Pessoa de Queiroz.³² Com a imposição desse novo imposto esse comércio se viu prejudicado, já que um de seus principais parceiros comerciais era exatamente José Pereira, considerado um dos maiores coronéis³³ dos sertões paraibanos, com quem mantinham também relações de compadrio. Na contramão dos chefes sertanejos, que reclamavam do arrocho fiscal que vinham sofrendo e dos pernambucanos que se viram prejudicados, os comerciantes e as camadas médias urbanas da capital, passaram a apoiar as atitudes do novo governo, pois acabaram se beneficiando com as novas medidas implementadas no Estado. Dessa maneira, iniciou-se no *Jornal do Commercio*, do Recife e de propriedade dos Pessoa de Queiroz, uma verdadeira campanha contra a reforma tributária de João Pessoa. Em resposta, *A União*, jornal oficial do Estado da Paraíba, passou a publicar matérias contra os Pessoa de Queiroz e aqueles que estavam descontentes com a cobrança dos novos impostos, esse debate gerado entre os jornais ficou conhecido como Guerra Tributária.³⁴

³² A família de Epitácio Pessoa estava dividida entre os Pessoa de Queiroz, de Pernambuco e os Pessoa de Albuquerque, da Paraíba. Epitácio Pessoa enquanto líder político de grande influência sempre os tratou com regalias, porém, com a escolha de João Pessoa para ocupar o cargo de Juiz do Superior Tribunal Militar, os familiares pernambucanos se sentiram escanteados, antes disso a relação entre os sobrinhos já estava deteriorada devido a acontecimentos familiares. As divergências entre os primos Pessoa só fizeram aumentar com a chegada de João Pessoa ao cargo de presidente do Estado e com a sua política de desfavorecimento dos chefes sertanejos, haja vista que os Pessoa de Queiroz eram beneficiados por manterem ligações com alguns desses chefes do sertão da Paraíba. Para saber mais a respeito das querelas entre os primos Pessoa de Queiroz X Pessoa de Albuquerque, vide: LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro, 1993, p. 280-343.

³³ O coronelismo era o sistema usado para definir uma complexa estrutura de poder muito comum na política brasileira e nos sertões paraibanos durante a República Velha. Baseada na reciprocidade, na troca de favores, tinha como característica o mandonismo e o filhotismo (ou apadrinhamento) em que os grandes proprietários rurais (ou coronéis) exerciam domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras, ou que dependiam dele para sobreviver. Quem fez um excelente trabalho sobre a temática foi Victor Nunes Leal (1997), em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*. Além deste, vide também CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. IN: **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

³⁴ Essa “Guerra Tributária” divulgada pelos jornais da Paraíba (*A União*) e de Pernambuco (*Jornal do Commercio*) esteve relacionada a política do então presidente paraibano João Pessoa, que ficou caracterizada pelas medidas tomadas pela administração estadual com o intuito de barrar a saída ilegal de gêneros alimentícios e outros produtos para os Estados vizinhos, principalmente Pernambuco, e assim conseguir arrecadar mais impostos para os cofres

Desencadeou-se, assim, o conflito intra-oligárquico que evoluiu provocando a fragmentação da parentela Pessoa. De um lado, estava, João Pessoa apoiado por comerciantes e industriais da capital e a opinião pública em geral que via na política do presidente o empenho para a libertação econômica do Estado. De outro lado, uniam-se a burguesia comercial-exportadora pernambucana, e as oligarquias açucareira e algodoeira da Paraíba, cujos interesses comerciais estavam sendo contrariados. (GURJÃO, 1994, p. 75-76)

Essa intervenção de João Pessoa na economia do Estado, mudou de certa maneira, com o princípio da troca de favores em que se baseava a política dos governadores, nesse caso a troca de votos. O governo estadual dava seus votos ao candidato presidencial e em troca tinha liberdade para agir ao seu bel prazer, enquanto que os chefes municipais recebiam em troca a não interferência do Estado no comando do seu município. Outras mudanças ocorreram no sistema fiscal da Paraíba, João Pessoa chegou a espalhar postos de cobrança pelas estradas de rodagem do Estado, o que mais uma vez passou a ser recriminado pelos pernambucanos. O *Jornal do Commercio* chegou a taxá-lo de “João Porteira” e “João Cancela”, para tal atitude, João Pessoa fez queixas ao então presidente da república Washington Luís denunciando a campanha de desprestígio a sua administração feita pelo jornal pernambucano no nome dos Pessoa de Queiroz. Em contrapartida, os primos começaram a acusá-lo de caluniador. Até Epitácio Pessoa chegou a se manifestar a respeito da briga de seus familiares, em carta afirmou:

Eu nunca imaginaria que vocês, com sacrifício da compostura pessoal, do decoro das posições, e dos interesses morais da família, chegassem sob a risota escarninha dos nossos inimigos, ao debate escandaloso de que posteriormente me deram notícia cartas e jornais. Não entro na apreciação da responsabilidade de cada um. Envolve ambos igualmente na mesma queixa. Não acho desculpa para a UNIÃO, órgão oficial, a cobrir-te de apodos indecorosos, como não a encontro para o jornal do COMMERCIO a provocar e sustentar esse vergonhoso bate-boca, e, se é verdade o que me dizem daí, a oferecer-se ainda, sem êxito a mesquinhos despeitados para a publicação de artigos e livros de ataques caluniosos, à honra pessoal de um nosso parente que é ao mesmo tempo o Presidente do nosso Estado. (...) Há deveres morais a que os interesses materiais devem ceder o passo. Não era o JORNAL DO COMMERCIO, dirigido por um paraibano, primo do Presidente da Paraíba e sobrinho e amigo do homem que, pelo menos aos olhos do País, tem a responsabilidade do

públicos. Lewin (1993) destacou: “A principal ofensiva fiscal do governador, no entanto, foi direcionada no sentido de tratar da questão da dependência comercial da Paraíba com relação a Pernambuco. Como parte do conjunto de medidas orçamentárias para 1929, aprovadas pela Assembléia em novembro de 1928, a Paraíba adotou uma nova tabela para os impostos de exportação. Nos meses que se seguiram, o documento original foi suplementado por listas itemizadas de todas as importações e exportações do estado. O propósito da nova tabela era o de fechar a Paraíba atrás de uma ‘muralla da China’ de proteção tarifária, defendendo o estado da dominação comercial de seus vizinhos. Elevavam-se os impostos de exportação para desencorajar o fluxo do algodão para os mercados de fora do estado e para diminuir o papel de Recife em relação à economia paraibana. A nova tabela dos impostos de exportação visava sobretudo redirecionar para a capital e para o porto de Cabedelo o algodão proveniente de Campina Grande e das zonas sertanejas.” (p. 338). Para saber mais vide: Lewin, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

governo do Estado; não era ao Jornal do Commercio que cabia ocupar-se dessa questão. (PESSOA *Apud* RODRIGUES, 1978, p. 56)

Segundo Mariano (2010, p. 111) foram esses discursos divulgados nos jornais que “‘fabricaram’ e ‘forjaram’ o movimento de Princesa”.³⁵

Em concomitância com as mudanças empreendidas por João Pessoa no Estado da Paraíba e as desavenças geradas internamente, no plano nacional aproximavam-se as eleições para a Presidência da República que se realizariam em 1º de março de 1930. Do lado situacionista tendo o apoio do então presidente Washington Luís, estavam Júlio Prestes e Vidal Soares, ambos do Estado de São Paulo. Em oposição foi lançada a Aliança Liberal, composta por representantes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Antes disso, os Estados de São Paulo e Minas Gerais eram aliados e faziam parte do bloco político conhecido como “café com leite” e se baseavam no acordo de revezamento da presidência entre ambos. Washington Luís era o representante de São Paulo, e deveria ser substituído pelo representante mineiro, porém ele decidiu indicar outro paulista, Júlio Prestes, à sucessão presidencial. Nesse sentido, surgiu a Aliança Liberal propondo o nome de Getúlio Vargas para ocupar o cargo de Presidente da República, à João Pessoa foi feito o convite para concorrer a vaga de vice-presidente. Em entrevista a Aspásia Camargo, José Américo de Almeida afirmou que o provável motivo de se ter optado pelo nome de João Pessoa, tenha sido para atrair o apoio de Epitácio Pessoa e contentar a região norte/nordeste. O presidente paraibano entrou em contato com o tio, que apesar de estar afastado da política era sempre consultado pelo sobrinho quando precisava tomar decisões importantes e só depois de ter a resposta é que decidiu ser o candidato a vice da chapa da Aliança Liberal.

O Estado paraibano foi o último a ser consultado sobre a sucessão presidencial de Washington Luís. Quando esta consulta se deu, João Pessoa já tinha sido convidado e aceitado fazer parte da chapa de oposição. Era dia 29 de julho, este que ficou conhecido como o dia do “Nego”. José Américo relata que na verdade “esse verbo não apareceu em nenhum documento do dia. Pode-se dizer, sem nenhum abuso de frase, que o ‘négo’ foi uma atitude” (ALMEIDA, 1978, p. 16), o termo usado por João Pessoa foi, na verdade, “veto”, como observamos na mensagem feita pelo presidente paraibano, enviada à Assembleia Legislativa, justificando sua atitude de não apoiar os candidatos sugeridos pelo Catete.

Não me caberia emitir opiniões sobre candidaturas, atendendo a boatos e notícias veiculadas pela imprensa, que não é sempre bem informada, -

³⁵ O movimento na cidade de Princesa será abordado mais à frente.

assim respondi à consulta confidencial que me fez a bancada parahybana a Camara Federal.

Certo dia, após a entrega da carta de rompimento do presidente Getúlio Vargas ao presidente Washington Luís, recebi daquela bancada nova interpelação, a pedido do sr. Villaboim, relatando a adesão, em massa, dos Estados ao Catete, e que devia manifestar-me também. Isto, em termos vagos e genéricos.

Pedi então que esclarecessem a situação, e adeantei que só externaria a minha opinião mencionados os nomes e, mesmo assim, com restrições.

Outro comunicado me foi endereçado, e neste se alludia à candidatura do sr. Júlio Prestes, digno presidente de São Paulo, sem referência à vice-presidência.

Reuni o meu partido e este **vétou** unanimemente o nome do político paulista. Levei essa decisão ao conhecimento dos interessados. (*apud* RODRIGUES, 1978, p. 68-69, grifo nosso).³⁶

João Pessoa pediu também a opinião de José Américo de Almeida, que está relatada em seu livro de memórias *O Ano do Nego*, como um tipo de alerta:

Fundava-me num passado de ontem, em precedentes de brutalidades reacionárias e intervenções violentas com que tinham sido esmagadas todas as veleidades de rebeldia e idealismo. [...] a Paraíba vai sofrer horrores, o futuro dirá”. O secretário acreditava num futuro incerto, mas também concordava com o apoio à chapa oposicionista, constatou também que “a brincadeira vai custar-nos caro. (ALMEIDA, 1978, p. 14).

O medo de Almeida baseava-se em acontecimentos anteriores em que Estados pequenos como a Paraíba, quando entravam em confronto com o governo federal saíam perdendo, além do Estado encontrar-se isolado na região Nordeste, com seus vizinhos – Pernambuco e Rio Grande do Norte, por exemplo – apoiando a chapa situacionista. José Américo de Almeida afirmava que “quando um estado lutava com o governo federal, o Catete esmagava. E, quando eu dizia a **ele** que nós íamos vencer, **ele** respondia: ‘Poder é poder, governo é governo’”³⁷ (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 128, grifos nossos). Além dessa dita preocupação com as consequências da adesão à chapa da Aliança Liberal, Almeida também se preocupava com os rumos que sua carreira política levaria, uma vez que acreditando na possível derrota do Estado, ele também cairia.

Certamente, João Pessoa estava ciente de que essa escolha lhe causaria problemas junto ao Catete, uma vez que o Estado se encontrava no contexto da guerra tributária e que a oligarquia epitacista perdia o apoio de alguns chefes sertanejos. Por outro lado, o “nego”

³⁶ Para saber mais, vide RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978, p. 63-69.

³⁷ Para “ele” leia-se Inácio Evaristo – chefe político da capital que rompeu com João Pessoa depois da adesão a Aliança Liberal. Conversa entre José Américo e Inácio Evaristo relatada pelo primeiro em entrevista a Aspásia Camargo.

entusiasmou uma parte da população que se viu orgulhosa pela atitude de seu líder. (SOUSA NETO, 2012, p. 26), fato esse relatado por José Américo de Almeida.

Os paraibanos queriam o rompimento³⁸, queriam a luta. Achavam interessante um estado pequeno arcar com esse esforço. Era um estado pequeno enfrentando o Catete, um estado isolado no Norte. Depois de Minas e do Rio Grande do Sul, foi o único que se incorporou à Aliança Liberal; e estava lá, acossado pelo inimigo. Estácio Coimbra, de Pernambuco, era inimigo. Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, também. Todos os adversários ficaram com Washington Luís. A Paraíba estava espremida. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 125, grifos nossos)

Em represália, o governo federal iniciou uma campanha contra a Paraíba o que acabou privilegiando os “inimigos” do presidente, que se viram beneficiados com as atitudes tomadas pelo Catete, principalmente os pernambucanos. Além das demissões e transferências de funcionários federais da Paraíba para outros Estados, o contrato com o porto de Cabedelo foi cancelado, foi cobrado pagamento de dívida ao Banco do Brasil, houve embargo e violação de telegramas e cartas, entre outras medidas. Essa ação acabou favorecendo a campanha da Aliança Liberal na Paraíba, pois o partido passou a trabalhar a imagem do presidente como vítima da opressão do governo federal, e assim “o presidente paraibano em função dessa nova identidade reconquistou a simpatia de governantes descontentes no início de seu governo” (RODRIGUES, 1978, p. 76-78). Dessa maneira percebe-se que os inimigos de João Pessoa dos Estados vizinhos, principalmente Pernambuco, bem como os chefes dos sertões paraibanos, se aproveitaram das ações de represália do governo federal para obter lucros e tentar barrar a campanha da Aliança Liberal no Estado, porém o que se deu foi uma reviravolta para a campanha liberalista, pois tais ações fortaleceram a imagem do candidato à vice-presidência e conseguiram mais apoio à causa getulista na Paraíba.

Além das eleições para Presidente e vice-presidente da República, haveriam também eleições para o senado e para a câmara federal. Com o ideal de renovação política e rejuvenescimento da bancada, João Pessoa defendendo o revezamento dos candidatos, divulgou a composição da chapa que concorreria ao pleito, sendo ela composta por Manuel Tavares Cavalcanti para o senado e Carlos Pessoa, José Américo de Almeida, Antônio Galdino Guedes e Demócrito de Almeida para deputados, foram excluídos todos os candidatos à reeleição, com exceção apenas de Carlos Pessoa, seu primo.

³⁸ Devemos salientar que essa foi uma afirmação dada por José Américo de Almeida, e que este mantinha um discurso de que “toda” a população apoiava o governo. No entanto, sabemos que uma parcela dessa população, era contra o rompimento e contra o movimento “revolucionário” de 1930.

Mais uma vez, João Pessoa, firmando em sua vontade inflexível, afrontava lideranças tradicionais: neste evento específico, afrontava dentre outras, as figuras – todos membros da Comissão Executiva – de **Júlio Lira**, segundo vice-presidente do Estado;

Cel. Inácio Evaristo, presidente da Assembléia Legislativa e chefe político na capital;

João Suassuna, ex-presidente do Estado, deputado federal em duas legislaturas e chefe sertanejo aliado a poderosas famílias como Cunha Lima, Dantas e Pereira Lima;

Cel. José Pereira Lima (suplente), chefe político do município de Princesa e deputado estadual em quatro legislaturas consecutivas.

O gesto fomentaria um clima de insatisfação no Partido e fazia surgir a possibilidade de sérias cisões internas. (RODRIGUES, 1978, p. 84-85, grifos nossos)

José Américo de Almeida relatou que a vontade de João Pessoa era fazê-lo senador, pedido esse que foi negado pelo secretário, uma vez que se achava um “novato na política” e acreditava que o cargo deveria ser ocupado por um veterano. O presidente insistiu que precisava de alguém de sua confiança, que pudesse acompanhar os problemas da Paraíba na capital do país e para tal, lançou o nome de Almeida para concorrer ao cargo de deputado federal. (CAMARGO, 1984, p. 136). Essa seria a primeira vez que José Américo de Almeida participaria de uma eleição.

Em campanha, João Pessoa seguiu viagem em 19 de fevereiro de 1930, para o interior do Estado, e levou com ele o seu secretário do Interior e Justiça José Américo de Almeida, este que era o responsável pelas articulações políticas, transmitia as notícias aos líderes sertanejos, era também aquele que tentava conseguir novos apoios para a chapa da Aliança Liberal. É nesse momento, enquanto acompanhante e articulador de João Pessoa que Almeida começou a firmar uma base para o seu poder político, fazendo a campanha em prol de sua candidatura a deputado, e é o que se vê após a votação de março de 1930 em que se destacou como o candidato mais votado.

Essa viagem tinha o caráter eleitoreiro, uma vez que se buscava divulgar a proposta da Aliança Liberal e assim conseguir mais adeptos a causa. José Américo de Almeida não via com bons olhos a visita ao município de Princesa, dada as circunstâncias da relação entre o presidente do Estado e o chefe local. “Princesa era o domínio de José Pereira, como chefe situacionista. E as relações entre ele e João Pessoa não eram boas. Ao contrário, estavam seriamente estremecidas” (ALMEIDA, 1978, p. 44).³⁹ Quando a comitiva do presidente chegou

³⁹ “A relação entre João Pessoa e José Pereira não era nada amigável. No primeiro encontro dos dois, na posse do governador, João Pessoa perguntou ao coronel por que no seu município tinha tantos cangaceiros. Imediatamente, José Pereira respondeu: ‘Os cangaceiros que eu tenho no município são os eleitores do meu tio Epitácio’ (CARDOSO, 1954, p. 33). Essa frase ficou conhecida nacionalmente com o filme ‘Parahyba Mulher Macho’, da

em Princesa, foi recebida com festa pelos princesenses, toda a cidade estava vermelha – cor símbolo da Aliança Liberal. José Pereira hospedou João Pessoa e José Américo de Almeida em sua residência e ofereceu um banquete de boas-vindas à comitiva do presidente. A noite foi de festa, porém existia uma certa tensão no chefe local, Almeida relatou que José Pereira parecia não estar muito satisfeito com a presença deles em sua cidade, “estava constrangido”. José Américo de Almeida ficou responsável por informar a composição da chapa a José Pereira, que a princípio não se mostrou contrário. Como constatou Almeida (1978, p. 48), “Ainda ignorava ou fingia ignorar a preterição de João Suassuna, o político do Estado com quem era mais ligado. Ficou sério, com o rosto duro e os olhos acesos. Depois, para disfarçar, fez troça, à custa de alguns dos nomes escolhidos para a deputação”. Na cidade, o secretário foi informado de conspirações contra João Pessoa, vindas de Triunfo, em Pernambuco,⁴⁰ como articulador que era tentou, sem êxito, conseguir o apoio do chefe princesense à causa liberalista.

[...] chamei José Pereira e disse: “Luzardo passou na capital e perguntou por você, se podíamos contar com você no caso de uma revolução.” Ele disse: “Então a revolução está perto?” Eu já sabia, mas falei: “Não sei.” Ai ele respondeu: “Isso é impossível. Se houver revolução aqui, há em Pernambuco três mil homens para combater o movimento.” Pelo jeito dele, concluí logo que estava rompido. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 134)

Ao amanhecer, José Américo de Almeida e a comitiva presidencial partiram para terminar de fazer a visita de cortesia as outras cidades do sertão paraibano⁴¹. Saíram de Princesa certos do apoio de José Pereira ao pleito que se aproximava. Quando retornaram a capital paraibana, João Pessoa recebeu um telegrama de José Pereira rompendo com o presidente. O telegrama dizia:

Dr. João Pessoa – acabo de reunir amigos e correligionários aos quais informei do lançamento da chapa federal. Todos acordaram mesmo que V. Excia. escolhendo candidatos à revelia da Comissão Executiva, caracteriza palpável desrespeito aos respectivos membros. (...) Semelhante conduta aberrante dos princípios do partido, cuja orientação muito diferia da atual, adotada por V. Excia. acaba de falsear. Por isso tudo delibero adotar a chapa nacional,

cinasta Tizuka Yamazaki” (MARIANO, 2010, p. 115). Além desse primeiro encontro durante a posse de João Pessoa, “a chamada campanha de desarmamento atingiria Princesa em cheio; tivera de ser oculto o arsenal para não ser apreendido. Tinham sido, ao mesmo tempo, afastados homens fora da lei que viviam sob uma proteção ostensiva. Outras medidas de ordem geral postas em prática haviam desgostado o chefe sempre ouvido sobre todas as providências tomadas pelo governo do Estado, dentro de sua área. José Pereira vira seu irmão Manuel Carlos, administrador da Mesa de Rendas, removido sem audiência sua e sem ser-lhe dada qualquer satisfação” (ALMEIDA, 1978, p. 44-45).

⁴⁰ Para saber mais a respeito, vide: CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 133-134.

⁴¹ Além de José Pereira, João Pessoa visitou José Duarte Dantas, líder político da cidade de Teixeira. Este era parente próximo de João Suassuna e também viria a romper com o presidente do estado. A respeito, vide: ALMEIDA, José Américo de. As Cruzes da Estrada. In: **O Ano do Nego**. João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978[1968], p. 51-52.

concedendo liberdade a meus amigos para usarem direito de voto consoante lhes ditar opinião, comprometendo-me ainda defende-los se qualquer ato de violência do governo atentar contra o direito de voto assegurado pela Constituição. (MARIANO *apud* MARIANO, 2010, p. 123)

João Pessoa chegou a não acreditar na situação que estava se impondo, já que até pouco tempo antes, tanto João Suassuna, José Pereira, quanto outros chefes dos sertões continuavam afirmando apoio à chapa da Aliança Liberal, para ter a certeza o presidente paraibano enviou telegrama pedindo ratificação de José Pereira, em que dizia: “PARAHYBA, 23 (Urgente) – Coronel José Pereira – Rogo favor dizer-me se me transmitiu telegrama n 52, de ontem, com 122 palavras, às 17 horas. Abraços – João Pessoa” (*apud* RODRIGUES, 1978, p. 95-96), e recebeu como resposta do chefe princesense:

PRINCEZA, 23 – Exmo. dr, João Pessoa – Parahyba – Respondendo radiograma nº6 onde v. exc. parece estranhar meu veemente protesto de anulação da comissão executiva, addito meu telegrama nº52, de ontem, QUE MAIOR MOTIVO MEU AFASTAMENTO REPRESENTA MINHA REACÇÃO CONTRA HUMILHANTES E OFENSIVAS REFERENCIAS V. EXC. FÉ MINHA PESSOA ocasião reunião comissão executiva, de que fui informado fonte segura por telegrama amigos incapazes mentira. Saudações – José Pereira. (*Apud* RODRIGUES, 1978, p. 95-96)

Os líderes sertanejos vieram a romper com o governo nas proximidades das eleições presidenciais, em que João Suassuna apresentou chapa eleitoral alternativa e José Pereira partiu para a sublevação do Estado. Ficando evidenciado que esta não foi uma ruptura abrupta, mas pensada e planejada cautelosamente. (ASSIS, 2005, p. 84)

As versões de como se iniciou o levante na cidade de Princesa são muitas, vários são os autores que já contaram como se deu tal processo, entre eles podemos destacar o livro de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1978, p.15), em que a autora buscou entender as vinculações desse movimento com os acontecimentos que puseram fim a chamada República Velha, ela afirma:

A “revolta de Princesa” foi um movimento sedicioso que, iniciando-se a 28 de fevereiro de 1930 com o rompimento político-partidário entre o “coronel” José Pereira e o presidente da Paraíba, João Pessoa, terminou por se constituir em confronto armado envolvendo de um lado os comandados do coronel e do outro as forças da polícia militar paraibana; prolongando-se até 26 de julho do mesmo ano.

As medidas tomadas por João Pessoa no início de seu governo acabaram incomodando muita gente, como citado anteriormente, pernambucanos e os chefes sertanejos se viram prejudicados. Uma dessas medidas que acabou levando ao rompimento de Princesa foi a Guerra Tributária travada pelo presidente. Contudo, o ato que mais fortemente influenciou na decisão de José Pereira, foram sem dúvidas, os nomes escolhidos pelo governador para a renovação da

bancada paraibana nas eleições de 1930. Os Pessoa de Queiroz viram aí um momento propício de se conseguir tirar o comando da Paraíba das mãos do primo, e asseguraram a José Pereira “reaja que nós o sustentamos” (INOJOSA *apud* RODRIGUES, 1978, p. 101)

José Américo de Almeida na figura de Secretário do Interior e Justiça, opinou a João Pessoa que era preciso as forças militares estaduais se posicionarem o mais rápido possível, sem dar chances ao “inimigo” de se preparar. O presidente preferiu não se manifestar, pois estava nas vésperas do pleito e não queria “prejudicar um colégio eleitoral, para depois se dizer que fizera isso de propósito, com o fim de ganhar a eleição” (ALMEIDA, 1978, p. 53), enquanto isso José Pereira armou seus homens e preparou-os para a luta; buscou o apoio do governo federal que lhe enviou armas e aliou-se aos Estados vizinhos, principalmente Pernambuco, o qual contava com o apoio dos Pessoa de Queiroz, adquirindo força. José Pereira começou então a articular juntamente com outros chefes sertanejos a intervenção federal no Estado e a deposição de João Pessoa do governo da Paraíba. Nesse ínterim, o presidente novamente reuniu comitiva e seguiu viagem de campanha pelo sertão, alegando que da primeira vez não tinha visitado todos os municípios. No meio do caminho chamou o Tenente Ascendino Feitosa⁴² que se encontrava em Campina Grande e deu ordens de que ele retomasse seu posto na cidade de Teixeira. No dia 28 de fevereiro de 1930, véspera da eleição, chegavam as tropas da polícia paraibana à cidade. Houve trocas de tiros com membros da família Dantas. José Pereira cumpriu a promessa feita em seu telegrama de rompimento e mandou seus homens em defesa dos aliados. “Estava deflagrada a Revolta de Princesa” (RODRIGUES, 1978, p. 102).⁴³

Chegado o dia do pleito, José Américo de Almeida foi o candidato a deputado mais votado de todo o Estado, com cerca de 29 mil votos. Apesar de ter sido eleito, não assumiu o cargo, pois a vitória dos candidatos da Aliança Liberal não foi aceita pela “Comissão de Verificações de Poderes”, instituída pelo Catete e pelo ministro da Justiça para verificar a veracidade do pleito eleitoral. O resultado das eleições se deu da seguinte maneira:

Senador – Manuel Tavares Cavalcanti (Aliança Liberal) – 31.967 votos e José Gaudêncio Correia de Queiroz (Perrepista) – 12.000 votos. Deputados Federais – Aliança Liberal: José Américo de Almeida, 29.103; Carlos da Silva Pessoa, 28.458; Antônio Galdino Guedes, 28.454; Demócrito de

⁴² Ascendino Feitosa era o delegado de polícia da cidade de Teixeira e inimigo da família Dantas, que exercia o controle político do município. Quando irrompeu a campanha em Princesa, fugiu da cidade abandonando seu posto.

⁴³ Como o objetivo deste trabalho é falar da atuação de José Américo de Almeida como Secretário de Segurança Pública durante a Revolta de Princesa, alguns detalhes do movimento não serão abordados, para tanto sugerimos a leitura de RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978; e também, MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto?: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Almeida, 28.318. Perrepista – João Suassuna, 13.328; Flávio Ribeiro Coutinho, 11.181; Acácio de Figueiredo, 10.520; Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, 9.800; Cláudio Oscar Soares, 2.905; Álvaro Correia Lima, 2.549. (AIRES, 2006, p. 17, grifos nossos)

A surpresa maior, para estes que concorriam no pleito foi a de que “os resultados das eleições foram alterados ainda no estado paraibano, quando o juiz federal, estranhamente, havia entrado de férias” (BARBOSA, 2012, p. 52), João Pessoa sugeriu que Almeida fosse ao Rio de Janeiro apurar sobre as alterações das eleições e verificar como se daria a contagem dos votos, para isso teve que se afastar das funções de Secretário do Interior e Justiça. Chegando lá, não viu articulações da Aliança Liberal e constatou que deixaram de apurar as atas de 36 municípios paraibanos, de um total de 39. Buscou ainda apoio à sua candidatura de deputado e dos outros candidatos da Aliança Liberal, mostrando as apurações fraudulentas que ocorreram na Paraíba, porém não logrou êxito. Com esse ocorrido, acabou desapontando-se com os rumos que a política partidária havia tomado e decidiu ficar no Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois, José Américo de Almeida foi convidado por João Pessoa para fazer parte novamente de sua equipe de governo, agora na posição de Secretário de Segurança Pública com o objetivo de chefiar a luta armada contra os revoltosos de Princesa. Ainda no Rio, Almeida recebeu das lideranças da Aliança Liberal, poderes e tornou-se o líder civil da “revolução” na região Norte/Nordeste, como relatou no seu livro de memórias *O Ano do Nego*: “Retomava-se a conspiração. Garantiram-me que estava na hora e deram-me poderes para ativá-la no Norte, no setor civil. Eu me responsabilizava e empurravam-me, dizendo que era questão de dias” (1978, p. 63).⁴⁴

A Paraíba passava por dois momentos delicados e tensos, primeiro as eleições de 1930 e o golpe que se pretendia dar, e segundo a Revolta na cidade de Princesa. De um lado o Estado precisava colaborar financeiramente na campanha “revolucionária” e de outro não tinha verbas para fazê-lo, uma vez que gastava todas as suas verbas para combater os homens de José Pereira. João Pessoa acreditava que o dinheiro doado para custear a “revolução” retornaria em forma de armas. “Foi um dinheiro perdido. Nunca chegou o material esperado que teria sido jogado ao mar pelo vapor que o transportava” (ALMEIDA, 1978, p. 66). Toda a verba estadual evaporava-se na luta. A situação das tropas militares do Estado não era boa, os homens de José Pereira estavam bem preparados, armados e municiados para a campanha.

⁴⁴ A atuação de José Américo de Almeida na campanha da Aliança Liberal será abordada no tópico **2.2 – José Américo de Almeida e a campanha da Aliança Liberal no Norte/Nordeste: O americanismo começa a firmar suas bases** – deste trabalho.

Para a luta, José Pereira reuniu cerca de dois mil homens que sempre estiveram em vantagem militar: uma turma guardava a cidade e a outra ficava no *front*, todos bem pagos, armados e alimentados. Enquanto isto, a polícia contava com pouco mais de oitocentos homens e um armamento precário: "as vezes de 10 cartuchos disparavam um. Basta dizer que em 1930, brigava-se com munição de 1912", segundo o depoimento do sargento de polícia João Souza e Silva. Em contrapartida, a munição para o exército de José Pereira amontoava-se em centenas de cunhetes de balas, datadas de 1929, com marca da fábrica do Realengo, no Rio de Janeiro. (RODIGUES *apud* MARIANO, 2010, p. 124)

José Américo de Almeida concluiu que a culpa pela situação em que o Estado se encontrava, se deu devido ao bloqueio imposto pelo governo federal, que impossibilitou a compra de armas e munição para as tropas estaduais, que ficavam, assim, sem meios de atacar e progredir no combate, além das “desinteligências” dos líderes que não sabiam conduzir a luta.

Todo o vale do Piancó já estava imerso em um grande conflito bélico, ao contrário do que pensava João Pessoa, o inimigo sertanejo atacava o cariri e seguia rumo ao litoral. José Américo de Almeida, agora Secretário de Segurança Pública decidiu dirigir a campanha do governo no centro das operações na cidade de Piancó.⁴⁵ Para ele a presença era fundamental no comando da tropa. Almeida passou a representar a autoridade única no combate à Princesa, chegou até mesmo a afirmar que levaria a luta até as últimas consequências. Assis (2005, p. 93) afirmou que **“Américo foi um dos protagonistas deste combate o que dá evidência à colocação de Pecaú, ao afirmar que a *intelligentsia* ‘[...] não brincavam de política’ e muitos deles, como no caso, Américo, expuseram suas carreiras e suas próprias vidas em busca de um ideal, a Revolução”** (Grifos nossos).

Sem os exageros que cabem a passagem acima citada, concordando com a opinião de Assis, também notamos que foi a partir da atuação que teve na Revolta de Princesa que José Américo de Almeida conseguiu firmar seu poder político no Estado, já que através desse comando ele destacou-se como importante figura política para a Paraíba, dessa maneira ele expôs sua carreira com a intenção de “colher os frutos” dessa ação num futuro.

José Américo de Almeida partiu para o centro das operações com o intuito de colocar ordem nos acontecimentos. Ao chegar, deparou-se com um grande número de deserções; notou que as condições dos soldados que lutavam pelo governo não eram boas, faltavam-lhes armas

⁴⁵ Sobre a presença de José Américo de Almeida no centro de operações, Manuel Arruda de Assis, que era o encarregado das operações defensivas em Princesa, homem de confiança do secretário, relatou para Aspásia Camargo: “Zé Guedes disse: ‘Olha, Arruda, nunca vi um velho mais valente do que esse, é valente até demais. É um sujeito forte danado, tem capacidade de comando’. Se não fosse ele, em Piancó, a coisa tinha fracassado logo no começo. Foi José Américo o sustentáculo da campanha. A presença dele foi decisiva” (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 360)

e munições, eram mal remunerados e mal alimentados, muitas vezes esses soldados eram pegos ou entregavam-se nas emboscadas colocadas pelos aliados de José Pereira, pois teriam melhores condições como prisioneiros. Sabendo da falta de armas e munições pelo lado do governo estadual, muitos eram os militares que vendiam de forma ilícita sua própria munição. Para acabar com essa situação, o secretário começou a agir, “Eu precisava usar de energia, mesmo de certa dureza, para cortar o mal pela raiz. Era meu velho sistema: pegar o primeiro para dar a lição. A coação moral seria um santo remédio, para que não se repetisse o mal” (ALMEIDA, 1978, p. 79). Para pôr fim ao comércio ilegal José Américo de Almeida agiu prendendo os receptores desse comércio ilegal, e também aqueles que criavam boatos acerca do combate eram punidos, pois o secretário “sabia que o boato seria o maior inimigo” (ALMEIDA, 1978, p. 75), os soldados que praticavam saques e depredações também eram punidos.

Almeida era também contra o castigo físico praticado nos praças⁴⁶ que, por exemplo, desertavam, pois acreditava que tal ação afastava aqueles homens que se voluntariavam para lutar pela causa da Paraíba, homens esses tão importantes dado a queda no número do contingente, tanto que proibira tal ação. Para fazer-se cumprir sua ordem, chegou até a punir oficiais prendendo-os, o que gerou curiosidade nos soldados, mudando a ideia arraigada de que soldado era feito para apanhar. Com tais atitudes, o secretário tinha certeza do seu domínio sob a tropa. Esses problemas derivavam da falta de comando, como destacou Assis.

No que tange ao conflito em Princesa, as considerações de José Américo sobre os problemas da resistência são extremamente significantes e pertinentes, haja vista centrar a questão no *Comando* e não na tropa, ou seja, o que ocorria na tropa era o reflexo das *desinteligências* ocorridas na condução da luta, bem como o bloqueio imposto pelo estado. (ASSIS, 2005, p. 95, grifos do autor)

Assim, o secretário justificou a necessidade da sua presença, enquanto líder e comandante das forças públicas, para que pudesse controlar os abusos cometidos.

Outro problema enfrentado por José Américo de Almeida e pelo delegado geral da polícia, Severino Procópio, foi a conquista de novos aliados, os quartéis esvaziavam-se e era preciso novos nomes no combate, o que não se fazia tão facilmente uma vez que José Pereira era conhecido em toda a região sertaneja do Estado e nem todos queriam “bater de frente”⁴⁷ com ele. Para ajudar na luta, João Pessoa criou a “semana da bala”, para que a população

⁴⁶ Praças eram aqueles grupos de militares com a formação mais básica e que não exerciam responsabilidade de comando, como soldados, cabos e sargentos. São chamados assim até os dias de hoje. Tal nomenclatura vem desde o período em que o comando do exército estabelecia-se nas capitais dos Estados, e nas cidades do interior (chamadas de praças) estabeleciam-se os destacamentos de sargentos, cabos e soldados.

⁴⁷ Expressão regionalista que tem o mesmo significado de enfrentar.

pudesse doar seus cartuchos de munições e seus armamentos ao presidente do Estado, e assim melhorasse a situação frente à Princesa. Sobre a situação da falta de munições, Assis nos mostrou um dado interessante;

No entanto, parece-nos que a falta de munição não era a principal questão, já que de uma ou outra forma as munições e os armamentos chegavam às tropas. No relato de Francelino, não aparece reclamação sobre a falta de munição, mas sim, o que se questionava era a qualidade das munições que se tinha. Algo mais grave acontecia, ou seja, a corrupção grassada com a compra clandestina de munição, em que o estado pagava pela munição comprada a si mesmo; Américo em *O Ano do Nego* fez denúncia, todavia, não atribuiu responsabilidades, escusando a incompetência do governo que tentava comandar uma operação dessa magnitude à distância, assim como o envolvimento de alguns oficiais, ainda hoje considerados “heróis da resistência”, deixando por conta da imaginação do leitor/pesquisador o desenlace para tal crime “*estabelecer-se um comércio ilícito: a compra de munição aos soldados para revenda.* (ASSIS, 2005, p. 97, grifos do autor)

Sendo assim, fica evidente que a falta de armas não se revelava um problema “sério” a ser resolvido, pelo contrário, a corrupção destacada por Assis era muito mais nociva às tropas estaduais e isso se dava exatamente pela falta de um comando forte e presente. Esse problema da falta de um comando forte é resolvido com a chegada de José Américo de Almeida ao centro das operações. Severino Procópio destacou que “A ida de José Américo para Piancó melhorou nossa situação. Estar presente no local dos acontecimentos era um fato animador. Sua ação se fazia necessária. Já estava em ação direta. Com a sua presença as coisas tomaram novo alento” (PROCÓPIO *apud* ALMEIDA, 1978, p. 80).⁴⁸

A luta pela tomada de Princesa prosseguia e as tropas estaduais perdiam cada vez mais combatentes, o que aumentava o ânimo de José Pereira e de seus aliados, o que acabou prolongando o fim da campanha.⁴⁹ Com homens desertando e com pouca munição, uma estratégia usada foi a de bater em latas simulando tiros de resistência. Além da falta de homens, as tropas estaduais também sofriam com a falta de comida, José Américo de Almeida relatou

Estavam, havia 18 dias, sem ter o que comer, sem nada de nada. O milho e o feijão que tinham encontrado era o único alimento; de milho torrado faziam café. Às vezes, acontecia que a vaca que conservavam presa saía e voltava da

⁴⁸ Ainda sobre a falta de comando Assis destaca a posição de José Américo de Almeida: “Depreende-se que o Comando Geral não tinha o menor controle sobre o que ocorria nos campos de batalha, porquanto em momento algum o oficial deixara o combate, mas foi dele retirado para dizer que lá se encontrava. O que corrobora com a postura de Américo ao afirmar da falta de comando, ter provocado tantas perdas ao estado e quase a derrota para os rebeldes de Princesa” (2005, p. 99)

⁴⁹ Sobre essa demora em se pôr fim à campanha, Sousa Neto (2012, p. 27) destacou: “nenhum dos dois lados envolvidos no combate estava preparado para uma campanha longa como foi a de Princesa. O movimento deflagrado por Zé Pereira com o apoio dos Pessoa de Queiroz havia sido previsto para durar dias ou semanas, tempo este suficiente para que ocorresse uma intervenção federal no estado em favor dos rebelados e opositores de João Pessoa”

caatinga trazendo gado que era abatido, mas faltava sal. Levaram muitos dias comendo pipoca e bebendo água salgada. (ALMEIDA, 1978, p. 85)

Nesse momento, o contingente estadual era de apenas 590 homens, o que ia diminuindo progressivamente devido as contínuas deserções. Foi assim que Almeida encontrou o centro de operações, um verdadeiro caos, enquanto que o “inimigo” conseguia se aparelhar em condições vantajosas. Depois de observar a situação, sua primeira providência foi decidir pela imediata ofensiva com o intuito de lograr uma vitória para dar ânimo a tropa, deu ordem para acelerar a movimentação e assim “ganhou” as cidades de Boa Ventura e Mangueza.

No dia 17 de maio, os tenentes Manuel Benício e José Guedes desalojaram da primeira posição 70 rebeldes. No dia seguinte, voltou o inimigo, encabeçado por José Fausto de Figueiredo, tentando retomar o povoado, mas foi rechaçado. Deu-se outra tentativa no dia imediato, chefiada por José Joca e João Paulino, sendo essa repelida.

Em Mangueza, os cangaceiros foram surpreendidos num açude pela força do sargento Vicente Chaves, deixando muitos corpos sobre o terreno. (ALMEIDA, 1978, p. 87)

Estavam em combate, porém mal municados – como já citado anteriormente. José Américo de Almeida se via numa complicada situação, quando foi informado de que haveriam armas no Tiro de Guerra da cidade de Campina Grande, o rapaz que lhe passou a informação se disponibilizou a ir buscar tal armamento. Em um primeiro momento o secretário reprovou a ideia pensando nas possíveis complicações que surgiriam com o governo federal, depois chegou à conclusão de que se “esse governo auxiliava, abertamente, o inimigo, fornecendo-lhe suprimentos militares, ao passo que a Paraíba estava impedida pelo bloqueio de obter meios para a defesa de sua autonomia”. Esse raciocínio justificava tudo (ALMEIDA, 1978, p. 94), e assim deu as ordens. O trabalho foi feito com êxito e sem chamar a atenção, porém não teve muita serventia, já que as armas estavam quebradas.

Outra função de José Américo de Almeida, na figura de Secretário de Segurança Pública e como líder das tropas do Estado contra Princesa era ficar responsável por receber e distribuir as munições que eram doadas ao presidente João Pessoa, e aquelas que vinham contrabandeadas do Rio Grande do Sul, entre os postos de combate. A maior parte do estoque disponível ia para as tropas que se encontravam na cidade de Tavares, devido a posição geográfica dessa cidade. Os homens viviam cercados e por isso necessitavam estar bem municados para assim defender a posição conquistada, visto que este era um posto muito importante para a campanha do Estado contra Princesa. Almeida relatou a dificuldade em fazer essa distribuição, quando disse: “A última remessa para Tavares estava retida em Imaculada aguardando que partisse um reforço

daquele ponto para abrir-lhe caminho; sem esse apoio, o acesso era impraticável” (ALMEIDA, 1978, p. 100). A cidade de Princesa estava entrincheirada e contava com mais de mil homens bem equipados, que dispunham de livre acesso à Pernambuco, onde iam se reabastecer. Existiam muitas emboscadas no caminho, o que forçava a polícia a seguir por dentro do mato. José Américo de Almeida pensou na divisão da força policial em colunas. Comandada pelo capitão João Costa estava a coluna leste, pelo capitão Irineu Rangel a coluna norte e pelo tenente Ascendino Feitosa a coluna oeste, todas elas deviam seguir rumo a Princesa, encontrando-se com a coluna sul que viria por Pernambuco, o que acabou não logrando êxito uma vez que foi impedida a entrada da última no Estado vizinho.

Sem o consentimento do secretário foi criada a “coluna da vitória”, composta de 180 homens, os quais conclamavam que “dessa vez, Princesa seria arrasada”. O comboio de doze caminhões seguia rumo a Tavares com o objetivo de reforçar a tropa do capitão João Costa. Sem tomar precauções com possíveis ataques dos homens de José Pereira, atravessaram Campina Grande, Taperoá e Teixeira ostentando a vitória. Na frente da tropa havia um feiticeiro, que ia benzendo a estrada e deixando os soldados mais confiantes do sucesso, acreditando que com ele estariam imunes as balas.⁵⁰ O que não aconteceu. Chegando na cidade de Água Branca foram tocaiados pelos homens chefiados por Gavião de um lado e por Antônio Paulino do outro, numa ação surpresa.⁵¹ Sem ter para onde fugir, os caminhões da coluna pararam e foram recebidos à bala, o primeiro a ser atingido com um tiro na testa foi exatamente o feiticeiro e os poucos que sobreviveram largaram suas armas e fugiram. Perdeu-se “35 mil cartuchos reservados para o ataque final” como relatou Almeida (1978, p. 102). Essa passagem ficou conhecida como “O Desastre de Água Branca”. José Américo de Almeida ficou indignado com o trabalho mal feito da tropa e chegou a manifestar seu desapontamento para João Pessoa, que lhe deu carta branca para dirigir a campanha contra Princesa.

Em junho, Almeida seguiu até a capital do Estado, e lá encontrou João Pessoa desanimado com a situação, o presidente não esperava que durasse tanto tempo o embate contra José Pereira e seus homens. Também desanimava o aumento das pressões do governo federal que estava impossibilitando a chegada de material vindo do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará, além de perceber os aliados retraídos. Apesar da situação imposta, a figura do presidente paraibano ganhava brilho, pois

⁵⁰ Encontramos esse acontecimento relatado nos livros de, Rodrigues (1978), Almeida (1978) e Mariano (2010).

⁵¹ Gavião e Antônio Paulino trabalhavam para José Pereira, e lutaram com Princesa contra as tropas do governo estadual em 1930.

Já não havia neutro. Toda a Paraíba tinha sido arrastada no turbilhão. Incompreendido, nos começos, pela inflexibilidade da ação administrativa, acabara ele conquistando, como uma justiça feita à sua obra e por sua combatividade, uma popularidade fanática. Sua figura crescia. Voltavam-se todas as vistas para o Estado indefeso que tinha esses rasgos; todos o Brasil se entusiasmava. (ALMEIDA, 1978, p. 103)

Quando questionado sobre a situação no interior, o secretário achou por bem não revelar muita coisa a João Pessoa, achou melhor não se queixar sobre a situação ao amigo já que, de acordo com o mesmo, as coisas iam bem. As tropas estaduais haviam conquistado Mangueza, Boa Ventura, Alagoa Nova e Sítio, apenas o insucesso ocorrido em Água Branca inutilizou os efeitos causados pelas primeiras vitórias pois deu ânimo aos inimigos. Esta foi a última vez que José Américo de Almeida se encontrou com o presidente. Tornaram-se amigos pessoais, davam-se muito bem, algumas vezes discordavam e acabavam discutindo, mas logo voltavam às boas. Por ser sempre muito franco Almeida acabou conquistando a confiança do presidente paraibano.

Uma estratégia desenvolvida pelo secretário foi a guerra psicológica, a ideia era abater a moral do inimigo. Foi divulgado no jornal oficial do governo *A União*, que a cidade de Princesa seria bombardeada por um avião, porém o que se deu, foi que, apenas lançaram papéis redigidos pelo próprio José Américo de Almeida, uma espécie de boletim de rendição. O lançamento se deu no dia 18 de junho, e neles estava escrito:

O governo da Parahyba intima-vos a entregar as armas e as vossas vidas serão garantidas, dando o governo liberdade aos que não responderem por outros crimes. Confiai na palavra do govêrno. Deveis apresentar-vos aos nossos officiaes. Dentro de quatro horas. Princeza será bombardeada pelos aeroplanos da polícia e tudo será arrazado. Evitai o vosso sacrificio inútil. Ainda é tempo de salvar-vos. Não vos enganeis. Os vossos chefes estão inteiramente perdidos. (RODRIGUES, 1978, p. 155)

O medo rondava a população sertaneja, pois não sabiam sequer o que era um avião, relatos falam que “o susto foi tão grande que um deles morreu do coração na hora que viu o ‘bicho’ chegando. Outros homens atiraram para cima – com um rifle papo-amarelo –, na intenção de matar o ‘grande pássaro’” (MARIANO *apud* MARIANO, 2010, p. 132), o evento causou grande murmurinho na cidade, mas o bombardeio prometido nunca chegou.

Já estava em julho, com os recursos materiais e o dinheiro para o pagamento das tropas se acabando, José Pereira percebendo que a intervenção federal não se daria, uma vez que o presidente Washington Luís só o faria caso solicitado por João Pessoa,

Querem a intervenção a todo custo: chegam a insinuar o absurdo de eu mesmo a pedir para o meu Estado. Mas podem ficar certos de que esse passo não darei absolutamente. E a autonomia do meu Estado hei de defender, queira ou não queira o Dr. Washington Luís, enquanto me restar um vintém nos cofres públicos e um cartucho para queimar. Quanto a intervenção, não pedi nem pedirei, não por orgulho ou por vaidade, mas porque não me quero sujeitar com o meu Estado a uma mistificação. (CAMINHA *apud* MARIANO, 2010, p. 134)

Vendo que o pedido não seria feito e que o Presidente da República não faria a intervenção, José Pereira concluiu que era preciso atacar fortemente as tropas estaduais, para assim desestabilizá-las e conseguir implantar a anarquia. Assim surgiu o território livre de Princesa.⁵²

As ações de tocaia aumentaram; os “cangaceiros” de Princesa⁵³ se espalharam por toda a região sertaneja, tocando o terror na população, causavam alarde para que as pessoas entrassem em pânico e pedissem a intervenção, onde chegavam ditavam as regras; levaram a inquietação por toda parte em que passavam, brincavam com as tropas estaduais fazendo uma espécie de jogo de esconde-esconde. José Américo de Almeida relatou que era difícil conter o inimigo, pois a natureza da região favorecia as manobras deles, além de já conhecerem muito bem o terreno onde estavam pisando, enquanto que os homens do governo iam atrás do invisível. As tropas de José Pereira tomavam determinado lugarejo, vinham as tropas do Estado e os expulsavam, fugiam para outro município e depois retomavam o anterior, ou vice-versa. O objetivo era chegar ao litoral paraibano, na capital para depor o presidente. O que nunca aconteceu, o mais longe que chegaram foi à Monteiro, em seguida já estava lá também as tropas estaduais. A luta não avançava, estava estagnada. Um dia ganhavam, no outro perdiam. Com esse aumento das investidas comandadas por José Pereira, ficou nas mãos de José Américo de Almeida as decisões que deveriam ser tomadas, o que para ele se mostrava uma situação difícil e complicada, uma vez que as tropas estaduais precisavam combater nos quatro cantos do Estado, a luta estava disseminada e de todos os lados vinham ataques.

Diferente de muitos líderes, Almeida não ficava apenas na parte burocrática da campanha, ele trabalhava, ia ao campo em busca de informações. Como percebemos através dos relatos escritos por ele em seu livro *O Ano do Nego*, bem como em outras fontes. Muitos boatos chegavam até o centro de operações relatando que os “cangaceiros” de José Pereira

⁵² Como não é objetivo deste trabalho, não daremos mais informações a respeito do território livre de Princesa. Para mais informações, sugerimos a leitura de RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978.

⁵³ Eram chamados de cangaceiros, pelas tropas estaduais, todos os homens que lutavam para José Pereira.

marchavam rumo à Piancó, o secretário em nada modificou a sua rotina devido a tal boato, como afirmou:

O dia seguinte era de feira. Nunca fechei o centro de operações a esse mercado hebdomadário, apesar de advertido de que os cabras de José Pereira se insinuavam entre os feirantes, como espíões. Entrava e saía quem queria. Enchia-se a rua principal do conglomerado local e de elementos estranhos. **Eu costumava percorrê-la, de ponta a ponta, puxando conversa, recolhendo informações, para saber como andavam as coisas. Dessa vez, ia à cata de notícias sobre o paradeiro do bando,** fazendo perguntas, com o ouvido no mundo, com quem não queria e querendo. Parava e indagava de um de outro se tinha visto, se tinha ouvido falar, até que, de sondagem em sondagem, obtive uma boa referência. Vim saber que os cangaceiros tinham dormido numa fazenda em Pombal, chamada oriente. (ALMEIDA, 1978, p. 115-116, grifos nossos.)

Colhendo informações, José Américo de Almeida partiu para a cidade de Pombal, pois acreditava que a sua presença levantaria o moral daqueles soldados que se encontravam abatidos e sem apoio, não possuía um contingente para acompanhá-lo, mas no momento dessa situação acabara de chegar homens da cidade de Tavares, estes tinham vindo receber material para a luta. Almeida solicitou a companhia dos soldados ali presentes, “não passava de dois caminhões, com 40 soldados, um terço ou menos do grupo que operava naquelas bandas” (ALMEIDA, 1978, p. 121). O secretário estava disposto ao que quer que acontecesse, tanto que seguia ombro a ombro com esses soldados para “infundir-lhes coragem”.

Já em Pombal, percebeu o quão difícil era a situação em que havia se envolvido, já que não era contra ninguém. Gerando um choque de consciência, descreveu que “Era um cidadão moderado e via-me nessa enrascada, metido numa bagunça. Saía de meus cuidados para esse embrulho. Em que tristes circunstâncias me encontrava! O destino fazia de mim seu joguete” (ALMEIDA, 1978, p. 123). Para ele o ideal era que não corresse uma gota de sangue. Com essa dúvida gerada, se viu em um difícil momento, já que ele era quem liderava as tropas do governo, chegando à conclusão de que como já estava completamente envolvido “não tiraria o corpo fora”, estava ciente disto que afirmou: “Não era desses. A causa tornara-se para mim um compromisso de consciência. Havia uma palavra que se vulgarizava e era nobre e grande: responsabilidade. E eu era o responsável” (ALMEIDA, 1978, p. 124). O secretário relatou à João Pessoa, via telegrama, a situação em que se encontravam as cidades no interior do Estado, “lares abandonados e famílias vivendo no mato, inclusive recém-nascidos. [...] Atearam fogo às fazendas, destruindo a pastagem e os últimos recursos de um ano de chuvas escassas. O roubo foi o principal objetivo da incursão” (ALMEIDA, 1978, p. 130), destacou também que depois de sua passagem por tais recantos e da ação da polícia neles, a população ficara

confortada e organizada para a resistência. José Américo de Almeida, surgiu aqui como uma figura que levou alento e dias melhores para os sertanejos, e também mostrou que a ideia era de difundir que as tropas estaduais é que estavam do lado do povo, acabando um pouco com a ideia de grande chefe sertanejo que era José Pereira, colocando-o como culpado pelos problemas dos municípios. Foi essa população que se manifestou após a morte do presidente João Pessoa e deu cabo à “revolução de 1930”.⁵⁴

Segundo relatos de Almeida, de um lado do Estado tudo estava sob controle, haviam conseguido expulsar os homens de José Pereira, mas em compensação do lado mais próximo do litoral e longe do controle do secretário, começava a agitação.⁵⁵

José Américo de Almeida estava planejando ir até a capital para deixar o presidente do Estado a parte do que acontecia na campanha, até que no dia 26 de julho sentiu algo de estranho no ar, tal pressentimento é relatado por Almeida em sua entrevista à Aspásia Camargo onde disse: “Um dia, amanheci e senti uma coisa estranha, uma sensação que não sabia o que era, como que um chamado misterioso me atraindo para a capital. Então, mandei preparar o automóvel e parti do centro de operações para a capital” (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 163).

Devido a esse mal-estar, decidiu partir imediatamente para a capital paraibana. A noite chegou na cidade de Campina Grande, onde fez uma parada para jantar, encontrou-se com Lafaiete Cavalcanti, prefeito da cidade, e foi ele quem lhe deu a notícia da morte de João Pessoa.⁵⁶ Em um primeiro momento Almeida disse não acreditar na notícia, e o questionou de como haveria recebido tal informação.

Muito chegado a João Pessoa, como se fosse da família, ele dobrou o perfil seco, ainda falando em segredo. Não havia comunicação direta. A notícia tinha

⁵⁴ Sobre a morte de João Pessoa e a eclosão da “revolução” na Paraíba, falaremos mais adiante.

⁵⁵ Para saber mais a respeito das tropas de José Pereira conquistarem municípios próximos ao litoral, vide: ALMEIDA, José Américo de. Os Dois Sargentos. In: **O Ano do Nego**. João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978[1968], p. 133-135.

⁵⁶ No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado na Confeitaria Glória localizada na cidade de Recife, capital pernambucana, por João Dantas (sobre João Dantas, vide também a nota de número 20 deste trabalho). Os problemas entre os Dantas e João Pessoa iniciaram-se com o movimento de Princesa, devido o apoio dado a José Pereira. Durante a campanha contra Princesa, iniciaram-se também as retaliações à família Dantas. Devido as perseguições, João Dantas acabou tendo que se refugiar na cidade de Recife, seu escritório na capital paraibana foi invadido pela polícia, e através dos jornais, ele ficou sabendo que seus documentos pessoais foram expostos ao público, dentre esses documentos estavam as cartas íntimas trocadas com Anayde Beiriz. João Dantas não aceitou tal situação, e quando viu nos jornais que o presidente paraibano estaria na cidade de Recife naquele dia, procurou-lhe até que no final da tarde, encontrou o presidente na Confeitaria, acertando dois tiros, tirou a vida de João Pessoa. Como o intuito deste trabalho é falar da atuação de José Américo de Almeida durante o governo de João Pessoa e posteriormente; a morte do presidente não será melhor abordada. Para saber mais sobre esse acontecimento vide: AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2013; RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa**. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, 2009 e RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978.

sido transmitida, debaixo de maior reserva, por um telegrafista que a colhera do serviço em trânsito. João Pessoa fora assassinado no Recife. E nada mais adiantava. [...] E você acredita nisso? Não será aí um boato perverso espalhado por inimigos? (ALMEIDA, 1978, p. 154)

José Américo de Almeida seguiu seu caminho rumo a capital sem querer acreditar no fato. Pensava sobre que caminhos a luta contra José Pereira tomaria, em como ele sustentaria a campanha sem o condutor que havia sido João Pessoa, ficava a imaginar o que sucederia quando fosse dada a confirmação da morte do presidente paraibano, sabia que assim que tivesse certeza do acontecido ficaria ele responsável por manter a ordem no Estado e principalmente na capital, já imaginando a população enfurecida.

Quando chegou à Santa Rita teve a confirmação do infortúnio; e aproximando-se cada vez mais da capital, notou a loucura que se instalara, tanto que “tinham aberto as portas da cadeia. Tinham armado os presos para a vindita” (ALMEIDA, 1978, p. 156). Almeida na posição de secretário de Segurança Pública, passou a tomar providências para controlar a situação, como relatou, “passei a noite na rua, reprimindo esse surto de loucura coletiva” (ALMEIDA, 1978, p. 156).

Assim que chegou a capital, se dirigiu ao palácio do governo onde encontrou-se com amigos correligionários e com Álvaro de Carvalho, vice-presidente que assumiu o comando do Estado. Do lado de fora do palácio, a notícia do assassinato do presidente deixou as pessoas em polvorosa, em grande desespero, clamando pela morte dos inimigos. A cidade estava em grande desordem, casas eram incendiadas – móveis, roupas e vidros eram lançados das residências invadidas –, o exército guardava aqueles “inimigos” mais visados, fazendo guarita na porta de suas casas. No interior do Estado não foi diferente, com os presos de justiça, soltos e armados, a ordem era de destruição e de violências pessoais. José Américo de Almeida relatou que “encontrando a cidade mergulhada no caos, na mesma noite entrei em ação para pôr cobro aos excessos. E aqui começa a minha luta que iria durar 70 dias, até o advento da revolução” (ALMEIDA, 1978, p. 161). Devemos ressaltar que esse discurso de como a cidade se encontrava, foi dado pelo próprio secretário e também foi corroborado pelo jornal *A União* que é um órgão oficial do Estado, dessa maneira não podemos levar em conta, ao pé da letra, uma vez que estes queriam nos mostrar o caos e a necessidade de se concretizar a “revolução”.

Com a morte de João Pessoa, Álvaro de Carvalho assumiu o comando da Paraíba interinamente, Almeida chegou à conclusão de que seu papel de auxiliar do presidente estava cumprido. Ao pedir ao novo governante o seu afastamento veio a surpresa, se saísse Álvaro de Carvalho também entregaria o cargo passando a vaga para Júlio Lira, segundo vice-presidente

na linha de sucessão e inimigo de João Pessoa, e assim estaria perdida toda a investida feita por este para a renovação e mudança na política do Estado, uma vez que a Paraíba passaria a ser presidida por um inimigo oposicionista e aliado do ex-presidente João Suassuna.

José Américo de Almeida insistiu no seu afastamento, dizendo que ajudaria o novo governante só que de fora, mas Álvaro de Carvalho não aceitava. Percebendo que tal afastamento poderia significar, para alguns correligionários, deserção e que era ele quem comandava o partido nesse momento, pediu para ser mantido na função de Secretário de Segurança Pública⁵⁷, e o novo presidente lhe deu plena autoridade para restituir a ordem no Estado. É nesse momento de grande confusão instaurada na Paraíba que se dirigiu até o palácio do governo o general Lavanère Wanderley,⁵⁸ para comunicar ao presidente Álvaro de Carvalho e a José Américo de Almeida que distribuiria forças militares pelo interior do Estado – em Campina Grande, Souza e Santa Luzia do Sabugi, que eram cidades sedes de batalhões. Mesmo sob protestos do secretário de Segurança, essa ocupação tornou-se efetiva.

Foi neste momento que chegou ao fim a Revolta no município de Princesa. A luta armada havia durado cinco meses sem que as tropas do Estado conseguissem se aproximar do município rebelado, nem que os homens de José Pereira conseguissem progredir rumo a capital para depor o presidente e nem veio a intervenção federal esperada desde o início do movimento. Efetivamente, a cidade de Princesa só foi ocupada depois do assassinato de João Pessoa. Com a notícia da morte os homens de José Pereira comemoraram a vitória, no entanto o chefe princesense sabia que havia perdido, ao ser informado do acontecido retrucou: “ – Perdemos!... e completando o vaticínio: perdi o gosto da luta. Os ânimos agora vão se acirrar e principalmente contra mim. João Dantas não devia ter feito isso: eu não comungo com o assassinato” (RODRIGUES, 1978, p. 162-163).

O general Lavanère Wanderley se comunicou com José Pereira via telegrama informando que a cidade seria ocupada com as forças do exército, ambos entraram em acordo e ficou decidido que o líder de Princesa não ofereceria resistência em troca de proteção. “A 11

⁵⁷ Em entrevista a Aspásia Camargo quando perguntado sobre o que ele achava da função de secretário de Segurança Pública, José Américo responde: “Gostei imenso, achei interessante pelo contato que tive com a sociedade, com os homens, com a preocupação com a liberdade e a necessidade de manter a ordem; com os métodos de manutenção da ordem. É um posto muito movimentado. Eu sempre me preocupei com a liberdade, evitando injustiças. Eu queria proporcionar alguns serviços sociais. No meu tempo, a cidade estava sempre infestada de mendigos, mas eu não permitia. Eu dizia: ‘O mendigo, depois de feita a verificação pelos assistentes sociais, vai ficar em casa com uma pensão. O mendigo perturba muito, infesta as ruas’. Dei muita assistência, estudo e, no tempo de carestia, comprava gêneros alimentícios e jogava na feira para evitar alta. Tinha muita preocupação com a carestia. Mas, sobretudo, tinha a preocupação de restituir a liberdade” (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 177).

⁵⁸ O general Alberto Lavanère Wanderley era o comandante militar do 7º Regimento sediado em Recife, que ficou responsável em pôr fim ao movimento na cidade de Princesa.

de agosto de 1930, um contingente do exército composto por 600 homens, comandado por João Facó, chega a Princesa” (RODRIGUES, 1978, p. 164). Apesar da aparente tranquilidade o clima na cidade continuou tenso, haja vista que a “revolução” estava sendo esperada para logo.

2.2 – José Américo de Almeida e a campanha da Aliança Liberal no Norte/Nordeste: o americanismo começa a firmar suas bases.

A movimentação para a campanha da Aliança Liberal iniciou-se simultaneamente com a campanha contra Princesa. Quando aceitou fazer parte da chapa junto com Getúlio Vargas, João Pessoa foi ao Rio de Janeiro para assistir à leitura da plataforma da Aliança Liberal, quando retornou à Paraíba veio acompanhado da comitiva que faria a propaganda liberalista na região Norte/Nordeste.

No Estado instalou-se uma caravana chefiada por Batista Luzardo,⁵⁹ essa seguiria pelo interior rumo aos Estados vizinhos. As instruções diziam para seguir pelo Norte/Nordeste conclamando a população para a insurreição. José Américo de Almeida, na época ainda secretário de Segurança Pública, o hospedou em Tambaú para que se evitasse o contato a sós entre este e o presidente paraibano, uma vez que João Pessoa não admitia a “revolução”. Quando se deu um encontro a sós, João Pessoa disse “Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução!” (ALMEIDA, 1978, p. 38), o que acabou desanimando Batista Luzardo, já que o próprio candidato à vice-presidência da república era contra o movimento, chegando até a querer encerrar a missão na região Norte/Nordeste.

Almeida acreditava que só a “revolução” podia salvar a Paraíba e tentou mostrar ao presidente paraibano o problema que seria caso o Estado se isolasse na região Nordeste. Mais uma, vez articulou para que houvesse o entendimento entre o partidário de Getúlio Vargas e o candidato a vice, sem êxito, o próprio secretário se resolveu com Luzardo e tomou a frente do movimento na Paraíba, respondendo pelo Estado e fazendo a comunicação entre os “revolucionários” do Norte e do Sul do país.

O primeiro contato entre José Américo de Almeida e Juarez Távora, líder militar da “revolução” na região Norte/Nordeste, se deu quando Almeida viajou para o Rio de Janeiro no momento de apuração das eleições de março de 1930. Antes de embarcar rumo a capital federal,

⁵⁹ João Batista Luzardo foi um político gaúcho natural da cidade de Salto (distrito de Uruguaiana). Foi deputado da Assembleia Nacional Constituinte e duas vezes deputado federal. Teve participação ativa nas articulações da Aliança Liberal, comandando o levante em Uruguaiana. Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal.

José Américo de Almeida passou por Recife a mando do presidente paraibano para apurar com os “revolucionários” como “andavam as coisas”, chegando lá encontrou Caio de Lima Cavalcanti⁶⁰ que lhe informou da presença de Juarez Távora no Estado vizinho. Ele vinha fugindo e já despertava desconfiança em Pernambuco, precisava se esconder em outro local. Como Almeida estava apenas de passagem pelo Estado, deu ordens para que ele seguisse com Anthenor Navarro⁶¹ rumo a Paraíba e lá se escondeu na casa do tenente Juracy Magalhães.⁶² Aqui ficou confabulando e agindo como uma espécie de coordenador da campanha, mudando-se de esconderijo com frequência para não ser descoberto. José Américo de Almeida realmente se encontrou com Juarez Távora quando retornou do Rio de Janeiro, agora já nomeado na Secretaria de Segurança Pública do Estado, segundo Almeida, Juarez possuía “um extraordinário poder de comunicação; seria o grande conspirador. Pegava a falar e poucos resistiam à sua sedução persuasiva” (ALMEIDA, 1978, p. 70)⁶³

Além da presença de Batista Luzardo e Juarez Távora, José Américo de Almeida também se encontrou com os tenentes Juracy Magalhães, Bizarria Mamede e Agildo Barata,⁶⁴

⁶⁰ Irmão de Carlos de Lima Cavalcanti, de tradicional família pernambucana. Fundaram em meados dos anos 1920 no Recife o *Diário da Manhã* e posteriormente o *Diário da Tarde*, onde combatiam o grupo até então hegemônico na política de Pernambuco, liderado pelo então governador Estácio Coimbra. Em 1930 apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas. Ocuparam posição de destaque na articulação do movimento de 1930. O irmão Carlos foi nomeado líder civil da “revolução” em Pernambuco, e após a vitória foi nomeado por Vargas interventor federal do estado. (Mais informações a esse respeito vide o sítio http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti - Data da consulta: 24/11/2014 – Hora: 22:55min).

⁶¹ Anthenor Navarro, era engenheiro-geógrafo, foi redator do jornal *A União* na década de 1920, redator-chefe do jornal *O Combate* em 1923, fundador da revista *A Novela* e colaborador da revista *Era Nova*, também em 1923. Em 1928 ingressou na política paraibana a convite de João Pessoa para assumir a Repartição de Água e Esgoto da capital. Destacou-se como excelente articulador nos acontecimentos referentes ao movimento “revolucionário” de 1930. Em novembro de 1930 foi indicado por Juarez Távora para ocupar a interventoria do estado da Paraíba. Morreu em 1932 quando o avião em que viajava caiu. Para saber mais a respeito de Anthenor Navarro, sugerimos a leitura de SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. 2007. 160 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

⁶² Juracy Montenegro Magalhães, nasceu em 1905 na cidade de Fortaleza - Ce, onde iniciou carreira militar no 23º Batalhão de Caçadores (BC). “Em 1923 matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Ri de Janeiro. Em 1927, retornou ao 23º BC, de onde passou a oferecer apoio aos oficiais tenentistas foragidos no Nordeste. Em 1930, servia no 22º BC, na capital paraibana, quando deu abrigo em sua casa a Juarez Távora, designado comandante militar da revolução no Nordeste.” Logo depois de deflagrado o movimento “revolucionário”, seguiu para Recife onde, em nome de Juarez Távora, empossou Carlos de Lima Cavalcanti no governo de Pernambuco. Em 1931, foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia. (Mais informações a esse respeito vide o sítio http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes - Data da consulta: 30/11/2014 – Hora: 23:19 min).

⁶³ Para saber mais da relação entre José Américo de Almeida e Juarez Távora, e como se deu a organização da “revolução de 1930” e dos governos do Norte/Nordeste após o movimento revolucionário, vide: TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. Vol 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1974.

⁶⁴ Jurandir de Bizarria Mamede, nasceu em 1906 na cidade de Salvador - Ba. Em 1923 entrou na Escola Militar do Realengo, formando-se em 1927. Participou da “revolução” de 1930. Em 1931 foi destacado para comandar a Brigada Policial de Pernambuco, em Recife. Agildo da Gama Barata Ribeiro nasceu em 1905, no Rio de Janeiro. Entre 1925 e 1928 estudou na Escola Militar do Realengo. Em 1930 foi designado para servir no 22º Batalhão de

porém o contato desses tenentes era mais direcionado à Juarez Távora, que para eles era uma espécie de iluminado. Almeida encontrou-se apenas uma vez antes da “revolução” com Agildo Barata onde disse: “É a primeira e última vez, para combinarmos tudo” (CAMARGO, 1984, p. 182), para esse contato indicou o jovem Anthenor Navarro que ficou responsável de intermediar com os tenentes. Apenas João Pessoa não queria saber de encontrar-se com eles, haja vista a sua posição contrária a “revolução”.

Quando retornou do Rio de Janeiro, José Américo de Almeida teve a difícil missão de conseguir convencer o presidente paraibano a doar dinheiro para a campanha “revolucionária”, o problema era que o Estado estava sem verbas devido o combate contra Princesa e as represálias sofridas por parte do governo federal, o pouco que restava, João Pessoa guardava para eventuais necessidades, no entanto Almeida conseguiu convencê-lo de que o dinheiro dado retornaria em forma de armas para ajudar a Paraíba na campanha contra José Pereira, o que na verdade nunca aconteceu, as armas nunca chegaram.

Após a morte de João Pessoa, foi criado o clima necessário para que o movimento “revolucionário” acontecesse. Passaram-se “setenta dias delirantes” para que a “revolução” estourasse. Foi exatamente nesse momento que José Américo de Almeida conseguiu consolidar a sua “liderança à frente dos aliancistas, tornando-se o centro irradiador das conspirações ‘revolucionárias’ na Paraíba” (BARBOSA, 2012, p. 55). A morte serviu como um estopim para que as conspirações fossem postas em prática pelos correligionários da Aliança Liberal, mas antes de ser deflagrada a “revolução”, o Estado paraibano encontrou-se numa situação de grande desordem, principalmente na capital.

Assim que a notícia da morte do presidente João Pessoa chegou a capital paraibana, a cidade ficou em polvorosa, a multidão tomou as ruas e começou a pedir a morte dos perrepiistas,⁶⁵ inimigos de João Pessoa, como citado anteriormente. Com o passar das horas as coisas foram se acalmando, até que a notícia de que o corpo estava vindo para o Estado para que o povo pudesse se despedir do seu presidente, agitou novamente os ânimos. José Américo de Almeida foi quem ficou responsável por receber o corpo que vinha de trem, chegando no dia 28 de julho.

Por toda a cidade viam-se faixas pretas e as pessoas chorando a morte do presidente João Pessoa, o corpo ficou exposto na catedral. A calma duraria pouco tempo. À noite, a

Caçadores (BC) na capital paraibana, teve destacada participação na deflagração do movimento de 1930. Após a “revolução” exerceu função de secretário de Juarez Távora. (Mais informações sobre os tenentes, vide o sítio <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias> - Data da consulta: 30/11/2014 – Hora: 23:49 min)

⁶⁵ Perrepiistas eram aqueles que apoiavam a candidatura de Júlio Prestes nas eleições de 1930, que faziam oposição à João Pessoa. O nome surgiu da sigla PRP (Partido Republicano Paulista).

população começou a se aglomerar com o intuito de atacar adversários do presidente. Segundo relata José Américo de Almeida, o povo clamava por vingança, como tardava a reação da Aliança Liberal, iriam eles mesmos “fazer o serviço”, para evitar maiores confusões o secretário encarregou “alguns amigos de irem conduzindo os mais exaltados, um a um, para a igreja. Convidavam tomando-lhe o braço: - Vamos ver João Pessoa. Vamos rezar por ele” (ALMEIDA, 1978, p. 178), essa ação acabou dissolvendo o movimento que se iniciara na praça. José Américo de Almeida chegou a infiltrar pessoas de sua confiança no meio dos agitadores para poder ser informado do que tramavam. As pessoas em um momento velavam e choravam o corpo de João Pessoa, em outro arquitetavam ataques aos inimigos. Na hora da partida, novamente a população enlutada deu espetáculo, correram para as janelas de suas casas, jogavam flores e gritavam palavras despedindo-se do presidente. Nesse momento aconteciam distúrbios em todos os cantos da cidade, Almeida agia tentando controlar a situação. Depois que o corpo partiu, o retrato tirado em Recife,⁶⁶ momentos antes do assassinato acontecer, ficou exposto, e onde esse retrato estava, lá estavam as pessoas fazendo romarias, muitos vinham do interior e iam primeiro ver a foto de João Pessoa e prestar-lhes continência.

Passado o tumulto da morte do presidente, a capital paraibana retornaria a sua calmaria. Quando se abriu a Assembleia Legislativa algumas seções foram agitadas, como a da indicação do líder da casa. José Américo de Almeida relata que por toda a cidade as discussões parlamentares eram comentadas. Interessante destacar a figura da mulher nesse momento, elas muito se envolveram quando foi dada a adesão da Paraíba à Aliança Liberal – durante a revolta de Princesa, na semana da bala, quando fizeram doações de munições ao presidente – e após a morte de João Pessoa.

O que havia de mais extraordinário era que a mulher, ainda vinculada, num meio provinciano, à descrição do lar, dependente e cercada de cuidados, teve o direito de sair e partilhar dessas expansões. Com sua força e sentimento, apaixonou-se e foi também gritar e gesticular, tornando-se a maior animadora da reação. Dava vida às manifestações e empurrava os homens para atitudes extremas. Metia em brios os mais tímidos. (ALMEIDA, 1978, p. 182)

Quando surgiu a proposta de mudança do nome da capital de Parahyba para João Pessoa, uma parte da população mais uma vez se agitou. Em agosto de 1930, houve um movimento envolvendo alguns populares a favor da mudança do nome da capital paraibana. Vale salientar que essa pressão popular se deu a partir daqueles que simpatizavam com as propostas da

⁶⁶ Antes de dirigir-se à Confeitaria Glória onde fora assassinado, João Pessoa passou no estúdio fotográfico de Luiz Pierreck, onde tirou o retrato que entraria para a história.

Aliança Liberal, e que nem todos eram a favor dessas mudanças, até mesmo o presidente em exercício Álvaro de Carvalho, era contra tal mudança, porém a pressão política fez com que a lei a favor da mudança do nome da cidade fosse votada no dia 4 de setembro, sendo assim sancionada posteriormente por Álvaro de Carvalho. José Américo de Almeida mostrou como se deu o fato:

A Assembléia Legislativa funcionava no Teatro Santa Roza. Enchiam-se platéia e galerias e os camarotes estavam superlotados. As alunas da Escola Normal, com lenços vermelhos no pescoço, lançavam-se no recinto, numa algazarra doida. Quando chegava a hora de votar, voltavam-se para os deputados. Arrebatavam vaías e aplausos. E os que dissentiam do sentimento geral eram esperados, à saída, pelos grupos que se formavam na frente do prédio, com apupos e assobios. (ALMEIDA, 1978, p. 182-183)

De acordo com José Américo de Almeida, as pessoas eram incitadas a todo tipo de desordem pelos aliancistas, Álvaro de Carvalho viu a necessidade de pedir o retorno do exército às ruas da capital, depois de dois dias Almeida retomou o controle do policiamento da capital contando com o apoio de alguns oficiais do exército. Quando surgiu a questão da mudança da bandeira do Estado, mais uma vez os ânimos se exaltaram. O então presidente, Álvaro de Carvalho que se mostrava contra essas mudanças acabou gerando uma certa indignação nessa parte da população que pedia por essas mudanças. Almeida foi informado da formação de uma manifestação contra o novo presidente e ordenou que o movimento fosse impedido pelo delegado Severino Procópio. Não conseguindo dispersar os populares, ficou a cargo do secretário contornar a situação, onde agiu da seguinte maneira,

Reuni alguns homens de minha confiança e postei-os nas proximidades da casa ameaçada, com determinação de não permitirem nenhuma hostilidade à pessoa do chefe de governo. Ainda coloquei um grupo à esquina, dando-lhe ordem de não deixar o cortejo atingir o ponto visado. (ALMEIDA, 1978, p. 184)

Logrado o êxito, Almeida partiu para tentar controlar a multidão que se concentrava. Depois de alguns percalços as pessoas se dispersaram. O secretário seguiu agindo e tentando controlar aquela parte da população mais histórica, tentando pôr ordem na casa. Alguns dias foram mais tranquilos, outros nem tanto.

Após a morte do presidente João Pessoa, Álvaro de Carvalho recebeu Clímaco Xavier na capital, para poder resolver a sua situação; este era o juiz da Comarca de Princesa, e quando irrompeu a revolta no município foi colocado em disponibilidade pelo então presidente João Pessoa, por suspeita de dar apoio a José Pereira. A notícia de que o agora presidente Álvaro de Carvalho estava com o “juiz de Princesa”, espalhou-se e rapidamente juntaram-se pessoas nos

jardins do palácio reprovando a presença do juiz no recinto. Ameaçavam apanhá-lo e para isso cercaram todas as saídas do lugar. Coube a José Américo de Almeida resolver a situação, para tal pensou em fazer recuar a população, mas temia que a polícia, compactuada do mesmo sentimento daqueles revoltosos, desobedecesse suas ordens, e assim o caos seria maior ainda. Após o impasse, Álvaro de Carvalho tomou o juiz pelo braço e saiu ao seu lado, Almeida os acompanhou e na ocasião acabou dando voz de prisão a um estudante que se exaltara, tal atitude acabou controlando o ânimo das pessoas que ali se encontravam.

Como relata em seu livro de memórias *O Ano do Nego*, José Américo de Almeida na posição de secretário de Segurança Pública, sempre que era comunicado sobre as inquietações e sobre a aglomeração de pessoas com o intuito de provocar a desordem, se dirigia para o local e agia pessoalmente para dispersar essa população inquieta, percebemos aí a sua atitude de liderança, tomando para si a responsabilidade das consequências.

Almeida também ficou responsável por cuidar que os inimigos políticos de João Pessoa – os perrepistas – não sofressem algum tipo de perseguição como atentados e depredações de suas casas. Devido a isso, manteve intenso contato com o general Lavanère Wanderley, esses encontros serviam para se examinar os acontecimentos e Almeida sempre era questionado sobre a situação, José Américo de Almeida respondia que estava tomando as providências, mas que devido as circunstâncias estava difícil conter aquela parcela da população, ele mostrava a dificuldade que era realizar esse serviço devido a exaltação dos ânimos desses paraibanos que viam a causa da Aliança Liberal com bons olhos, mas dava garantias ao general que controlaria a situação, pois se caso não o fizesse o general tinha ordens de mandar o exército pôr ordem no estado e isso era o que o secretário evitava a todo custo, não se pensava em um choque entre o povo, a polícia e o exército, por isso Almeida estava sempre à frente e lutando contra esse embate.

Todo o país observava apreensivo o que acontecia nesse pequeno Estado do Nordeste e se manifestava a favor deste que era o lado mais fraco, o governo federal não interveio, uma parte da população e alguns políticos encontravam-se numa situação de tanto fanatismo que é certo que a luta seria difícil. Álvaro de Carvalho tentava um acordo em vão, pois a morte de João Pessoa passou a ser mostrada pela Aliança Liberal como um sacrifício deste homem e a resistência era dever dos paraibanos, os aliancistas trabalhavam essa ideia na cabeça dessas pessoas, o sacrifício do grande líder não poderia ser em vão.

A “revolução” era adiada, mas os aliancistas resistiam pois essa figurava-se como uma espécie de “vingança desse povo”. Do sul do país chegavam as notícias de que o golpe estaria perto. Juarez Távora era quem lideraria esse movimento na região Norte/Nordeste, já a José

Américo de Almeida coube se responsabilizar pelo comando da polícia militar do Estado, dando apoio ao movimento quando deflagrado. Com a proximidade de se iniciar a “revolução”, Almeida procurou Álvaro de Carvalho com o intuito de conseguir o seu apoio, a tentativa foi em vão, uma vez que este se mostrava irredutível, era contra.

Sem o apoio do presidente estadual, e o secretário de Segurança Pública contando com os políticos, os municípios e com o controle da polícia estadual, José Américo de Almeida sentiu-se no direito de tirar das mãos de Álvaro de Carvalho toda a autoridade, para isso foi entender-se com líderes políticos e militares, com a finalidade de confirmar apoios pois as conspirações não eram do conhecimento de todos. Foi Almeida que levou o coronel Elísio Sobreira, ex-comandante da polícia militar, para receber instruções de Juarez Távora, líder militar da “revolução”.

Quando se deu o assassinato de João Pessoa, para pôr fim à revolta no município de Princesa, as tropas federais ocuparam a cidade em comum acordo com José Pereira, com o passar dos dias e aproximando-se a deflagração da “revolução”, foram nomeados novos prefeito e delegado, a autonomia do município ia se reestabelecendo, nesse interim Almeida encontrou-se com Álvaro de Carvalho para decidir o número de homens que comporiam o destacamento de polícia daquela localidade, o presidente foi persuadido pelo secretário de que havia a necessidade das tropas estaduais ocuparem Princesa e para isso foram enviados 350 homens, os melhores entre oficiais e soldados, chefiados pelo capitão Emerson Benjamim, dessa maneira estaria a cidade de Princesa quando a “revolução” chegasse.

Nas vésperas do golpe, o clima nos quartéis não era favorável ao movimento, os oficiais eram contra e apenas quatro tenentes articulavam com a Aliança Liberal. Para que não se criassem problemas de insubordinação militar, alguns jovens civis⁶⁷ vestiram as fardas e uniram-se aos tenentes, eles respondiam às ordens do militar Agildo Barata.

Era Anthenor Navarro quem fazia a comunicação entre os tenentes e José Américo de Almeida, foi ele que comunicou ao secretário a notícia que viera do Rio Grande do Sul, de que o golpe seria dado na madrugada entre o dia 3 e o dia 4 de outubro e que ocorreriam levantes simultaneamente nos Estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nesse horário pegariam os oficiais de surpresa, no meio do sono, sem oferecer resistência. À Almeida coube a missão de manter a ordem na cidade e garantir que a polícia militar ficasse do lado dos

⁶⁷ Os jovens civis eram Anthenor Navarro, Odon Bezerra, José Mariz, Artur Sobreira, Bazileu Gomes, Ernesto Silveira, José de Borja Peregrino, Artur Oliveira, Rui Carneiro, Cipriano Galvão, Antônio Primo Viana, Francisco Cícero de Melo, José Minervino, Antônio Ramos Duarte, José de Barros, Acrísio Toscano, Antônio Pontes, José de Lima, Ricardo de Barros, Caetano Júlio, Izaías de Brito e Virginio Cordeiro. Para saber mais a respeito, vide: VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

“revolucionários”. Na Paraíba, a ação prevista para acontecer na capital, dependia do sucesso da tomada do 22º Batalhão de Caçadores (BC) de Cruz das Armas, pois era lá que se encontrava o maior efetivo do exército no Estado e consequentemente o maior número de oficiais.

Ficou acertado entre o secretário de Segurança Pública do Estado e os tenentes que o assalto ao batalhão se daria às 2 horas da madrugada do dia 4, o fator surpresa seria o maior aliado dos aliancistas, à Juracy Magalhães coube preparar o batalhão para o levante. Ainda na noite do dia 3 de outubro, José Américo de Almeida começou a tomar as primeiras providências, preparando a polícia para a eclosão do movimento, como relatou

Chegando à Chefatura de Polícia, eu tomava as primeiras providências, mandando empiquetar as saídas e guardar os pontos principais, quando estalou, para o lado de Cruz das Armas, um fogo de metralhadora. Vi as horas. Não era a marcada. Mais outra saraivada. Crepitava como se fosse atrás de mim e enchia a noite. Não passava de uma e cinco, muito antes do tempo preciso. Que teria acontecido? O relógio estaria adiantado? Outra saraivada e voltou o silêncio. (ALMEIDA, 1978, p. 206)

Devido a uma falha nas comunicações, o movimento no sul do país deflagrou-se primeiro e assim telegramas começaram a chegar informando da eclosão do movimento “revolucionário” no Rio Grande do Sul e alertando a possibilidade do Estado paraibano se sublevar. O tenente Juracy Magalhães recomendou a Agildo Barata que interceptasse toda correspondência endereçada ao comando, pois assim ganhariam tempo para poder posicionar o grupo para o assalto sem estragar o elemento surpresa planejado anteriormente. O diretor dos Correios e Telégrafos estranhando a falta de movimentação por parte do comando do Batalhão, entrou em contato com a unidade militar que enviou um oficial para apurar o ocorrido, segundo José Américo esse oficial quando retornou ao 22º BC deparou-se com Juracy Magalhães dando explicações pelo ocorrido. “Enquanto os oficiais se entretinham decifrando as comunicações, o tenente Agildo Barata mandou um recado a Antenor Navarro para que viesse, imediatamente, com o seu pessoal, se não tudo estaria perdido” (ALMEIDA, 1978, p. 210).

Anthenor Navarro e os civis chegaram ao quartel por volta de uma hora da madrugada, atendendo ao comando de Agildo Barata estes homens invadiram o quartel. O tenente Juracy Magalhães já havia usado de sua patente e recolhido os soldados aos alojamentos. Àqueles oficiais que não estavam no quartel naquela noite, foram presos momentos antes do assalto ao batalhão, por Anthenor Navarro e seus homens.⁶⁸ Segundo Assis,

⁶⁸ José Américo faz um interessante relato sobre a tomada do 22º Batalhão de Caçadores de Cruz das Armas em: ALMEIDA, José Américo de. A Vitória. In: **O Ano do Nego**. João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978[1968], p. 209-213.

O confronto entre os revolucionários e as tropas do Exército foi praticamente nulo, ocorrendo apenas uma ligeira escaramuça. Nesta, morreram o comandante da Região Militar, Gal. Lavanère Wanderley, o seu ajudante de ordens, Ten. Sílvio Gomes da Silveira, o Ten. Raul Reis e o Ten. Paulo Lobo. Entre os revolucionários apenas Antenor Navarro foi atingido, mas sem gravidade. (2005, p. 150)

José Américo de Almeida aguardava notícias da tomada do quartel em frente a chefatura de polícia, quando apareceu Anthenor Navarro comunicando-o sobre a vitória dos “revolucionários”. A exemplo do que aconteceu na capital, no interior do Estado rapidamente tomou-se o controle dos batalhões. A tomada foi rápida e sem percalços no batalhão de Campina Grande e no de Santa Luzia do Sabugi, apenas o comandante do batalhão situado em Sousa, Pedro Ângelo, ofereceu resistência.

No dia 4 de outubro de 1930, com as confabulações do golpe sendo postas em prática, José Pereira foi avisado de que o exército não controlava mais a cidade e que as tropas federais estavam deixando a cidade, e fora aconselhado a fazer o mesmo. “Com a polícia estadual na cidade, o coronel foi para o exílio. Na fuga passou por cinco estados do Nordeste, sem residência fixa, temendo a perseguição da polícia” (MARIANO, 2010, p. 137), retornou apenas de passagem pelo seu município em 1936, onde foi recebido com festa, porém, nunca mais voltou a residir nem tão pouco a liderar a política na cidade de Princesa.

Com a vitória fulminante, rapidamente a Paraíba pode ampliar sua esfera de ação político-militar. De Santa Luzia do Sabugi, tropas encaminhavam-se para o Rio Grande do Norte, de Sousa para o Ceará, de Campina Grande e João Pessoa para Pernambuco. [...] No Sul do país os revoltosos sublevaram-se no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais e marcharam em direção ao Rio de Janeiro para depor Washington Luís. (SOUSA NETO, 2012, p. 35)

Assim que foi confirmada a vitória do assalto ao 22º Batalhão de Caçadores, a população foi convidada para ir as ruas comemorar a conquista. Na manhã do dia 4 de outubro, o governo civil e o comando militar das tropas que se encontravam na Paraíba estavam nas mãos dos tenentes. Juarez Távora, como chefe militar da “revolução” na região Norte/Nordeste, nomeou José Américo de Almeida como líder civil do movimento no Norte/Nordeste e tornou-lhe o primeiro interventor do Estado. Para tal, Juarez Távora enviou carta a Almeida, delegando-lhe poderes.

Prezado amigo,
dr. José Américo:

Como chefe Militar da Revolução, no Norte do Brasil, como Pátria de cidadãos livres, a tarefa, simultaneamente, pesada e honrosa, de assumir, logo que se tenha realizado o levante das tropas de João Pessoa, o governo do Estado da Parahyba.

Penso que essa missão será transitória – pois é minha intenção confiar-lhe, mais tarde, as funções de governo Central, a que se subordinem todas as facções revolucionárias do Norte do País.

É uma merecida homenagem que a Revolução presta à Parahyba, na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares do presidente João Pessoa.

E estou certo de que o Sr. saberá honrar essa minha resolução pioneira – não se frustrando a aceitar as responsabilidades do cargo – depois, tratando de desempenhá-las com a honradez, inteligência e energia de que tem dado sobejas provas, nesta quadra sombria que vimos atravessando.

Cogite pois de ir escolhendo seus auxiliares entre homens de valor no Norte do Brasil.

Sem outro motivo confesso-me seu patrício sincero e admirador.

Juarez Távora

J.P, 3 de outubro de 1930⁶⁹

2.3 – A liderança política na Paraíba e a breve interventoria.

Vitoriosa a “revolução”, José Américo de Almeida assumiu a função de interventor do Estado da Paraíba, em concomitância com o Governo Central do Norte, nessa posição todos os Estados da região Norte/Nordeste estavam subordinados as vontades de Almeida e de Juarez Távora, uma vez que as decisões eram tomadas em comum acordo. Ambos percorreram os Estados da região para nomear os novos governadores, agora com a função de interventores federais. Esse poder foi dado à José Américo de Almeida devido a posição que este tomou quando da decisão do Estado paraibano de apoiar o movimento “revolucionário” de 1930, além da sua postura após a morte do presidente João Pessoa, como o mesmo relata em seu livro de memórias *O Ano do Nego*. Tal investidura nesta função, também estava relacionada com o comprometimento de Getúlio Vargas com a região Nordeste. De acordo com Juarez Távora, Almeida foi designado

Delegado Militar do Governo Provisório e seu representante nos Estados do Norte, desde a Bahia a fim de sugerir medidas que julgasse convenientes ao interesse público, podendo propor demissões, nomeações, transferências e outros atos, que lhe parecessem necessários ao bom desempenho da missão recebida, tendo em vista consolidar nesta parte do Brasil, o regime instituído pela revolução, e continuando diretamente subordinado ao Ministério da Guerra. (TÁVORA *apud* SANTANA, 1999, p. 90)

⁶⁹ A carta está disponível em LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **José Américo de Almeida**. Série Histórica. João Pessoa: U União, 2000, p. 46-47.

Foram escolhidos interventores exatamente àqueles que de alguma maneira contribuíram para a campanha da Aliança Liberal e para o sucesso da “revolução”. Sobre a escolha desses interventores, José Américo de Almeida relatou em entrevista à Aspásia Camargo.

Juarez tinha muita participação nisso, porque queria os tenentes. Havia umas divergências. Em alguns lugares, como Alagoas, por exemplo, foi difícil. Primeiro nós fomos ao Rio Grande do Norte; aí foi escolhido um civil, paraibano, Irineu Joffily. Houve um certo ressentimento, mas era um paraibano casado no Rio Grande do Norte, radicado lá, com relações de família. Depois vieram os tenentes. No Ceará foi um civil, Fernandes Távora. No Pará, foi um militar, Magalhães Barata. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 190)

Essa reorganização dos Estados seguiu a proposta do governo provisório⁷⁰ que fora pensado por Getúlio Vargas, em que com as interventorias, os chefes locais agora estariam subordinados ao governo “revolucionário”, isto é, oligarquias estaduais, ministérios e presidência da República seriam, a partir de agora, interligados. A partir de 1930, através de medidas político-administrativas, o poder centralizou-se nas mãos do governo getulista e isso passou a enfraquecer as elites estaduais, que se tornaram mais dependentes, uma vez que a escolha e nomeação do interventor não dependia dessas elites locais para chegar ao poder.

A política dos governadores, “foi substituída por um sistema, cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos” (GURJÃO, 1994, p. 106). Na Paraíba, porém, esses interventores estavam muitas vezes ligados à elite o que acabou gerando uma convivência pacífica entre essas oligarquias e o poder getulista, uma vez que se mantinha os alicerces do mandonismo local e favorecia a autonomia do governo central para a implantação das mudanças desejadas.

A primeira medida a ser tomada por José Américo de Almeida, quando assumiu o governo do Estado foi a de garantir a paz à Paraíba. Passados poucos dias da vitória da “revolução”, com o golpe ainda acontecendo em outros Estados do país, os ânimos da

⁷⁰ O governo provisório, estabelecido por Getúlio Vargas, após a vitória da “revolução” era composto por políticos influentes de várias regiões do país que passaram a compor os ministérios. José Américo relata como se deu essa organização dos ministros, em entrevista à Aspásia Camargo (1984, p. 190-192), que ficou dividido assim: Osvaldo Aranha (Fazenda); Antunes Maciel (Justiça); Juarez Távora (Agricultura); Washington Pires (Educação); Salgado Filho (Trabalho); José Fernandes Leite de Castro (Guerra), depois substituído por Góis Monteiro; Almirante Protógenes Guimarães (Marinha) e José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas). Além dos ministérios, a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), criou-se novos órgãos federais, institutos e fundações, tudo isso para dar o suporte necessário ao novo tipo de governo, dentre eles estão o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o Conselho Nacional do Café, o Ministério da Educação e Saúde Pública, o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), a Companhia Siderúrgica Nacional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Serviço Social da Indústria (SESI), houve a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outras. Para saber mais a respeito das medidas tomadas durante o governo de Getúlio Vargas, vide: IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

população ainda estavam muito exaltados, e para isso Almeida cuidou para que os inimigos de João Pessoa – os perrepistas – não sofressem represálias e deixou claro para a população enraivecida que “os inimigos da Paraíba e os que haviam concorrido para a morte de João Pessoa jamais teriam aproximação com o seu governo”⁷¹ Durante sua breve estadia à frente do governo do Estado paraibano, José Américo de Almeida cuidou em tomar medidas centralizadoras, demitindo funcionários dos órgãos federais, para isso:

(...) decretou que aqueles serviços permanecessem organizados como antes, até serem devidamente reorganizados pela Revolução, recomendou aos diversos chefes de repartições públicas que lhe fizessem chegar às mãos as relações de pessoal: nomeado, exonerado, mandado addir e voltar a seu serviço, pertencente aos quadros da Fazenda Federal, no período de 7 a 29 de outubro, enquanto o governo provisório tomava ciência da situação, assim como recebeu também relações de pessoal demitidos da Coletoria e da Administração dos Correios. Criou e nomeou comissão determinando que procedessem a inquérito e balanço gerais em todas as repartições federais da Paraíba, a fim de se apurar irregularidades, proporem medidas de ajustes e redução do funcionalismo. (ASSIS, 2005, p. 159)

Além dessas medidas, Almeida também dissolveu a Assembleia Legislativa estadual e os conselhos municipais, e criou uma comissão que elaborou o documento *Problemas e necessidades da Paraíba*, em que apontava as mudanças que o Estado necessitava passar nas áreas da cultura, beneficiamento e comércio do algodão; comércio grossista da capital e da cidade de Campina Grande; indústria e comércio açucareiro; indústria e comércio de couro e peles; sugestão de melhoramentos para a cultura e beneficiamento do fumo; indústria pastoril; viação férrea e rodoviária; navegação; pequena açudagem como fator econômico; crédito agrícola e mercantil; instrução pública e ensino profissional; legislação fiscal, estadual e da fazenda federal; assistência social; saúde pública e higiene; organização hospitalar e institutos de caridade. Outra medida tomada por José Américo foi a de dar assistência aos pequenos agricultores do Estado. No jornal *A União* de 24 de outubro de 1930 saiu a publicação atestando essa medida.

O governo revolucionário, demonstrando uma exata compreensão das suas responsabilidades, tem procurado orientar-se sempre no sentido do interesse coletivo, sem distinguir, neste particular, o credo político dos que recebem o benefício.

Com esta orientação de equidade não podia a Revolução esquecer as classes humildes, os pequenos trabalhadores, os que também forjam a fortuna pública e a grandeza da nacionalidade no esforço quotidiano e anônimo do amanho das terras.

⁷¹ Jornal *A União* de 21 de outubro de 1930.

Em 11 de novembro de 1930 recebeu o convite de Getúlio Vargas para compor a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas⁷², em carta o então presidente dizia:

Palácio do Catete, 11 de novembro de 1930

Dr. José Américo de Almeida – Presidente Parahyba ou onde estiver.

Tenho prazer de convidá-lo para colaborar na alta esfera da administração do governo provisório no cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas pelas suas elevadas qualidades pessoais pt Sei que nos será auxiliar valioso pt Esse convite é também uma homenagem a Parahyba na pessoa do seu digno presidente pt Cordiais saudações Getúlio Vargas.⁷³

Antes de se dirigir à capital federal, José Américo de Almeida deixou organizado um plano administrativo que deveria ser seguido por seu sucessor, o escolhido foi Anthenor Navarro, que se destacara como um dos principais “revolucionários” do Estado, foi ele o responsável por dar continuidade ao processo de centralização idealizado por Getúlio Vargas. Com essa indicação Almeida pôde continuar interferindo nas decisões políticas da Paraíba mesmo à distância. “José Américo jamais perdeu de vista as rédeas da política paraibana, interferindo diretamente sobre as nomeações de todos os interventores até a implantação do Estado Novo, em 1937” (BARBOSA, 2012, p. 59).

Agora, já compreendendo um pouco, como se deu a ascensão do americanismo na Paraíba e como José Américo de Almeida atuou durante esses momentos relevantes para a história do Estado, buscaremos entender como se deu a atuação deste enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas e como a sua atuação nesta pasta colaborou para que o seu grupo político se consolidasse tanto em seu Estado natal, como em outros Estados da região Norte/Nordeste do país.

⁷² Juarez Távora foi o primeiro nome a ser indicado para a função de ministro da Viação e Obras Públicas, chegou a ser empossado no dia 4 de novembro de 1930, porém, dias depois José Américo de Almeida foi nomeado titular da pasta, pois alguns “revolucionários” não aceitavam que um militar ocupasse o cargo que competia a um civil. (CAMARGO, 1984, p. 192)

⁷³ Carta de Getúlio Vargas convidando José Américo de Almeida para compor o Ministério da Viação e Obras Públicas. O documento original encontra-se na Fundação Casa de José Américo.

CAPÍTULO III

O Ministro do Norte/Nordeste

3.1 – O “salvador da pátria”: A atuação do ministro nas obras contra as secas.

Quando assumiu o comando do Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida tratou de reorganizar esta instituição e todos os setores que estavam subordinados a esse ministério, para isso “refez contratos, deu continuidade às obras paralisadas, concluiu e estruturou boa parte das ferrovias iniciadas, reordenou as tarifas dos portos de navegação, das companhias ferroviárias e ampliou as vias de comunicação telegráficas” (SANTOS NETO, 2007, p. 130), implantou uma certa modernidade a este setor, pois procurou corrigir velhos vícios e costumes.⁷⁴

Dentre as medidas tomadas pelo novo ministro esteve o corte de gastos na folha de pagamento da pasta da Viação, esta que era a maior em termos de quantidade de funcionários. Para isso, nomeou chefes de gabinete os paraibanos Ruy Carneiro e Plínio Lemos⁷⁵ e solicitou que fosse apurado a quantidade de pessoas que ocupavam o Ministério da Viação. “Só na Central do Brasil – a principal estação de trens do Rio de Janeiro – havia cerca de 5 mil funcionários ocupando cargos diversos, uma espécie de abrigo a funcionários ‘fantasmas’, a maioria indicada por políticos e tenentes que participaram da ‘revolução’ de 1930” (BARBOSA, 2012, p. 62). A pasta do Ministério servia aqui como uma espécie de cabide de

⁷⁴ Para saber o que foi feito enquanto José Américo de Almeida esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, quais as medidas tomadas por ele em relação ao pessoal e as despesas vindas da pasta desse Ministério, vide: ALMEIDA, José Américo de. Como encerrei minha missão. In: **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª edição. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1982[1934], p. 255-265.

⁷⁵ Ruy Carneiro nasceu no dia 20 de agosto de 1906 na cidade de Pombal-Pb. Era formado em Direito. Dirigiu o jornal paraibano “Correio da Manhã” o que acabou por aproximá-lo de muitos políticos do Estado. Simpatizante da Aliança Liberal, durante o movimento “revolucionário” de 1930 atuou como ajudante de ordens do tenente Juracy Magalhães. Em 1931 tornou-se chefe de gabinete do ministro José Américo de Almeida. Após o afastamento de Almeida, Ruy Carneiro passou a trabalhar no Banco do Brasil. Já nos anos 1940 foi escolhido por Getúlio Vargas para assumir a interventoria da Paraíba, papel que desempenhou até o ano de 1945. Nas eleições de 1950 foi eleito senador, cargo que ocupou até a sua morte em julho de 1977. Para saber mais sobre a atuação de Ruy Carneiro como interventor federal, vide: SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma Nova Ordem: A Interventoria Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945)**. 2013. 166 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. Plínio Lemos nasceu no dia 03 de abril de 1903 na cidade de Areia-Pb. Exerceu as funções de advogado e promotor público. Participou ativamente da campanha para a “revolução” de 30 como capitão comandante do 4º batalhão da força pública de Minas Gerais. De 1931 a 1934 exerceu o cargo de oficial de gabinete do Ministro da Viação José Américo de Almeida. Foi deputado federal por várias legislaturas e durante os anos de 1951 a 1954 foi prefeito de Campina Grande-Pb. Faleceu no ano de 1982. Para saber mais a respeito vide o sítio eletrônico <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/11/plinio-lemos.html#.VY2z1PIViko> (Data da consulta: 15/04/2015 – Hora: 17:29 min.).

emprego em que todos se apoiavam, essas práticas corriqueiras durante a República Velha ainda se faziam presente no pós-1930, não só na Paraíba, mas em todo o país. O próprio ministro utilizou-se dessas práticas clientelísticas para formar a sua base política no Estado paraibano. José Américo de Almeida relatou em entrevista à Aspásia Camargo como já estavam habituados a tal processo.

(...) eu abri sindicância, principalmente na Central do Brasil. E em consequência disso tive que afastar alguns elementos. Mas foi um mínimo, quase nada. Depois, tive uma dificuldade muito grande, porque a Central do Brasil sempre serviu de ponto de apoio para as campanhas eleitorais. Chefes políticos como Paulo de Frontim, por exemplo, pediam duzentas nomeações de uma vez. Assim, quando eu cheguei, minha preocupação era a correção dos déficits. (Apud CAMARGO, 1984, p. 197-198)

Além da diminuição nos gastos do Ministério da Viação, Almeida tomou outras medidas significativas, dentre elas destacamos a criação do Departamento de Correios e Telégrafos, a ampliação da malha rodoviária e criação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), a criação da comissão para baixar as tarifas de energia impostas pela *Light*⁷⁶, a criação do horário de verão com o intuito de diminuir o consumo de energia, a eletrificação da Central do Brasil, a idealização da construção da usina hidrelétrica de Salto que proporcionaria autonomia em relação a *Light*, a redução do preço das passagens de trens em pequenos percursos, a assinatura de um decreto-lei que garantia gratuidade no transporte de ferroviários e descontos para seus familiares, entre outros.⁷⁷

Apesar da quantidade de medidas tomadas por José Américo de Almeida, enquanto esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, sem dúvidas aquela pela qual o ministro mais se empenhou, foi o combate as secas na região Nordeste, bem como o auxílio à população carente da região. Ainda em 1923 ano da publicação de seu livro *A Paraíba e Seus Problemas*, em que Almeida relata uma série de medidas que devem ser tomadas para a melhoria do Estado, o combate à seca já ganhava destaque, ele dizia:

⁷⁶ A *Light* era uma empresa multinacional (privada) que fornecia energia para a cidade do Rio de Janeiro, mesmo com a pressão feita pela empresa, José Américo conseguiu diminuir progressivamente o valor cobrado. (BARBOSA, 2012, p. 62 e 63). Em entrevista a Aspásia Camargo, Almeida relatou como se deu esse embate com a empresa para conseguir a redução da tarifa: “A campanha da Light foi terrível, difícilíssima. Quando constitui a primeira comissão para rever as tarifas, Juarez, que era um de seus componentes, retirou-se dizendo que não podia ser, que a Light era um Estado dentro do Estado. Ele chegou a dizer: ‘A Light é quem manda no Brasil!’ Realmente, era poderosíssima, dispunha da imprensa, de influência, e sofreu muito para baixar as tarifas. Eles contavam com uns seis jornais no Rio: A *Pátria* fez uma campanha terrível contra mim” (CAMARGO, 1984, p. 200)

⁷⁷ Em seu livro *O ciclo revolucionário do Ministério da Viação* (1982), José Américo descreve todos os serviços desenvolvidos nos vários Estados do país durante o período em que esteve na função de Ministro da Viação e Obras Públicas. Para saber mais, vide: ALMEIDA, José Américo de. BALANÇO DA ADMINISTRAÇÃO POR ESTADOS. In: **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª edição. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1982[1934], p. 275 a 301.

As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica.

Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguram a expansão da riqueza, a Paraíba tem tido a obra relutante de seu progresso, realizado sem nenhum acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade.

A força destruidora do flagelo, em suas invasões paralelas, através dos séculos não tinha sido oposta senão à resistência da raça blindada por um longo sofrimento para todas as reservas do instinto de conservação.

Esta capacidade reconstrutora merece ser estudada, à parte, como expressão singular de energia inelutável e de apego ao solo – duas virtudes de alcance moral e patriótico. (ALMEIDA, 2012[1923], p. 133)

Percebemos a partir desta passagem, que Almeida já se preocupava com o problema que o retirante poderia causar, para a região assolada pela estiagem. É interessante perceber, que ele já deixava claro, que não havia por parte dos governos, um interesse em solucionar esse problema e que o fenômeno da seca contribui para o atraso do Estado. Desde o final dos anos 1930 e principalmente entre os anos de 1931 e 1932 momento em que chegaria ao seu ápice, um grande período de seca atingiria mais fortemente os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, mas seria também sentida por todos os Estados da região – Maranhão, Piauí, sertão de Pernambuco e Bahia. O problema da seca na região Norte/Nordeste do país já era conhecido desde muito tempo.

Toda estrutura organizacional do Nordeste, desde os primórdios, esteve condicionada a iminência de um período de estiagem. Sua economia, sua estrutura social, suas relações de poder e suas reservas estiveram sempre à espera de alguma seca e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de que ela nunca viria. (SANTOS NETO, 2007, p. 117)

Nunca houve um combate efetivo para solucionar o problema da seca na região, a classe política dominante sempre cultivou uma cultura de exploração das populações sertanejas sem se preocupar em achar soluções efetivas para essa questão, apenas dando uma certa assistência a essa população, pautados nas políticas de socorros públicos, o que posteriormente passou a ser chamado de “indústria da seca”⁷⁸. Foi a seca de 1877 que deu início a essa “indústria da seca”, e pode ser caracterizado nesse primeiro momento pelo desvio das verbas e dos gêneros alimentícios que vinham destinados aos socorros públicos⁷⁹, para Santos Neto

Numa perspectiva mais ampla e atual, a Indústria da Seca se caracteriza como reduto da corrupção política, uma vez que, os recursos destinados a

⁷⁸ Para saber mais a respeito da política de socorro público e sobre a “indústria da seca” vide: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria das secas: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

⁷⁹ Socorros públicos era a denominação dada a ajuda que vinha do Governo Federal aos flagelados da seca. (SANTOS NETO, 2007, p. 118)

seca corrompem e subordinam a massa flagelada aos interesses dos latifundiários do Nordeste, desse modo, os fins de tais recursos são destinados a ampliar a dominação do latifúndio sem que haja socorro as populações atingidas pela estiagem. (SANTOS NETO, 2007, p. 118)

Para Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993, p. 72 e 73), uns dos principais fatores que colaboraram para o surgimento da “indústria das secas” na região Nordeste foram “a crise crônica nordestina, agravada pelas estiagens prolongadas” e “a organização política de um Estado voltado para atender os interesses privados de determinado segmento da sociedade em detrimento dos demais”. Somente a partir da seca de 1877 é que se verificam as primeiras medidas do Governo imperial de assistência aos atingidos pela estiagem, no entanto, essas ações, beneficiaram apenas os Estados com maior representação política na época, que eram Pernambuco, Bahia e Ceará. Essa política não se transformou em ação efetiva, uma vez que os planos para a construção de açudes não saíram do papel. Apenas se efetivou a política de socorros públicos que tinha a função de distribuir medicamentos e alimentos as populações atingidas pela estiagem.

Apenas em 1909, no governo de Nilo Peçanha é que foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) através do decreto nº 7.619 de 21/10/1909, a inspetoria teria sede na capital federal o Rio de Janeiro e o intuito era o de evitar os abusos e desvios na distribuição das verbas destinadas aos flagelados. As razões para a criação desse órgão foram assim justificadas pelo então presidente Nilo Peçanha em 03 de maio de 1910.

Desde a grande seca de 1877, que flagelou o Ceará, Rio Grande do Norte e a Paraíba, consignou a União, quase permanentemente, verbas que nem sempre são dispensadas com o fim de melhorar as condições daqueles Estados, que mais sofriam as consequências daquela calamidade.

Em tais condições, nunca foi possível dar a esses serviços a necessária sistematização nem a sua equitativa distribuição pela superfície do país desfavorecida pelas chuvas. Os inconvenientes das verbas assim votadas tornam-se patentes: ainda não haviam sido estabelecidos naquelas regiões serviços preparatórios indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnica, para a solução racional, rápida e econômica do problema tão complexo das secas. Nesse caso estão as observações meteorológicas convenientemente distribuídas, o estudo do regime das águas superficiais e subterrâneas, a determinação das condições topográficas e geológicas das diferentes bacias hidrográficas, o reconhecimento da flora, tendo em vista a influência que ela pode exercer nas regiões de clima semi-árido.

Tem por fim a IOCS estabelecer tais serviços de um modo sistemático, procurando obter dados de observação necessários à confecção dos projetos e obras de engenharia, destinados a corrigir falhas do clima e ao mesmo tempo executá-los por um trabalho regular. (*Apud* FERREIRA, 1993, p. 79)

Percebemos que o principal intuito da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, está relacionado a solução do problema da água, em nenhum momento é destacado soluções referentes a estrutura econômica e social da região, nesse momento a ação do Estado se baseava em quatro soluções: a primeira e mais destacada é a solução hidráulica, caracterizada pela açudagem e irrigação; a segunda é a solução florestal que tem como característica o reflorestamento da região nordeste; a terceira consistia no “aproveitamento pluvial ou cultura científica do solo, consistindo na implantação da chamada lavoura-seca (...), essa solução procurou criar uma cultura de subsistência agrícola com o maior aproveitamento possível da água da chuva para manutenção de lavouras” (SANTOS NETO, 2007, p. 120 e 121); a quarta solução apresentada pelo governo foi a solução compósita que consistia na junção das ações relacionadas a construção de açudes, irrigação e lavouras com as medidas de qualificação da mão de obra utilizadas nessas áreas irrigadas.

Apesar de todas essas possíveis soluções para o problema das secas, o que continuou como prática corriqueira foram as medidas de assistência aos flagelados que favoreciam as práticas clientelísticas, e que continuaram favorecendo os grupos políticos das regiões assistidas pelas ações da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em detrimento à proteção dessa população sertaneja.

Quando em 1919 Epitácio Pessoa foi eleito presidente da República, ciente da situação econômica em que o país se encontrava, pautou seu governo na contenção das despesas e deu atenção apenas aquelas questões consideradas mais graves para o país, entre elas estava a questão das secas no Nordeste, para tal reestruturou e renomeou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), agora sendo chamada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Essa ascensão de Epitácio Pessoa a presidência, significou para a população nordestina, uma real possibilidade de serem atendidas as reivindicações tão clamadas, uma vez que foi ele “o primeiro Presidente da República a investir em larga escala e iniciar simultaneamente um grande número de obras na região Nordeste” (FERREIRA, 1993, p. 96).

As ações da IFOCS deveriam seguir o que estava proposto no decreto nº 13.600 de 1909 que sugeria:

Estudos das condições meteorológicas, geológicas, hidrométricas e topográficas da região onde se manifestam as secas; cultura de essências florestais e plantas forrageiras em terras de açudes públicos; estradas de rodagens; perfurações de poços; estudos de construção de açudes; barragens submersíveis; piscicultura; levantamento cartográfico das regiões assoladas pelas secas; conservação e exploração das obras que ficaram a cargo do governo federal; fiscalização de obras; celebração de contratos e acordos. (PESSOA *Apud* SANTOS NETO, 2007, p. 123)

Com essa nova organização da IFOCS, a intervenção federal na região seca do Nordeste passou a ser feita mais efetivamente, no entanto os arranjos e os favorecimentos das elites políticas continuaram como prática comum. Santos Neto (2007) afirma que o clientelismo e a patronagem foram os grandes feitos da política de combate às secas, promovida pelo Governo Federal.⁸⁰ Com a atuação da Inspetoria, Eptácio Pessoa guiou a política da região Nordeste favorecendo os grupos que lhe apoiavam, além de conseguir enviar bastante recursos para as regiões atingidas pela seca. Nesse momento, não só a Paraíba, mas também Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas e Pernambuco foram favorecidos com consideráveis somas de dinheiro e de obras de irrigação, construção de açudes e estradas, transformando o Nordeste em um verdadeiro canteiro de obras.

Chegado ao fim do mandato de Eptácio Pessoa, acabaram-se também os investimentos voltados as obras contra as secas por seus sucessores. Artur Bernardes (1923-1926) e Washington Luís (1927-1930) não tiveram a mesma disposição de Eptácio Pessoa de investir em melhoramentos para o Nordeste e de achar soluções para o problema da seca nessa região, como verificamos na **tabela I**.

TABELA I – ORÇAMENTO E DESPESA DA IOCS/IFOCS (1909-1930)

GOVERNOS	VALORES EM CONTOS DE REIS (Valores nominais)	
	ORÇAMENTOS	DESPESAS
1909-1914 Nilo Peçanha Hermes da Fonseca	23.736:000\$000	19.517:738\$802
1915-1918 Venceslau Brás	19.992:960\$000	19.112:027\$303
1919-1922 Delfim Moreira Eptácio Pessoa	325.210: 653\$043	316.507:785\$899
1923-1926 Artur Bernardes	105.757:003\$547	87.056:275\$526
1927-1930 Washington Luiz	64.954:057\$000	35.644:119\$847

FONTE: **Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas**. Vol.12, nº 1, jul/set. Rio de Janeiro: IFOCS. 1939. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a Interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. 2007. 160 p. Dissertação.

⁸⁰ Segundo Santos Neto (2007, p. 26) “A patronagem foi o apoio moral ou material, a proteção e o patrocínio dispensado aos correligionários políticos; na presidência de Eptácio Pessoa (1919-1924) foi utilizada com frequência como forma de garantir o apoio de seus apaniguados e com o propósito de manter sua oligarquia unida”

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, p. 125.

Fica claro para nós que a motivação de Epitácio Pessoa, baseava-se no ideal de permanência do seu grupo político no poder, por isso o investimento no Nordeste e principalmente naqueles Estados que o apoiavam. Suas ações estavam voltadas para o favorecimento de seus correligionários e de sua base política.

Apesar dos esforços de Epitácio Pessoa em desenvolver mecanismos que auxiliassem na solução da seca na região Nordeste, a maioria das obras iniciadas durante o seu governo não chegaram a ser concluídas, os três grandes açudes públicos (São Gonçalo, Coremas e Piranhas) previstos para o Estado paraibano pela IFOCS só ficariam prontos depois de 1930; dos 14 açudes públicos médios e pequenos previstos para o Estado (Dona Inês, Fragoso, Lajeto Preto, Tatajuba, Ingá, Tanque de Pia, Taperoá, Macapá, Ibiapina, Açude de Soledade, O Velho, O Cedro, os açudes das cidades de Campina Grande e de Serraria), apenas cinco foram concluídos e quatro foram reconstruídos ficando inconclusos. No entanto, os 32 açudes particulares feitos em parceria com o governo federal, foram todos concluídos, o que deixa evidente que a ação do Estado esteve presente de forma significativa no intuito de fortalecer sua base política, o epitacismo.

Outro meio empreendido pelos coronéis sertanejos de conseguir vantagens a partir das obras de socorro aos flagelados, relaciona-se à construção e manutenção de estradas de rodagens, isto se deu de duas maneiras, a primeira era conseguindo que tais estradas passassem próximas de suas propriedades facilitando assim a comunicação dessa elite local e o escoamento da produção de suas terras; e a segunda maneira era que “Junto ao Governo do estado, esses chefes locais concorriam como particulares, eram favorecidos, e executavam as obras sem orçamento prévio. E o Estado pagava 10% de tudo quanto se gastasse” (SANTOS NETO, 2007, p. 128), dessa maneira muitas vezes o Estado acabava arcando com a totalidade da obra que geralmente era superfaturada, favorecendo duplamente os grandes proprietários de terras das regiões atingidas pelas secas. Sobre esse favorecimento das elites locais, Osvaldo Trigueiro destacou que:

Não admira que todos os políticos de prestígio – médicos, bacharéis, fazendeiros – tivessem sido contemplados, nessa espécie de loteria de bilhetes premiados, com um trecho de obras, maior ou menor, para fazer jus ao prêmio certo. **Numerosos parente do Presidente da República, do Presidente do Estado, dos senadores, dos deputados e os chefes políticos de maior prestígio, foram convocados para os benefícios dessa cornucópia:** a uns tocaram trechos de estradas de ferro, que eram os mais rendosos; a outros cabiam o fornecimento de dormentes ou de pedras para as obras do porto. **De**

um extremo a outro do estado, os contratantes, os fornecedores, os empregados, eram todos indicados pela política dominante, como não podia deixar de ser, muita gente melhorou de vida e algumas fortunas, ainda hoje florescentes, na indústria ou no comércio, tiveram origem nas Obras Contra as Secas. (MELLO, 1982, p. 70, grifos nossos)

Dessa maneira fica claro que apesar de todo o empenho do então presidente Epitácio Pessoa com a reestruturação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, as obras empreendidas pela IFOCS não se tratavam de políticas efetivas de combate e minimização dos problemas das secas, e sim serviram como um meio de fortalecimento dos grupos políticos dominantes através do favorecimento de uns em detrimento de muitos outros que sofriam devido à estiagem.

Após a “revolução” de 1930 a política brasileira passou a ter como eixo norteador, a moralização do poder e as ações dos Estados estiveram subordinadas as vontades do governo provisório de Getúlio Vargas. O combate à seca nos anos de 1931 e 1932 foram muito mais eficazes, uma vez que a centralização política nas mãos dos interventores favoreceu uma ação mais coordenada e articulada com o governo federal, representado na figura do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. Novos açudes foram construídos, as barragens foram ampliadas, e também foram concluídos todos aqueles açudes que haviam sido abandonados quando da saída de Epitácio Pessoa da Presidência da República. A partir desse momento,

(...) o Ministério da Viação atuou energeticamente de modo a tomar para si toda a responsabilidade pelos efeitos da estiagem. Os desastres humanos e as medidas de socorro foram colocados como responsabilidade única do Estado, cabendo ao então ministro assumir o papel de agente participante das diligências de fiscalização e constatação das reais situações em que se encontrava a região atingida pela estiagem de 1932. (SANTOS NETO, 2007, p. 130 e 131)

Constatamos que a postura tomada por José Américo de Almeida é de caráter personalista de modo que sua presença era direta e pessoal no trato com a situação, cabia também a ele, e não apenas aos interventores, o papel de fiscalizar o andamento das obras contra as secas na região Nordeste.

O ministro apresentou-se como um continuador da obra de Epitácio Pessoa, para isso a IFOCS foi novamente reestruturada e reorganizada, passando a atuar sob três pontos: o primeiro estava relacionado a construção de açudes públicos e particulares, e também à conclusão daqueles iniciados durante o governo de Epitácio Pessoa; o segundo ponto relaciona-se à construção de estradas de rodagens e carroçáveis, utilizando a mão-de-obra dos retirantes

nordestinos; e o terceiro e mais emblemático ponto está relacionado ao combate as migrações desses retirantes. Um outro fator que diferenciou a ação de combate aos efeitos da seca empreendida por José Américo de Almeida, daquela empreendida por Eptácio Pessoa, foi a criação de uma Comissão Técnica de Reflorestamento no ano de 1932,⁸¹ chefiada pelo engenheiro agrônomo José Augusto Trindade, tinha como principais objetivos:

- a) O reflorestamento da maior área possível da zona sêca do nordeste, principalmente das circunjabências dos açudes;
- b) a formação dos pomares nas terras irrigáveis dos açudes, quer públicos quer particulares;
- c) proteção das matas, ainda existentes, bem como de todo o revestimento florístico, com o fim de evitar a desnudação do solo;
- (...) e) metodizar a cultura das plantas úteis, espontâneas, da região;
- (...) h) instalação e manutenção, em torno das grandes barragens, (...);
- i) formação de florestas e pomares nas adjacências dos açudes públicos e particulares;
- j) arborização das margens das estradas;
- k) propagação de culturas de cactos sem espinho, nas fazendas particulares;
- l) empréstimo e alienação de máquinas e utensílios de fenação (...);
- m) orientação técnica e auxílio material das colônias agrícolas permanentes, bem como das eventuais que se estabelecerem para localização e amparo de flagelados na ocorrência de novas sêcas;
- n) organização do catálogo da flora regional. (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 176-177)

Não podemos esquecer, que os dois políticos paraibanos, se utilizaram das mesmas linhas de ação para estabelecerem as suas oligarquias no poder, não só na Paraíba, mas em boa parte da região Norte/Nordeste que se viam beneficiadas pelas obras desenvolvidas, principalmente, através da IFOCS. Essas políticas de combate as secas, consolidaram o americanismo, como uma nova oligarquia emergente. Martha Falcão afirma que:

Se, antes da vitoriosa eclosão “revolucionária”, José Américo tinha na Paraíba o total controle político, (...) agora, na condição de titular de um ministério encarregado da administração das verbas da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, tornou-se a figura primacial na esfera política regional: “*O MINISTRO DO NORTE*”. (1999, p. 72-73, grifos da autora)

José Américo de Almeida passou a dominar o cenário político paraibano, uma vez que era ele quem controlava as verbas advindas do Ministério da Viação e distribuía entre os seus correligionários, as práticas políticas que seriam combatidas pelos “revolucionários” de 30

⁸¹ A descrição das medidas realizadas pela Comissão Técnica de Reflorestamento nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, encontram-se em ALMEIDA, José Américo de. Obras contra as secas. In: **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª ed. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1982[1934], p. 177-181.

continuaram como costumes comuns, o que mudou foi que o comando migrou das mãos de Eptácio Pessoa (epitacismo), para as mãos do agora Ministro, José Américo de Almeida e isto colaborou para a consolidação de sua facção oligárquica o americanismo.

Ao analisarmos a atuação política de Almeida percebemos uma certa incoerência, já que o mesmo afirmava ter acompanhado o presidente João Pessoa como seu secretário por acreditar que a mudança nos velhos costumes políticos se fazia necessária, que a reforma política proposta por João Pessoa era também uma vontade dele enquanto político. Porém o que percebemos é que após a morte de presidente paraibano, vitoriosa a “revolução” e agora com o comando político da Paraíba em suas mãos, José Américo de Almeida seguia fazendo a velha política de manter privilégios para alguns de seus correligionários e aliados. Almeida se espelhou em Eptácio Pessoa que também se utilizou das obras desenvolvidas pela IFOCS, para estruturar a sua base política. Na verdade, para governar com mais prestígio, o ministro precisou manter relações com as velhas oligarquias, continuando com a prática de uma cultura política da República Velha, que era combatida, mas que não tinha como ser abandonada.

A partir de 1931 as prioridades da IFOCS baseavam-se em uma ampla campanha de açudagem e irrigação, em parceria com os fazendeiros das regiões atingidas; a construção e pavimentação de estradas e a criação dos chamados “campos de concentração”⁸² – “currais do governo” (BARBOSA, 2012, p. 66) que tinham o objetivo de barrar a ida dos flagelados para as capitais dos Estados nordestinos bem como para a região Sul do país.

Em 20 de fevereiro de 1931, José Américo de Almeida escreveu uma Exposição de Motivos sobre as Reformas do Regulamento da IFOCS e enviou para que o chefe do governo provisório desse a sua aprovação, neste documento o ministro destacou:

Desde a primeira vez que se cogitou, no Brasil, de combater os efeitos ruinosos desse fenômeno, muitas foram as soluções propostas, umas francamente inadequadas e outras utilizáveis, ao menos, como recursos subsidiários: as estradas de ferro e de rodagem, a perfuração de poços e cisternas, o desvio do curso do S. Francisco para o Jaguaribe, a arborização, etc.

Mas o que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do nordeste, é armazenar a água copiosa que, distribuída irregularmente, se escôa pelo seu solo impermeável e declivoso. Obstar essa perda pela açudagem em larga escala é solução directa do problema

⁸² Campos de concentração era o termo usado pelo próprio José Américo de Almeida para designar o local onde eram levados os retirantes para que não mais vagassem rumo a capital dos Estados nordestinos e ao Sul do país. Consistia em locais de confinamento desses flagelados. Não foi Almeida quem teve a ideia da criação desses campos, eles já existiam desde o governo do Presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), momento da grande estiagem de 1915. Para saber mais a respeito da criação desses campos de concentração vide: ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo. **Cidade, seca e campo de concentração: o início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933)**. 2015. 132 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande.

da seca, visando estabilizar a população sujeita a um desastrado nomadismo e aproveitar terras propícias a tôdas as culturas agrícolas.

A estrutura do sertão nordestino oferece a essa empresa vantagens que se não nos deparam em outras regiões. Basta “restaurar a terra”, isto é, fechar os “boqueirões”.

Outras condições naturais colaboram nessa solução: rios de correnteza e volume suficientes para a capacidade de reservatórios e áreas próprias à irrigação.

Os que se manifestam pela preferência de estradas de ferro e rodovias supõem que a infiltração e a evaporação sejam capazes de tornar ineficientes os grandes e médios açudes, para a rega dos terrenos de cultura e outros fins. Há, entretanto, exemplo, em todo o nordeste, de pequenos reservatórios que têm resistido a mais de um ano de estiagem. E secas de mais de dois anos são acidentes de raríssima exceção. (ALMEIDA, 1982, p. 379, grifos nossos)⁸³

Através das colocações de José Américo de Almeida percebemos que a solução mais eficaz proposta pelo Ministério da Viação, para solucionar o problema da seca na região, foi a hidráulica. Para poder desenvolver as ações da Inspetoria, em 1932, Getúlio Vargas deu carta branca ao ministro para que investisse aproximadamente dez mil contos de réis nas obras de combate as secas no Nordeste. Apesar da estiagem de 1931 e 1932 terem atingido toda a região Norte/Nordeste do país, os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram mais beneficiados com a atuação da IFOCS, Almeida usou como argumento que esses Estados estariam sendo mais atingidos pela estiagem, que eram mais populosos e assim sofriam com o grande número de flagelados e que tinham uma melhor estrutura para receber as obras de construção dos açudes.

Fato interessante é que, exatamente nesses Estados, eram interventores da confiança de José Américo de Almeida que governavam. No Ceará era o irmão de Juarez Távora, Fernandes Távora que comandava; na interventoria do Rio Grande do Norte estava o paraibano Irineo Joffily e já na Paraíba era o próprio ministro que ditava as regras do jogo político tendo indicado o nome dos dois primeiros interventores do Estado (Anthenor Navarro: 1930-1932 e Gratuliano Brito: 1932-1934), percebemos assim que essa política da indústria da seca remodelada aos moldes americistas fez com que a força política de Almeida extrapolasse as divisas do Estado paraibano. Esses privilégios despendidos aos três Estados nordestinos favoreceram a reacomodação das suas forças políticas. Em seu relatório, o Ministro se mostra isento e distante dessas acomodações políticas e diz apelar para a moralidade dos recursos públicos e para a sua boa aplicação.

⁸³ O documento na íntegra encontra-se em ALMEIDA, José Américo de. Obras Contra as Sêcas. In: **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª edição. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1982 [1934], p. 377-383.

Através do Decreto nº 19.687 de 11 de fevereiro de 1931, ficou estabelecido que a sede da IFOCS seria transferida do Rio de Janeiro para a região Nordeste e ficaria dividida em dois distritos: “o primeiro em Fortaleza, a cujo encargo ficam as obras e serviços nos Estados do Ceará e Piauí; o segundo em João Pessoa, superintendendo os trabalhos nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte” (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 383), através desse decreto também ficou estabelecida a construção de quatro grandes barragens, assim divididas: I – Sistema de Acaraú; e II – Sistema de Jaguaribe, ambas no Ceará; III – Sistema do Alto-Piranhas, na Paraíba e IV – Sistema do Baixo-Assú, no Rio Grande do Norte. Mais uma vez vemos os três Estados nordestinos sendo beneficiados com a realização de obras de combate as secas. Nesse momento o Ministério da Viação e Obras Públicas torna-se o principal financiador dos projetos de combate a estiagem.

Desde 1923, Almeida já mostrava que a realização de obras hidráulicas seria a solução para os problemas da seca na região Norte/Nordeste do país. Agora em 1932, na posição de ministro essa política hidráulica passou a ser prioridade, a realização dessa política favorecia a base política de José Américo de Almeida pois ele ajudava os necessitados através dos programas de socorros aos flagelados e ao mesmo tempo beneficiava os grandes proprietários de terras, isso se deu através da construção dos açudes públicos e principalmente dos açudes particulares, tanto que essa possibilidade fazia parte do plano de obras da Inspetoria, como destacou Orris Barbosa:

O atual plano de obras contra as secas pode ser expresso do seguinte modo: a) açudagem pública, construída diretamente pela União, desdobrada em quatro sistemas fundamentais: Acaraú e Jaguaribe no Ceará; Alto Piranhas, na Paraíba e Baixo Assu, no Rio Grande do Norte.
b) açudagem pública, empreendida pelo estado ou município interessado, com o auxílio federal;
c) açudagem particular, com um prêmio pago pelo União ao construtor;
A açudagem (grande, média e pequena), tem sempre uma função irrigatória, que é objetivo técnico da água armazenada para corrigir os efeitos do clima. A sua utilização pelas massas é a finalidade social dessas obras. (*Apud SANTOS NETO, 2007, p. 135*)

Essa regulamentação da construção dos açudes em cooperação com particulares, acabou incentivando os donos de terras a construírem açudes. Na maioria das vezes, o Ministério da Viação acabava arcando com toda a despesa dessas construções devido a conivência entre os técnicos que fiscalizavam as obras e os proprietários das terras. Apesar de saber desses desvios das verbas destinadas as políticas de combate às secas e de criticar tal ação, não percebemos em Almeida uma mudança nos costumes e sim visualizamos um alinhamento as velhas práticas que marcaram a indústria das secas desde a República Velha. A frente do Ministério da Viação,

José Américo de Almeida passou a interferir diretamente nas construções de açudes públicos e privados, bem como na construção e manutenção das estradas. De 1931 até 1933, 66 açudes privados estavam sendo construídos em cooperação com o Governo Federal nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Almeida destacou também em seu relatório – *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação* – os açudes e barragens públicos que estavam sendo construídos, durante os anos de 1930 e 1934 em todos os Estados nordestinos, elencados nas tabelas II e III abaixo:

TABELA II – AÇUDES CONSTRUÍDOS NA PARAÍBA ENTRE 1930-1934

AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (1.000 m³)	ALTURA (Metros)	CONSTRUÇÃO	
				Início	Término
Barra do Xandú	Cabaceiras	928	12,00	1930	1932
Pilões	Antenor Navarro	13.000	14,00	1932	1933
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	17.690	13,50	1932	1933
Santa Luzia	Santa Luzia do Sabugi	11.960	19,00	1932	1933
Soledade	Soledade	27.058	19,50	1912	1933
Engº Arcoverde (ex-Condado)	Condado	35.000	23,00	1932	1936
Engº Ávidos (ex-Piranhas)	Cajazeiras	255.000	45,00	1932	1936
São Gonçalo	Souza	44.600	44,00	1932	1936

FONTE: ARAÚJO *Apud* BARBOSA, 2012, p. 73

TABELA III – BARRAGENS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS PELA IFOCS DURANTE A GESTÃO DO MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1930-1934)

ESTADOS	AÇUDES	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (1.000 m³)	ALTURA (Metros)	CONSTRUÇÃO	
					Início	Término
CEARÁ	Ema	Iracema	10.400	18,50	1931	1932
	Lima Campos	Icó	66.382	19,00	1932	1932
	Joaquim Távora	Jaguaribe	24.105	20,50	1932	1933
	Pompeu Sobrinho (ex-Choró)	Quixadá	143.000	31,00	1932	1934
	General Sampaio	General Sampaio	322.200	37,60	1932	1935
	Aires de Sousa (ex-Jaibara)	Sobral	104.400	28,80	1932	1936

RIO GRANDE DO NORTE	Morcego	Augusto Severo	7.900	14,50	1920	1932
	Totoró	Currais Novos	3.941	16,00	1932	1933
	Itans	Caicó	81.000	25,80	1932	1935
	Lucrécia	Martins	27.270	21,00	1932	1934
	Inharé	Santa Cruz	17.600	23,00	1932	1937
PERNAMBUCO	Pedra D'Água	Pesqueira	116	10,70	1932	1933
	Quebra Unha	Floresta	3.190	14,50	1932	1934
	Cachoeira I	Sertânea	5.950	21,50	1932	1936
	Saco I	Serra Talhada	36.000	30,50	1932	1936
	Parnamirim	Leopoldina	5.715	9,50	1933	1933
	Tamboril I	Arcoverde	114	4,50	1933	1933
SERGIPE	Coité	Frei Paulo	835	17,00	1929	1932
BAHIA	Juraci Magalhães (ex-Itaberaba)	Itaberaba	4.630	13,40	1932	1933
	Monteiro	Queimadas	3.007	16,90	1932	1933
	Macaúbas	Macaúbas	20.900	21,70	1932	1936

FONTE: BARBOSA, Jivago Correia. O “espalha-brasas” na “Revolução” de 1930: a consolidação da carreira política de José Américo à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas. In: **Política e Assistencialismo na Paraíba: O Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. 2012, 318 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. p. 72.

A análise desses relatórios nos mostra que o Ministério da Viação buscou incentivar e ampliar o investimento das construções de açudes particulares, fazendo com que praticamente dobrasse a quantidade de açudes construídos em cooperação com o Governo Provisório após a “revolução” de 1930. A disparidade entre os serviços públicos e os privados, notada a partir do número de açudes e barragens construídas – 29 açudes e barragens públicas para 66 público-privadas, é justificada por José Américo de Almeida em seu relatório, o qual afirma que:

O açude particular, (...) **constitue um precioso elemento subsidiário na correção dos efeitos da seca**. Si não é um fator de transformação econômica da região, **representa uma solução individual que tem evidenciado a maior utilidade, permitindo**, em longos períodos de estiagem, **que as fazendas se mantenham, como verdadeiros oásis**, em meio à devastação geral, no seu regime de trabalho agrícola. (ALMEIDA, 1982, p. 167, grifos nossos)

Essa construção de açudes em parceria com os grandes proprietários de terras da região Nordeste fez com que Almeida conseguisse extrapolar o poder de sua base para além das camadas populares, já que na posição de ministro conseguiu aprofundar as relações com essas elites, tendo as verbas federais ao seu favor, as utilizava no sentido de favorecer os donos das

terras e consequentemente o seu grupo político. Tal ação teve importante papel para a consolidação do americanismo no Estado paraibano, uma vez que o programa de combate à seca permitiu que a força política do ministro fosse sentida em todos os lugarejos da Paraíba. Através da parceria público-privada, José Américo de Almeida aproximou-se de alguns correligionários das velhas oligarquias paraibanas, mantendo-as sob o seu controle.

Devido a esse crescimento político, do ministro, a partir dos programas da Inspetoria, vários jornais passaram a divulgar o trabalho do ministro em prol do Nordeste e, principalmente, da Paraíba. Alguns dos títulos atribuídos a Almeida nos fazem entender a dimensão que a sua atuação política alcançou, conseguindo compreender esse caráter personalístico assumido pelo ministro no combate à seca de 1932: “O salvador do Norte”, “O ministro do Norte”, o “redentor do Nordeste”, “a política de responsabilidade moral e administrativa empreendida por José Américo” foram alguns dos títulos atribuídos a ele, graças as atividades realizadas através da IFOCS.

Na Paraíba, seu Estado natal, o jornal *A União* foi o responsável por divulgar os feitos do “grande Ministro do Norte”. Em muitos dos exemplares consultados, datados dos anos de 1930 ao ano de 1934, as matérias cuidaram em divulgar o quão bom era o ministro para os seus conterrâneos e principalmente para os mais necessitados atingidos pela estiagem. Infelizmente, não pudemos consultar a documentação que apresenta um discurso de oposição aos adjetivos de redentor, salvador, entre outros que José Américo de Almeida recebia, tendo em vista que o jornal *A União* é o órgão oficial do governo, as matérias publicadas nesses anos, reforçavam o discurso de salvação atribuído a Almeida. Conseguimos, apenas, alguns recortes de jornais oposicionistas que fizeram uma crítica ao emprego dos parentes do ministro em órgãos do governo estadual espalhados por toda a Paraíba.

A União, também foi o responsável por mostrar que as obras de açudagem e pavimentação em andamento e em fase de conclusão no Estado paraibano se davam graças ao trabalho de Ministro da Viação, colocando Anthenor Navarro em segundo plano, o que se processava, haja vista que, o interventor paraibano não executou nenhuma obra sem que tivesse o intermédio de Almeida.

Com a ascensão do Dr. José Américo de Almeida ao Ministério da Viação, iniciou-se, neste Estado, uma série de serviços públicos cujos resultados se vêm fazendo uma maneira proveitosa para as nossas populações, (...) dadas as ocupações que vem tendo grande parte dos flagellados nos açudes, nas rodovias e noutros trabalhos. (...) Ao senhor interventor federal, ao julgar pelas cartas e telegrammas que lhe chegam as mãos, há se atribuído a iniciativa dos referidos melhoramentos. Entretanto, é necessário reiterarmos que os devemos a iniciativa patriótica do nosso eminente conterrâneo que ocupa

hoje a pasta da Viação no governo provisório. (...) Assim, **os serviços de estrada e açudagem da Parayba se inauguram devido tão somente a benemerência do preclaro titular da Viação**, e a sua exx. devem nessa hora endereçar os beneficiados os seus justos agradecimentos. (*A União*, 20/01/1931, p. 01, grifos nossos)

A partir dessa passagem do jornal paraibano, fica clara a maneira como o papel do ministro estava sendo divulgado no Estado. Esse período de 1931 e 1932 em que a região Norte/Nordeste foi assolada pela grande estiagem, era provisório. José Américo de Almeida sabia disso e não poderia apoiar seu grupo político sempre nesses programas de combate à seca. Nesse sentido percebemos algumas contradições políticas de Almeida que dificultam o entendimento de quais eram os seus reais objetivos para/com a política paraibana, pois em seus livros, como *O Ano do Nego* (1978 [1968]) e *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação* (1982 [1934]), ele relatou que buscava uma neutralidade e não o fortalecimento de sua base política. Porém ao analisar a sua atuação constatamos que, desde a morte de João Pessoa em 1930, o americanismo só crescia se configurando como a nova oligarquia dominante na Paraíba. José Américo de Almeida, conquistava o apoio de ricos e pobres através de um discurso de moralidade e de responsabilidade com o combate à seca, trazendo para si todo o merecimento em torno das obras desenvolvidas pela Inspetoria no Estado paraibano. Essas contradições também são encontradas quando analisamos a ampliação de sua base política, o jornal *Brasil Novo*⁸⁴ (1933) destacou como a “Parentela do Ministro” cresceu.

A PARENTELA DO MINISTRO

(...) seria interessantíssimo abrir-se um concurso para saber-se o número exato de parentes do sr. José Américo que estão ocupando cargos públicos na Paraíba, tenham ou não competência.

Examine-se a situação de cada um dos municípios paraibanos que há de ver-se que em quase todos lá estão os parentes do ministro da Viação e do interventor (Gratuliano Brito) exercendo cargos remunerados ou influindo e fazendo baixa politicagem de aldeia (...)

Por ora o ministro “Deus pequeno” tem apenas setenta parentes em empregos municipais, estaduais e federais. (BRASIL NOVO, 19 de outubro de 1933, grifos nossos)

Segundo o jornal, a parentela de José Américo de Almeida aparecia em todos os níveis da administração pública. Nessa matéria, o jornal também tece críticas ao discurso de moralidade divulgado por Almeida, mostrando que os jogos políticos comandados pelo ministro eram feitos em causa própria.

⁸⁴ Pesquisado no livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, localizada no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Por se tratar de recortes de jornais não tivemos acesso as páginas em que foram publicadas as matérias.

Além da política de favorecimento dos grandes proprietários de terra e de seus familiares, Almeida através da IFOCS, também desenvolveu uma política assistencialista, que não se responsabilizaria pelos aspectos econômicos e sociais da região. Em sua exposição de motivos enviada a Getúlio Vargas, José Américo de Almeida já dizia ser a função principal da Inspetoria cuidar do problema da água “que é o problema do Nordeste. O desenvolvimento econômico da região sob os demais aspectos, será encargo de outros serviços públicos” (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 380), a única assistência dada aos nordestinos está relacionada aquela prestada aos flagelados nos campos de concentração. Santos Neto afirma que:

Nesse limite é que podemos dizer que a assistência aos flagelados teve seu aspecto social. Através dos campos de concentração e em decorrência das condições desumanas em que viviam os flagelados, o Estado pôde exercer seu controle social, com subempregos, subsalários, submoradia e subassistência, que favoreceram a submissão dos retirantes. (SANTOS NETO, 2007, p. 134)

Durante os períodos de estiagem era comum que o a população rural migrasse do sertão para as cidades, essa situação era vista com um certo desconforto pelos habitantes das capitais, estas que caminhavam para a modernização não podiam ter flagelados perambulando pelas suas ruas. A todo momento as classes produtoras urbanas solicitavam ao interventor (no caso paraibano, Anthenor Navarro) e ao ministro José Américo de Almeida “providências na solução da questão de segurança de suas casas comerciais, na iminência de invasão pelos retirantes” (SANTANA, 1999, p. 74), nesse sentido, os governos federal e estadual, acreditavam que simplesmente dar assistência a esses retirantes seria um meio de patrocinar seus vícios e apoiar a vagabundagem, assim foram pensados os campos de concentração ou “currais do governo”, que com a verba vinda do Ministério da Viação e Obras Públicas, fixavam esses retirantes e ofereciam trabalhos temporários na construção de açudes e de estradas de rodagens próximos desses campos. Almeida relatou em entrevista à Aspásia Camargo a relevância desses campos na contenção dos retirantes.

O Ceará era a área mais castigada. (...) resolvi ir ao interior e barrar o pessoal. Como já disse, sempre que se manifestava a seca, ocorria aquele fenômeno de retirada. Dessa vez, no Ceará, vinham do interior verdadeiras ondas humanas marchando para a capital. (...)

As frentes de trabalho fixaram o sertanejo, evitando a debandada. Mas eu consegui interromper a evasão. Abri uma coisa que se podia chamar de “centro de concentração” para o pessoal que não podia permanecer na zona e que eu não queria que partisse. (...)

(...) abri grandes campos de assistência. (...) Dei uma assistência completa. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 214-215)⁸⁵

Assim, como uma forma estratégica os campos de concentração foram construídos pelo interior dos Estados nordestinos, com o intuito de impedir a chegada desses retirantes as capitais e aos Estados do Sul, principalmente São Paulo. Para justificar a construção desses campos, José Américo de Almeida explicou a situação a Getúlio Vargas descrevendo:

Um das soluções indicadas para o problema das secas é o deslocamento da população nordestina para São Paulo. Cumpre, entretanto, acentuar que cada um dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, para não mencionar outros menos atingidos pelos acidentes do clima, dispõe de zonas tão vantajosamente favorecidas pela natureza, como São Paulo.

Para esses pontos é que deve ser encaminhada, sistematicamente, a população faminta nos anos escassos. São verdadeiros oásis para onde convergem, desde as primeiras irrupções do mal, as levadas de retirantes. Desde que se organize um serviço de transporte que evite a extenuação das longas caminhadas, os flagelados chegarão em condições de poderem ser, depois dos primeiros socorros, localizados nas colônias de trabalhadores criadas pelo decreto n. 19.687 de 11 de fevereiro corrente (1931) ou em outros serviços públicos ou particulares. (...)

Assim, ficarão evitados o extravio das populações sertanejas e a prática humilhante da mendicância, como único meio de subsistência, na incidência da calamidade. (ALMEIDA, 1982[1934], p. 380-381)

Dessa maneira milhares foram os retirantes que se encaminharam para os campos de concentração para depois serem distribuídos entre as frentes de trabalhos para a construção de açudes públicos e privados, e para a construção e manutenção das estradas de rodagem. Todo esse excedente de pessoal trabalhava, em troca da própria alimentação ou de baixos salários, tudo isso disponibilizados pela IFOCS para o desenvolvimento da região Nordeste. Em seu relatório, o ministro destacou que:

Só em 1932 a Inspetoria de Secas tinha em trabalho 220.000 operários que, computada a média de quatro pessoas por família, representavam 880.000 pessoas, sem contar outros tantos empregados em construções ferroviárias,

⁸⁵ Foram construídos campos de concentração nos Estados do extremo Norte – Amazonas e Pará e no Nordeste – Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia, Paraíba e Ceará. Só no Estado cearense foram construídos seis campos – Ipu, Quixeramobim, Cariús, Fortaleza (com dois campos) e o maior de todos os campos se encontrava na cidade do Crato, era o campo de concentração do Buriti que recebia retirantes de várias localidades do Nordeste, principalmente Paraíba, Pernambuco e Ceará e chegou a abrigar cerca de setenta mil pessoas. Para saber mais sobre os campos de concentração durante a seca de 1932 vide: ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo. Os limites de arame farpado não mata a fome da gente. Capítulo III. In: **Cidade, seca e campo de concentração: o início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933)**. 2015. 132 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande; também RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. 2ª edição – Fortaleza: Museu do Ceará, 2006; como também a reportagem no sítio eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/11/1554774-viagem-pela-memoria-de-campos-de-concentracao-no-ceara.shtml> (Data da consulta: 30/11/2014 – Hora: 15:37 min.).

açudes particulares em cooperação com o Govêrno, prédios para correios e telégrafos, colônias agrícolas ou recolhidos aos campos de concentração. (ALMEIDA, 1982[1934], p. 161)

No ambiente interno desses campos de concentração, além da exclusão existiam mecanismos para disciplinar os flagelados que ali se encontravam. Era proibido o porte de armas, o jogo e o uso do álcool. Para manter essa ordem dentro dos campos foram “designados soldados armados que vigiavam dia e noite os ‘centros de concentração’, numa tentativa de evitar que os retirantes fugissem daqueles locais e praticassem atos de banditismo, a exemplo dos saques aos comerciantes das cidades do interior” (BARBOSA, 2012, p. 84). Tentava-se construir nos sertanejos ali alojados um tipo útil que estivesse apto aos trabalhos impostos e dócil para receber as punições que lhes fossem sujeitadas. No campo de concentração do Buriti, havia inclusive uma cadeia que serviria para punir e disciplinar esses indivíduos transgressores.

Dentro dos campos de concentração não havia uma regulamentação do trabalho desses flagelados; também não existia um salário mínimo; eram empregadas a mão de obra de crianças, mulheres, idosos e doentes, todos que ali estivessem alojados estariam aptos ao trabalho. Também não existia segurança adequada nem saneamento básico. O jornal *A União* de 27 de janeiro de 1931, noticiou como Anthenor Navarro estava fazendo para empregar os flagelados nas obras da Inspetoria, o objetivo do jornal era promover a ação do interventor por todo o Estado paraibano.

Por toda parte, não só neste como nos estados vizinhos, o sr. dr. José D’avila Lins tem mandado dar salários aos famintos, **empregando-os, homens, mulheres e creanças na construção e reconstrução de rodovias, desobstrução de açudes, perfuração de poços e serviços outros**, considerados de utilidade e impostos como solução de emergência. (Grifos nossos)

Nas imagens a seguir (1 e 2), observamos como eram empregadas a mão-de-obra desses flagelados que se concentravam nos campos. Percebemos a precária estrutura de trabalho a que eles estavam submetidos e o tipo de atividade realizada no interior dos Estados nordestinos⁸⁶

⁸⁶ Outras fotos das frentes de trabalho para a construção de açudes e de estradas de rodagens encontram-se no ANEXO A deste trabalho, p.135.

IMAGEM 1 – Flagelados trabalhando na construção do Açude Santa Luzia (PB). Ano de 1933.



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo

IMAGEM 2 – Flagelados fazendo o carregamento de barro para consertos do leito da estrada. Catolé do Rocha (PB) – Patú (RN). Década de 1930.



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

Em seu relatório, José Américo de Almeida relatou essa precarização a que estavam submetidos os retirantes.

(...) nessa tarefa de assistência social, utilizando a diminuta capacidade de trabalho dos flagelados, **o emprêgo pouco produtivo de mulheres e menores**, arcando a superlotação prejudicial do operariado, em vez do trabalho mecânico, muito mais econômico, dando-se para isso preferência às barragens de terra, com **surtos epidêmicos perturbando as atividades** e com **dificuldades de transporte e de falta d'água**, foi realizada a maior obra que se enquadra na solução do problema das sêcas. (...)

Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas. Era pensamento do Govêrno só manter êsses campos improdutivos, enquanto os trabalhos de utilidade permanente não tivessem o desenvolvimento necessário para concentrar toda a massa faminta; mas, **à medida que êles se esvasiavam, com êsse aproveitamento, afluíam novas levas, mais numerosas de gente inválida** – a multidão de cegos, aleijados, órfãos e macróbios que não podiam mais recorrer à caridade pública esgotada. (1982, p. 162-163) (Grifos nossos)

Percebemos que o trabalho é empregado, segundo Almeida, como um meio de ocupar esses retirantes tornando-os menos ociosos, além de servir para discipliná-los. José Américo de Almeida relata em entrevista concedida a Aspásia Camargo (1982, p. 214) o que os flagelados faziam nos campos “(...) Eles esperavam que os projetos fossem feitos para que eu os fosse transferindo e mandando para as obras públicas”, segundo o ministro isso fez com que esses flagelados não mais se retirassem dos campos, vindo a migrar pelo interior dos Estados nordestinos. Outra maneira de controlá-los e de fixá-los nesses campos era em forma de recompensa, por exemplo, àqueles que se destacavam nos trabalhos era oferecida uma ração melhor.

Outro problema relacionado aos campos de concentração e as colônias agrícolas⁸⁷ está relacionado com a precária infraestrutura desses locais. As casas dos colonos e os albergues dos flagelados eram construídos de maneira muito rudimentar, a maioria das casas era feita de barro e cobertas com palhas – conhecidas no Nordeste como “casas de taipa”, os banheiros eram ao ar livre e não havia um local específico para se jogar o lixo. Mesmo com essa precarização, a casa dos colonos era melhor estruturada, enquanto que a dos retirantes tinha uma péssima estrutura, como verificamos nas imagens abaixo (3, 4, 5 e 6):

⁸⁷ As colônias agrícolas foram espaços criados pelo ministro José Américo de Almeida para abrigar os retirantes que haviam se deslocado para a região Norte do país e que estavam voltando para a região Nordeste. Essas colônias foram criadas no Estado do Pará e do Piauí em locais que não sofriam com a estiagem. A que mais prosperou e ficou mais conhecida foi a colônia agrícola de “David Caldas” no Piauí, que se tornou modelo de colônia.

IMAGEM 3: Núcleo Agrícola “David Caldas” – Piauí. Primeira casa para colono construída no núcleo. Ano de 1932.



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 4: Sistema de urbanização dos colonos. Sede da Colônia Agrícola “David Caldas”. Piauí – 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo

IMAGEM 5: Núcleo Agrícola “David Caldas” – Piauí. Albergue dos flagelados. Ano de 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 6: Núcleo Agrícola “David Caldas” – as primeiras casas, construídas ainda com cobertura de palha. Ano de 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.⁸⁸

⁸⁸ Todas essas fotografias podem ser encontradas no acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

Além da precária infraestrutura encontrada, as péssimas condições de trabalho e a pouca assistência dada pelo governo, àqueles que permaneciam em suas terras tentando salvá-las, sofriam com o banditismo que roubavam até as suas últimas reservas. Já os retirantes, alojados nos campos de concentração, sofriam com a corrupção na distribuição dos mantimentos, pois, tornou-se comum os comerciantes locais, que eram os responsáveis pelo abastecimento dos mercados públicos e pela distribuição dos alimentos aos flagelados, aumentar os valores dos produtos e superfaturar com a venda de frutas, verduras e outros gêneros alimentícios. Alguns relatos contam que “o governo mandava trazer o gado e sumia a metade”,⁸⁹ as melhores partes do gado ficavam com os comerciantes e o resto era distribuído aos retirantes. Esse problema na distribuição dos alimentos era de conhecimento do Ministério da Viação, e foi relatado em relatório pelo ministro José Américo de Almeida em que afirmou.

Um dos problemas que mais preocupavam o Ministério da Viação era o do abastecimento, que permitira, em épocas anteriores, as especulações mais extorsivas. (...)

Foi, por isso, facultada a liberdade de comércio, sob o controle dos governos estaduais, mediante rigorosas exigências, para inscrição das firmas interessadas, fixação e fiscalização das tabelas de preços.

Apesar dessas cautelas, acentuava-se a tendência às explorações criminosas, determinando a frequente imposição de multas, como ocorreu, principalmente, no Ceará. (ALMEIDA, 1982[1934], p. 164)

Os retirantes que buscavam melhorar de vida e partiam de suas terras nos momentos de estiagem se viam obrigados a permanecer nesses campos, onde eram submetidos à toda sorte, “as pessoas eram confinadas como animais. Quem entrava não podia sair. Todos tinham a cabeça raspada, vestiam roupas feitas de saco de açúcar, passavam fome e eram controlados por senhas. As pessoas não tinham nomes, tinham números” (ALVES *Apud* BARBOSA, 2012, p. 83). A assistência social, tão bem falada por Almeida em seus relatórios e em suas entrevistas, bem como divulgada pelos jornais oficiais da época, dão uma falsa impressão do que realmente acontecia nesses locais.

Desde 1877, continuavam as mesmas ações de combate à seca em que o sertanejo é marginalizado, excluído e explorado. As migrações só existiam devido à falta de programas que efetivamente sanassem o problema da estiagem na região. Para Jivago Correio Barbosa,

(...) as migrações podem ser entendidas sob dois aspectos: uma imposição das condições sócio-econômicas, políticas e ambientais, ou seja, os retirantes tornaram-se verdadeiros desterrados em suas próprias terras, já não possuíam

⁸⁹ Vide o sítio eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/11/1554774-viagem-pela-memoria-de-campos-de-concentracao-no-ceara.shtml> (Data da consulta: 30/11/2014 – Hora: 15:45 min.).

as mesmas raízes e apego aos lugares de origem; mas também pode assumir a ideia de escolha, realizada por parte daqueles que, (...) precisavam escapar da miséria, da falta de perspectiva e que não aceitavam a sujeição imposta pelo mandonismo das oligarquias locais, auxiliados pelos governantes.

(...) fugir pode ser entendido também como uma forma de não aceitação das imposições dos programas assistencialistas que beneficiavam apenas as elites locais, a exemplo da solução hidráulica propagada pelo “grande ministro do Norte” e que na verdade beneficiou apenas os fazendeiros e os prefeitos das cidades aliadas a política americista. (BARBOSA, 2012, p. 89, grifos nossos)

Tomando como base as leituras feitas e o que foi apontado por nós no decorrer desse primeiro ponto do capítulo, percebemos que as soluções para o problema da estiagem e dos retirantes apontadas por José Américo de Almeida e pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas eram inviáveis e não buscavam solucionar tal problemática. Tais políticas desenvolvidas pelo ministro em parceria com os interventores não possuíam realmente o intuito de solucionar e acabar com o problema da seca que assolava o nordeste brasileiro.

Na verdade, vemos na atuação de Almeida uma política personalista, em que o ministro atuava direta e pessoalmente na fiscalização das obras de combate as secas, cabendo aos interventores estaduais um papel secundário, o que acabou contribuindo para a personificação do mito de que José Américo de Almeida seria o “grande Ministro do Norte” e o responsável por “salvar” o povo do sertão, àquele que surgiu para resolver os problemas do Nordeste. Conforme nos fala Raoul Girardet (1987), o mito político do “salvador da pátria” possui características redentoras e é um personagem sincrético que aparece de tempos em tempos na história mundial com função e papel específicos; esse herói se manifesta em um determinado cenário de crise econômica e social. Fazendo uma ligação com o nosso objeto de estudo – José Américo de Almeida, a crise que se iniciava estava relacionada a grande seca que castigaria a região Nordeste, principalmente Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte nos anos 1931-1932. Aspásia Camargo nos traz o relato de João Jurema que foi Secretário de Finanças de Almeida em que ele afirma essa popularidade do ministro:

(...) o que deu muita popularidade a ele foi o combate à seca. Isso desde que foi ministro da Viação atuante na seca de 32. **A partir daí, nesse Nordeste, ele ficou endeusado.** Nada se fazia em matéria de serviço contra as secas que Getúlio não entregasse a ele. **O Ceará então o adorava.** Em Cajazeiras, onde eu morava e que é vizinha ao Ceará, a popularidade dele era enorme, enorme. (Apud CAMARGO, 1984, p. 378, grifos nossos)

“É nos ambientes de vácuo de poder, caos social, falta de credibilidade nas instituições que se erige um salvador da pátria” (GIRARDET, 1987, p. 8). Cientes dessa possibilidade de se criar um mito de salvador em torno do nome de José Américo de Almeida, os americistas

trabalharam para divulgar essa imagem de homem bom; de “herói redentor” que veio para libertar os sertanejos do flagelo da seca; do ministro. No caso específico da Paraíba o jornal *A União* foi fundamental para a divulgação dessa imagem.

Ainda sobre a construção do mito, Girardet (1987, p. 82) nos mostra que “todo processo de heroificação implica, (...) uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história” por isso o papel personalista que Almeida desenvolveu contribuiu tanto para que a sua imagem de “Salvador do Nordeste” fosse tão amplamente divulgada para além do Estado paraibano. O seu papel de protetor desse povo castigado, pois cabia ao ministro a “tarefa de fazer frente às ameaças da desgraça” (p. 91). José Américo de Almeida se apresentava assim como o chefe, o pai e o líder desses retirantes. Outro relato trazido por Aspásia Camargo também corrobora para entendermos como se deu a mitificação do ministro.

Joaquim Ferreira Filho, que foi seu oficial-de-gabinete (...) corrobora que “**no Sertão ele era um pequeno deus**. O sertanejo o respeitava, desde que ele foi o homem que mitigou a fome e que assistiu às vítimas da seca. Por isso, **ele era adorado. Havia aquela mística do homem salvador, que livrou a população da seca**. Ali era difícil opor-se a José Américo ou fazer-lhe qualquer ofensa”. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 378, grifos nossos)

Percebemos que, apesar de toda assistência pensada e colocada em prática pelo Ministro da Viação em parceria com as interventorias e com a Inspetoria não terem surtido efeitos duradouros e de não terem realmente solucionado o problema da estiagem e seca no Nordeste, o nome de José Américo de Almeida foi lembrado por muitos e durante um relativo tempo como sendo ele o responsável por socorrer e dar auxílio aos mais necessitados, isso se deve, sem dúvidas, ao trabalho dos correligionários americistas que trabalharam em divulgar tais feitos, a isso podemos aplicar as ideias de Girardet em que diz

Há o tempo da espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem do Salvador desejado, (...). Há o tempo da presença do Salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, (...). E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória. (GIRARDET, 1987, p. 72)

Muitos são os relatos dessa posição tomada por Almeida frente aos flagelados, no sentido de dar um auxílio a esse povo, o Ministro fazia questão de observar de perto esse trabalho de assistência desenvolvido pelos governos estaduais em parceria com a IFOCS, fazia constantes visitas às frentes de trabalho para ver como estava sendo distribuída a alimentação

e como era realizado o uso da mão-de-obra nessas frentes de trabalho, como podemos observar nas imagens (7 e 8) a seguir:

IMAGEM 7: Visita do Ministro José Américo de Almeida – Assistência aos flagelados. Pombal e Souza (PB) – Margem do Rio Piranhas. Década de 1930



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo

IMAGEM 8: Visita do Ministro José Américo de Almeida ao acampamento de flagelados em Pombal (PB) – Distribuição de alimentos. Década de 1930



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.⁹⁰

⁹⁰ Nas imagens 7 e 8, José Américo de Almeida está sinalizado com uma seta. Ambas as fotografias foram pesquisadas no Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo. Outras Imagens que mostram o Ministro da Viação dando assistência e acompanhando obras e inaugurações de açudes e estradas encontram-se no ANEXO B deste trabalho, p 138.

Podemos observar, nos versos abaixo, a representação do salvador do sertão, que Ariano Suassuna, ofereceu a José Américo de Almeida, numa cantoria em Taperoá. Ou seja, a figura de salvação que o ministro representava para o povo nordestino, e principalmente o paraibano.

“José Américo de Almeida / O salvador do sertão”:
 De trinta, a seca inconstante
 Não há quem mágoas não sinta
 Trinta e um foi como trinta
 Trinta e dois mais torturante
 Enquanto o sol causticante
 Tostava a face do chão
 Surgiu por Deus um Cristão
 Apagando a labareda
 José Américo de Almeida
 O salvador do sertão. (*Apud* LUNA, 1994, p. 150)

Agora, já compreendendo um pouco como se deu a atuação de José Américo de Almeida à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas e sabendo quais foram as atividades desenvolvidas por ele para combater a seca na região Nordeste do país, mostraremos como o nome do ministro se consolidou principalmente na Paraíba, e também em outros Estados nordestinos.

3.2 – Consolidação do nome de José Américo de Almeida na política brasileira.

Para entendermos como se deu a consolidação do nome de José Américo de Almeida na política brasileira e principalmente na paraibana, devemos compreender como se deu a sua atuação enquanto Ministro da Viação em conjunto com as interventorias. Antes de assumir a posição de ministro, Almeida percorreu toda a região Norte/Nordeste do país nomeando juntamente com Juarez Távora os interventores desses Estados. Quando assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, nomeou Anthenor Navarro interventor da Paraíba, este havia participado efetivamente da movimentação para a eclosão da “revolução” de 1930 e era aliado de José Américo de Almeida, dessa maneira possibilitava ao ministro interferir em muitas questões da política local, mesmo distante Almeida conseguia controlar – de certa maneira – a política paraibana.

Apesar de Anthenor Navarro já ser um velho conhecido de Almeida, quando assumiu a interventoria do Estado, acabou realizando algumas atividades que não condiziam com o que o ministro esperava do interventor. Das mudanças empreendidas por Navarro, e que desagradaram a José Américo de Almeida, podemos destacar a nomeação de prefeitos não vinculados ao meio político da época; a prisão de alguns opositores perrepostos; a cobrança

de impostos atrasados; perseguição à imprensa e até demissões de alguns cargos públicos. O interventor buscava dificultar a aproximação das oligarquias com o aparelho estatal. Sua administração se pautava em duas linhas de ação: o soerguimento econômico do Estado e o controle fiscalizador das municipalidades. Essas novas medidas tomadas por Anthenor Navarro trouxeram alguns problemas para a formação da base do americanismo no Estado paraibano, pois nesse momento, José Américo de Almeida buscava fazer uma política de reaproximação com alguns dos antigos perrepistas, que haviam sido excluídos do poder local e que agora sofriam com as perseguições do interventor.

Anthenor Navarro se proclamava como continuador do governo de João Pessoa,⁹¹ e por isso buscou dar continuidade às obras e às políticas renovadoras de centralização administrativas que haviam sido iniciadas pelo presidente paraibano morto em 1930. Dessa maneira:

De 1931 a 1932, o funcionalismo paraibano foi completamente reduzido e subordinado às ordens da interventoria. O Estado ditou as determinações e as funções a serem exercidas sem a interferência do poder local. As remoções e exonerações atingiram principalmente os “filhotes” do poder local que, na maioria dos casos, não exerciam regularmente suas funções e, na medida em que a interventoria reorganizou o quadro funcional da Paraíba, também redistribuiu as funções, criou outras e equiparou os vencimentos de acordo com os encargos e aptidões (...) (SANTOS NETO, 2007, p. 52)

Até mesmo os prefeitos dos municípios paraibanos sofreram com a ação do interventor. Alegando incompatibilidade com a função ou improbidade administrativa, muitos foram exonados de seus cargos. Anthenor Navarro, seguindo os ideais defendidos por João Pessoa, também passou a nomear os fiscais de rendas sem consultar os chefes locais, buscando garantir isenção e acabar com a influência dos coronéis sobre o trabalho desses.

Percebemos assim, que existia uma contradição entre o pensamento de Getúlio Vargas e as medidas tomadas pelo interventor paraibano. O que se pretendia da aliança do Governo Federal com as interventorias era estabelecer relações mais próximas entre os novos grupos políticos que surgiam daqueles que se opuseram ao governo de Washington Luís e manter as oligarquias locais sob o controle do Estado, o que não se processava, uma vez que Anthenor Navarro buscava cada vez mais aniquilar o poderio político dessas oligarquias e excluí-los do

⁹¹ Essa afirmação está em uma carta endereçada à Nominando Diniz, no dia 12 de novembro de 1930, que diz: “Comunico-vos que nesta data assumi cargo Interventor Federal neste Estado por indicação general Juarez, em substituição dr. José Américo, que a convite Governo Federal aceitou Pasta Viação pt Politicamente **procurarei ser continuador fiel governo João Pessoa** e José Américo, que vinham já realizando com êxito programa revolucionário, do qual o grande brasileiro sacrificado foi o iniciador no Brasil pt. Para esse desiderato peço a coadjuvação dos meus conterrâneos de boa vontade. Saudações Atenciosas Antenor Navarro – Interventor Federal” (LUNA, 2000, p. 48-49, grifos nossos)

jogo político. Sabemos hoje, que apesar de Getúlio Vargas ter pautado a sua campanha para presidente na ruptura com o modelo oligárquico, essa não era a sua real intenção, dessa maneira podemos acreditar que Anthenor Navarro agia em conformidade com o que defendia o presidente.

Nesse momento de centralização e ampliação do domínio de Anthenor Navarro, os antigos grupos que dominavam o poder na Paraíba não achavam mais espaços para agir. Até mesmo Eptácio Pessoa, que em um primeiro momento apoiou o novo governo “revolucionário” viu que estava perdendo o prestígio e que a sua oligarquia epitacista já não comandava o Estado paraibano, desiludiu-se com a política de Getúlio Vargas e passou a condenar as novas medidas tomadas pelo novo governo. “Criou-se uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais, centralizando o poder” (GURJÃO, 1994, p. 106).

Não só Eptácio Pessoa se ressentia com o atual governo, a família Pessoa num geral via-se desprestigiada pois pretendiam tomar para si a herança política de João Pessoa, e o que acontecia era o crescente prestígio político de José Américo de Almeida e de seus aliados. Além disso as exonerações de Joaquim Pessoa da prefeitura da capital paraibana, de Fernando Pessoa da prefeitura de Itabaiana e a de Carlos Pessoa da prefeitura de Umbuzeiro, contribuíram para que a família iniciasse uma campanha de desqualificação das ações do interventor Anthenor Navarro.

É nesse momento de maior descontentamento com os rumos que a política tomou após a “revolução” de 1930, com Eptácio Pessoa sem conseguir mais exercer influência nesta política, que percebemos a substituição do epitacismo pelo comando político de José Américo de Almeida, com seu grupo político o americismo. Agora é Almeida quem ocupa cargos de prestígio no Governo Central e em consequência disso é quem dita as regras do jogo político na Paraíba. Algumas mudanças na política paraibana já vinham se processando desde antes de 1930, com a chegada de João Pessoa à presidência do Estado. O que aconteceu no pós-1930, na verdade, foi apenas uma troca de nomes no topo do poder paraibano, pois as práticas políticas continuaram praticamente as mesmas.

Martha Falcão (1999, p. 80), destaca que a nomeação de Anthenor Navarro, tornou-se contraditória aos ideais defendidos por Almeida e por Getúlio Vargas, uma vez que o interventor ia sempre de encontro ao poder central, isso acabou fazendo com que o ministro procurasse conter os “arroubos tenentistas do jovem interventor, censurando-lhe o comportamento e afirmando que, caso persistissem as críticas ao governo federal não poderia continuar como ministro”. Além das medidas tomadas pelo interventor, havia também a crítica

aos rumos que a “revolução” havia tomado, fato este que aborreceu Getúlio Vargas. Em carta endereçada a Osvaldo Aranha, Vargas revelou tal descontentamento, em que diz: “Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos do João Pessoa, para atender as indicações de José Américo e de Távora, parece não me estar compreendendo”.⁹² José Américo de Almeida, ciente desse descontentamento de Getúlio Vargas, buscou repreender o interventor por diversas vezes, inclusive escreveu-lhe uma carta advertindo-o sobre os rumos que tomaram as suas decisões e sobre o aborrecimento de Vargas, porém o ministro não obteve êxito e Anthenor Navarro continuou com a sua política centralizadora e de reorganização da burocracia estatal. Santos Neto nos mostra qual era a posição de Almeida em relação ao interventor por ele escolhido

Para José Américo, a postura de Anthenor frente ao Governo Central não poderia exceder os limites da conciliação. Os rumos do Governo Provisório não eram, de todo, autenticamente revolucionários nem de base exclusivamente militar, mas, conciliador e próximo dos elementos civis. Sendo assim, pelo contorno das relações estabelecidas entre a Paraíba e o Governo Provisório de Vargas, uma vez que a pasta do Ministério de Viação e Obras Públicas estava sob o comando de um paraibano, não deveria a interventoria da Paraíba radicalizar sua ação. Em síntese, não seria ao lado do radicalismo revolucionário e militar que deveria permanecer o governo paraibano, mas ao lado de uma proposta conciliatória defendida pelos civis revolucionários, dentre eles Vargas. (2007, p. 62-63)

A administração de Anthenor Navarro não trouxe apenas problemas para Almeida, ela também “havia favorecido a consolidação do grupo político encabeçado por José Américo e camuflado este propósito com um discurso moralizador” (SANTOS NETO, 2007, p. 60-61), além de ter atuado como articuladora dos objetivos do Ministro da Viação no que se refere às obras de combate à seca. Em nenhum momento houve questionamentos por parte do interventor, pelo contrário Navarro sempre aprovou a conduta do ministro.

Assim, a política da seca foi, para a Paraíba, um ponto de ajustamento entre a conduta administrativa de Anthenor Navarro com seus propósitos intervencionistas do Estado e a rearticulação oligárquica, promovida por José Américo. Em nenhum momento, a administração paraibana apresentou um projeto de combate às secas, cujas verbas fossem exclusivas do tesouro paraibano. Todos esses projetos foram feitos com a participação do Ministério da Viação. Em todos os recantos da Paraíba, o Ministério da Viação se fez presente, construindo, financiando e aprovando obras que agradavam aos

⁹² Esse trecho da carta de Getúlio Vargas encaminhada a Osvaldo Aranha, encontra-se em uma transcrição feita por Almeida, contida na carta endereçada a Anthenor Navarro, onde adverte-o sobre a oposição ao seu governo. A carta de José Américo de Almeida a Anthenor Navarro encontra-se, na íntegra no ANEXO C deste trabalho, p. 142, e também pode ser encontrada nos arquivos da Fundação Casa de José Américo.

chefes políticos, principalmente das cidades do interior. (SANTOS NETO, 2007, p. 136)

Dessa maneira, percebemos que enquanto Anthenor Navarro agia de encontro com os ideais do novo governo e alijava as oligarquias locais da nova política, José Américo de Almeida agia como um conciliador dessas divergências entre a interventoria e os grupos políticos locais, tornando-se bem visto pelos coronéis agora desprestigiados. As principais responsáveis por essa articulação entre os velhos grupos políticos e os novos grupos advindos da “revolução de 1930” foram as obras de açudagem particular que contribuíram com a reaproximação desses grupos.

Em relação as obras de combate à seca, “Anthenor Navarro não executou nenhuma delas sem que tivesse o intermédio de José Américo”. Através da leitura do jornal *A União* percebemos que além do financiamento, as licitações e o pagamento dos trabalhadores eram feitos através do Ministério da Viação. “Assim, o período que compreende a interventoria de Anthenor Navarro foi, no que se refere ao combate às secas, um momento de reprodução das iniciativas do Ministério da Viação e, por que não dizer, do próprio José Américo” (SANTOS NETO, 2007, p. 137)

Os efeitos da seca de 1931-1932 aproximaram o Ministro da Viação aos prefeitos do interior da Paraíba, favorecendo assim o fortalecimento de sua base política, o americanismo. “Em muitas situações, as ações do Ministro José Américo foram enaltecidas como um grande feito para toda a Paraíba, conquistando a afeição de todos e a simpatia daqueles que, por razões diversas, haviam se desentendido com a interventoria” (SANTOS NETO, 2007, p. 144).

Como a seca se prolongava durante todo o ano de 1931, atingindo seu ápice em 1932, Almeida intensificou a construção de pequenos açudes em parceria com particulares e concedeu prêmios aqueles proprietários que estavam dispostos a construir em suas terras, essa prática favoreceu mais uma vez a influência política que José Américo de Almeida exercia. No entanto os danos causados pela forte estiagem impossibilitaram que os proprietários de terra paraibanos executassem essas obras com seu dinheiro. Para resolver tal problema, Almeida decidiu pela construção de pequenos açudes, que serviriam como uma medida de socorro imediato, visto a situação em que se encontrava a terra. Mesmo para esse socorro emergencial, o Ministério da Viação precisava contar com a boa vontade dos proprietários rurais que não construíam nada em suas terras sem que obtivessem alguma vantagem. Para solucionar essa questão, a interventoria de Anthenor Navarro entraria com uma parte do dinheiro e o Ministério da Viação através da IFOCS arcaria com a outra parte, sem precisar que o proprietário da terra arcasse

com nenhuma despesa, a ele sobraria o açude em sua propriedade. O jornal *A União* noticiou esse fato, explicando que

O sr. interventor resolveu então que o Estado cooperasse com seus próprios recursos para financiamento da pequena açudagem.

Para isso receberá a percentagem de recursos que o governo federal lhe concede em empreendimentos desse gênero, construído as barragens, sem que o particular entre inicialmente com a mínima despesa.

Terminada a construção o dono da propriedade onde foi construído o açude estará obrigado a idemnização de apenas 20% sobre o custo da obra. (Jornal *A União*, 12 de outubro de 1931, p. 01)

Essa atuação em parceria do Ministério da Viação, com os interventores e os donos de terras, para a construção dos pequenos açudes, deu a José Américo de Almeida a ampliação do seu prestígio junto aos proprietários e aos políticos e consolidou seu nome para além do Estado paraibano. Na Paraíba, o ministro representava-se como o legítimo substituto de João Pessoa, devido as suas iniciativas que buscavam promover o bem-estar da população paraibana, principalmente da população sertaneja.

Era de se esperar que uma medida bem articulada, como a da pequena açudagem, propiciasse ao então Ministro representatividade junto à elite paraibana. Tendo a interventoria como aliada, gradativamente, ele construiu uma ampla base de persuasão política. O contexto das secas favoreceu sobremaneira a ascensão de José Américo junto àqueles cidadãos paraibanos de maior influência política, e à interventoria de Anthenor Navarro coube o papel de articulador dessa escalada prestigiosa de consolidação do americanismo. (SANTOS NETO, 2007, p. 145)

No que se refere ao beneficiamento da população com a construção desses açudes, podemos afirmar que onde foram construídos açudes de grandes proporções, foi amenizado os efeitos da seca nessas localidades, pois a população acabou tendo acesso e consumindo das águas dessas barragens, também devemos destacar que os locais escolhidos para a construção dessas grandes barragens e açudes, tinha um caráter político e eleitoral, uma vez que eram construídos exatamente em áreas densamente povoadas, como é o caso de Souza, Cajazeiras e Campina Grande, o ministro estabeleceu assim uma política que favoreceria as oligarquias locais, e assim ampliaria o seu prestígio junto a milhares de pessoas que se beneficiariam dessas construções.

Sobre os açudes construídos em cooperação entre a IFOCS e os proprietários de terras, percebemos que coube apenas a Inspetoria arcar com todas as despesas para a construção de tais açudes, dívida essa que seria paga posteriormente pelos donos da terra. Esse tipo de construção beneficiava apenas os proprietários, como dito anteriormente. Jivago Correia

Barbosa (2012, p. 76-77) nos mostra os açudes e barragens construídos em propriedades particulares, que foram inaugurados durante a gestão do ministro José Américo de Almeida, ele destaca que dos 65 açudes citados por Almeida, apenas 42 aparecem nos registros do relatório sobre “Barragens no Nordeste do Brasil”, segundo os dados do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), destaca também que nesse relatório não aparecem nenhum registro de construção de açudes ou barragens no Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe construídos durante a gestão de Almeida como ministro da Viação, de novembro de 1930 a julho de 1934. Como vemos na tabela abaixo.

TABELA IV – BARRAGENS CONSTRUÍDAS EM COOPERAÇÃO COM A IFOCS DURANTE A GESTÃO DO MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1930-1934)

ESTADOS	AÇUDES	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (m³)	DATA DA CONCLUSÃO DA OBRA
CEARÁ	Pacheco	Santana do Acaraú	1.492.964	1931
	Helianto	Santana do Acaraú	532.880	29/05/1931
	Maraquetá	Quixeramobim	760.540	30/07/1931
	Novo	Morada Nova	258.260	30/11/1931
	Bragantino	Maranguape	1.041.220	03/12/1931
	Jericó	Quixeramobim	787.740	07/12/1931
	Malheiros	Pacatuba	780.640	23/12/1931
	Quariguasi	Sobral	1.297.780	31/01/1932
	Cipó	Quixeramobim	623.190	10/02/1932
	Botija	Maranguape	3.387.120	24/02/1932
	Riachuelo	Morada Nova	1.602.670	11/11/1932
	São Joaquim	Quixeramobim	1.824.670	18/12/1932
	Pereira Filho	Itapiúna	1.700.000	1933
	Nunes	Capistrano de Abreu	915.340	31/01/1933
	Morro Vermelho	Massapê	616.360	17/02/1933
	Pirituba	São Benedito	860.900	18/03/1933
	Capitão Mor	Quixeramobim	510.950	22/05/1933
	Alagoas	Itatira	634.650	18/07/1933
	Vilar II	Santana do Acaraú	793.840	20/07/1933
	Barrinha	Ipú	1.321.250	31/08/1933
	Lituânia	Santana do Acaraú	670.660	31/08/1933
	Tapajós	Quixeramobim	605.208	09/09/1933
	Lusitânia	Granja	2.005.290	26/09/1933
	Juá	Caridade	1.173.000	18/10/1933
	Anagé	Pentecostes	992.786	28/10/1933
	Serrinha Verde	Pentecostes	896.480	28/10/1933
	Pompeu	Quixeramobim	1.431.800	16/11/1933

	Fontenele	Quixadá	587.967	05/01/1934
	Cíntra	Jaguaretama	1.002.460	07/02/1934
	Cassemiro	Redenção	1.010.820	11/02/1934
	Quatral	Santana do Acaraú	1.264.000	23/02/1934
	Zig-Zag	Paramoti	603.560	27/02/1934
	Teotônio	Quixeramobim	16.753.506	17/03/1934
	Marengo	Quixeramobim	16.800.000	18/03/1934
	Açudinho	Baturité	764.250	23/05/1934
	Santa Fé	Limoeiro do Norte	1.103.212	24/05/1934
	Cordeiro	Caucaia	2.092.600	08/06/1934
	João de Sá	Santana do Acaraú	2.077.400	10/07/1934
	Severino	Crateús	652.660	12/07/1934
RIO GRANDE DO NORTE	Eduardo	Sant'Ana de Matos	518.980	01/12/1933
	Florêncio	Mossoró	690.840	05/06/1934
BAHIA	Morro Preto	Santa Terezinha	696.144	21/02/1934

FONTE: Dnocs, **Barragens do Nordeste no Brasil** *Apud* BARBOSA, 2012, p. 76-77.

Outro ponto importante para se destacar que colaborou para o enaltecimento do nome de José Américo de Almeida como importante líder político paraibano, e que também colaborou para o fortalecimento do americanismo na Paraíba, foram as obras iniciais do Porto de Cabedelo. Desde 1927 quando escreveu *A Paraíba e seus problemas*, Almeida falava da importância de um porto de águas profundas para o desenvolvimento econômico do Estado,⁹³ só após 1930 é que foram feitos os estudos para construção do Porto na cidade de Cabedelo, por ser próximo ao mar. Essa iniciativa partiu da interventoria de Anthenor Navarro e a ela deram-se os créditos da construção.

Atendendo a um dos maiores desejos do povo paraibano, qual seja o da construção do porto de Cabedello, o sr. Anthenor Navarro, contractou-a com a empresa “Geobra” tendo conseguido antes a concessão do governo federal para a mesma, e sua conseqüente exploração. O valor dessa grande obra representará o maior esforço de sua administração em benefício da economia do Estado. (Almanach do Estado da Parayba *Apud* SANTOS NETO, 2007, p. 146)

A imprensa local colocou a construção do Porto paraibano como um grande ato de humanidade da interventoria para/com a população paraibana, e os esforços para que o projeto saísse do papel são atribuídos a atuação relevante do paraibano, ministro da Viação, José Américo de Almeida em parceria com o governo provisório de Getúlio Vargas. O jornal A

⁹³ Para saber mais vide: ALMEIDA, José Américo de. O Porto. In: **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012[1923], p. 337-353.

União de 24 de junho de 1931 noticiou esse empenho tanto do ministro como do interventor para que essa obra se tornasse realidade. Politicamente falando essa situação deu a Almeida uma crescente adesão política por todo o Estado da Paraíba.

Um dado interessante que José Américo de Almeida nos mostra em seu relatório, se refere as despesas totais do Ministério das Viação e Obras Públicas, Almeida nos traz uma tabela com o comparativo das verbas orçamentárias de seu Ministério, referentes aos anos de 1930 a 1934.⁹⁴ Nesse relatório percebemos que a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS) recebeu a maior quantia de dinheiro se comparada aos recursos de outros órgãos relacionados a essa pasta, como portos, navegação, correios, telégrafos, estradas de ferro e de rodagem, entre outros. Também notamos um grande aumento nas verbas destinadas a IFOCS no ano de 1934. Como demonstrado na tabela abaixo:

TABELA V – VERBAS DESTINADAS A INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS DURANTE A GESTÃO DO MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1930-1934)

1930	1931	1932	1933	1934
11.373:320\$00	8.885:310\$000	2.284:560\$000	12.734:560\$000	50.304:560\$000

FONTE: ALMEIDA, 1982[1934], p. 55. (Moeda corrente: contos de réis)

O que chama a nossa atenção é o fato da estiagem que assolou a região Nordeste ter sido mais castigante nos anos de 1932 e 1933, mas apenas em 1934 é que verificamos um aumento considerável na quantidade de dinheiro do Ministério da Viação investido na IFOCS. Os projetos desenvolvidos pela Inspetoria relacionados ao problema da estiagem na região Nordeste – solução hidráulica e construção e manutenção de estradas de rodagens – foram responsáveis pelas maiores arrecadações das verbas públicas, coincidência ou não, exatamente estas que o Ministro buscava desenvolver em seu Estado natal e nos Estados vizinhos, onde contava com o apoio das interventorias. Barbosa, destaca que a diferença nas verbas destinadas a IFOCS do ano de 1930 para o ano de 1934 chega a quantia de incríveis 38.931:240\$000, e destaca que,

Se somarmos as verbas destinadas a Inspetoria durante os quatro primeiros anos do Governo Provisório: 1930, 1931, 1932 e 1933, sob a gestão do ministro José Américo, chegaremos à quantia de 45.277:750\$000, ou seja, nem mesmo durante os anos de maior atuação da IFOCS – anos que “legitimaram” a sua ação frente à problemática da seca – se arrecadou mais

⁹⁴ A tabela com o quadro comparativo das verbas orçamentárias do Ministério da Viação referente aos anos de 1930 a 1934, encontra-se no ANEXO D – TABELA VI deste trabalho, p. 145.

verbas do que **no ano de 1934: 50.304:560\$000**. (BARBOSA, 2012, p. 80, grifos nossos)

Ainda em 1932, a interventoria de Anthenor Navarro foi subitamente interrompida quando da sua morte no dia 26 de abril, em consequência de um acidente aéreo⁹⁵. Nesse momento Gratuliano Brito, Secretário do Interior e Segurança Pública de Navarro e parente do ministro José Américo de Almeida assumiu a interventoria paraibana.

Assim, como a de seu antecessor, a gestão de Gratuliano Brito vai ser favorecida pela presença de Almeida no cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, que em parceria desenvolveram diversas obras no Estado da Paraíba. O novo interventor deu continuidade a muitas obras iniciadas por Anthenor Navarro, bem como iniciou novas obras em parceria com o Ministério da Viação.⁹⁶ Dentre essas, a ação mais significativa empreendida pelo governo de Gratuliano foi, sem dúvidas, a conclusão do Porto de Cabedelo. Assim noticiado no jornal *A União*.

Fôram ultimadas as obras de construcção do cáes e aterro do nosso ancoradouro externo. Satisfação maior não poderia calar no espírito do povo parahybano do que esta de ver, enfim, Cabedelo apto a receber navios de grande calado, e de poder escoar suas riquezas até então desviadas para outros pontos que o podessem fazer com a facilidade que o antigo porto não o permittia. (*A União*, 28 de março de 1933, p. 08)

A inauguração oficial se deu no dia 23 de janeiro de 1935. Também são significativas as obras desenvolvidas em parceria com a Inspetoria, e que foram finalizadas durante a gestão de Gratuliano Brito, em seu relatório de governo encaminhado a Getúlio Vargas o interventor destaca a importância do trabalho conjunto de Almeida e o chefe do Governo Provisório no combate às secas no Nordeste.

Extraordinária foi a vitória do Ministro José Américo, em 1932, obtendo do Governo Provisório os recursos necessários para mobilizar e amparar, em obras cyclopicas e realmente de combate aos effeitos das secas, centenas de parahybanos. (Gratuliano Brito. Relatório ao Presidente Vargas, 1934, p. 121)

Essas verbas destinadas aos programas de combate às secas possibilitaram ao interventor realizar e concluir obras públicas importantes, exatamente nos pleitos eleitorais dos

⁹⁵ Para saber mais sobre o acidente que ceifou a vida de Anthenor Navarro vide testemunho de José Américo em CAMARGO, Aspásia. Viajando dentro da noite, o hidroavião cai no mar da Bahia. **O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 221-222.

⁹⁶ Para saber mais sobre as medidas tomadas por Gratuliano Brito quando ocupou a interventoria paraibana, vide: SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo Interventorial na Paraíba pós-30**: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934). 2012, 95 p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba.

anos de 1933 e 1934, mecanismo esse que consolidaram o americanismo no comando político da Paraíba.

Como podemos observar, no decorrer desse ponto do capítulo fica claro que as ações de José Américo de Almeida, em conjunto com as interventorias de Anthenor Navarro e de Gratuliano Brito no combate à seca, fizeram com que o americanismo se consolidasse frente a política paraibana. Com as obras de açudagem particular Almeida conseguiu a simpatia dos proprietários de terras e aproximou as oligarquias locais ao seu grupo político, mantendo-as sob seu controle; e com a assistência dada aos retirantes conseguiu abarcar um grande número de seguidores, tornou-se uma espécie de salvador desse povo sofrido e despontou como o novo líder político da Paraíba.

Para entendermos essa atuação do americanismo e o que fez com que esse grupo tomasse as rédeas da política no Estado, falaremos no próximo ponto do capítulo sobre a recomposição das oligarquias na Paraíba e como se deu a formação dos partidos políticos pós-1930 no Estado paraibano. Assim, tentaremos compreender, o que causou o desencanto em José Américo de Almeida e contribuiu para que ele se afastasse, de forma temporária, da política paraibana.

3.3 – O desencanto: José Américo de Almeida afasta-se da política.

Antes de destacarmos quais os motivos que levaram José Américo de Almeida a se decepcionar com os rumos que a política paraibana havia tomado, chegando ao ponto de pedir exoneração do cargo público que ocupava, precisamos entender como se formaram os partidos políticos na Paraíba pós “revolução” de 1930 e quais circunstâncias desencadearam esse descontentamento.

Ainda durante a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932), as medidas tomadas por esse interventor para dismantelar as forças oligárquicas da Paraíba, acabaram contribuindo para um cenário político dividido pelos ideais tenentistas, e o desejo de reconciliação, defendido por Getúlio Vargas, pelo ministro da Viação e por aqueles descontentes com os rumos que a “revolução” havia tomado, composto, principalmente, pela família Pessoa. Anthenor Navarro, também apoiou a Legião Revolucionária da Paraíba em 1931, organização que defendia a “revolução” e buscava colocar em prática os ideais defendidos em outrora. Esse apoio do interventor gerou algumas divergências com Almeida, que se “absteve de participar das legiões revolucionárias, alegando não querer embaraçar suas atividades administrativas” (GURJÃO, 1994, p. 111). Na verdade, tanto o ministro da Viação como Vargas procuravam se afastar da corrente reformista dos tenentes a qual Anthenor Navarro era muito próximo, posteriormente

José Américo de Almeida também se desligaria do Clube Três de Outubro⁹⁷ – outra organização criada com intuito de dar organicidade à ação dos tenentes – afastando-se ainda mais do tenentismo.

Já durante a interventoria de Gratuliano Brito (1932-1934) percebemos uma maior sujeição ao comando exercido por Almeida, o interventor sempre agia de acordo com os interesses do ministro da Viação e com os de Getúlio Vargas. Em 1932 surgiram as campanhas a favor da constitucionalização do país. Martha Falcão destacou que a possibilidade de o país sair do regime discricionário⁹⁸ em que estava posto naquele momento, fez surgir ainda mais divergências entre as forças que fizeram parte do movimento de 1930. Na Paraíba, o final do ano de 1932 é marcado por esses conflitos inter-oligárquicos.

(...) logo após a vitória “*revolucionária*”, o tenentismo passa a lutar por reformas sociais, pela hipertrofia do Estado, pela nacionalização dos recursos considerados estratégicos para a segurança nacional, pelo desalojamento das máquinas oligárquicas do cenário político nacional, onde “*Reforma e Democracia nos três primeiros anos da Revolução aparecem como bandeiras antagônicas que mobilizam grupos adversos*”.

(...) a sobrevivência do poder oligárquico inviabilizava a democracia, resultando na volta dos velhos costumes de corrupção política. (SANTANA, 1999, p. 85, grifos da autora)

Percebemos assim que a ideia dos tenentes remanescentes da “revolução” de 1930, era de afastar cada vez mais as oligarquias do poder agora imposto, o que fica bem evidente na atuação do interventor e tenente civil Anthenor Navarro. Para que isso acontecesse era preciso tornar o processo “revolucionário” irreversível. Já para essas oligarquias, o retorno do regime constitucional, possibilitaria que eles voltassem a ocupar as posições privilegiadas de outrora, pois anularia a influência dos tenentes e conseguiriam reorganizar a política nos moldes da Primeira República, uma vez que esses oligarcas ainda tinham uma posição privilegiada como chefe de suas localidades. Tanto José Américo de Almeida, quanto Getúlio Vargas procuravam fazer uma política que abarcasse todos esses grupos, fato esse que contribuiu para a elevada ascensão do grupo político de Almeida e para a perpetuação de Getúlio Vargas a frente do comando Nacional.

⁹⁷ “O Clube Três de Outubro foi uma espécie de ‘partido’ tenentista formado depois de 1930 com o objetivo de preservar os preceitos ideológicos do movimento de outubro. Foi formado em vários estados e funcionaram como fiscalizadores da revolução” (SANTOS NETO, 2007, p. 43)

⁹⁸ Regime discricionário é aquele que o administrador público exerce o seu poder de maneira ilimitada, com maior liberdade de ação. Nesse sentido, está relacionado ao poder exercido por Getúlio Vargas durante o governo provisório em 1930.

Sobre essa divergência entre os tenentes e os antigos oligarcas, Almeida relatou em entrevista à Aspásia Camargo qual a sua posição para/com a situação e também com os rumos que a “revolução” havia tomado:

Eu criticava muito os erros da revolução; estavam fazendo muita coisa errada. Mas o que faltou mesmo à revolução foi unidade. Primeiro, porque havia aquele conflito entre os tenentes e os “carcomidos”⁹⁹. A maior dificuldade foi elaborar um esquema de representação. Faltou um pensamento político (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 238).

Mesmo sem obter sucesso, o Levante Paulista de 1932¹⁰⁰, teve como consequência a convocação para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, que foram marcadas para maio de 1933. Com a proximidade do pleito e por não conseguirem entrar em acordo sobre a formação de partidos nacionais, as lideranças estaduais se uniram e reorganizaram pequenos partidos que se baseariam, ainda, nos costumes clientelísticos que teoricamente a “revolução” buscou exterminar.

Na Paraíba formaram-se dois partidos a partir das dissensões internas daqueles que compunham a Aliança Liberal. O Partido Progressista da Paraíba (PP) que era comandado por José Américo de Almeida e estava apoiado na administração estadual do interventor Gratuliano Brito, e assim possuía a máquina governamental nas mãos; e o Partido Republicano Libertador (PRL), liderado por Antônio Botto de Menezes e Joaquim Pessoa, e composto por elementos dissidentes que não acreditavam mais nas propostas defendidas pela “revolução” pós movimento de 1930 e que também não viam com bons olhos a aproximação de Almeida com as velhas oligarquias aliadas do poder no pós-30.

Assim como era costume durante a República Velha, PP e PRL se atacaram através de órgãos da imprensa – PP utilizava os serviços do jornal *A União* e PRL do jornal *Brasil Novo* e *O Combate*, ambos se acusavam de aceitar antigos opositores do governo de João Pessoa – os perrepistas. Foi noticiado no jornal *A União* de 26 de abril de 1933 a defesa do Partido Progressista da Paraíba (PP) sobre esta acusação.

A nova organização, moldada numa ética diferente do personalismo decahido, lançou um manifesto que define uma política ampla, impessoal, de colaboração de todos os paraybanos de boa vontade que queiram servir aos

⁹⁹ O termo “carcomidos” foi utilizado por José Américo de Almeida para designar os políticos das antigas oligarquias que comandavam a política antes do movimento de 1930. Almeida disse: “eram os ‘autênticos’ e os ‘carcomidos’”. ‘Autênticos’ eram os revolucionários; **‘carcomidos’ eram os políticos**. ‘Político’ era uma expressão um pouco depreciativa, pejorativa” (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 234, grifo nosso).

¹⁰⁰ Sobre o Levante Paulista em 1932, José Américo de Almeida relata em sua entrevista à Aspásia Camargo como esse movimento contribuiu para fortalecer seu nome e o de Getúlio Vargas. Para saber mais vide: CAMARGO, Aspásia. A falta de unidade comprometeu os resultados da Revolução de 1930. In: **O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 236-240.

nossos ideais renovadores. É claro que dentro desse critério, **não podia ser recusada a adesão de elementos que, embora tenham militado nas fileiras perrepistas, não se degradaram por incapacidade moral nem prestaram concurso material eficaz contra a causa da Parahyba.** (*A União*, 26 de abril de 1933, grifos nossos)

Percebemos a partir da notícia citada, que a reaproximação das oligarquias e a política estadual se deu de maneira eficaz, tanto que os dois principais partidos paraibanos admitiam a adesão desses antigos opositores. Um dos fatores que contribuíram para esse acontecimento foram exatamente as obras de combate às secas desenvolvidas pelo Ministério da Viação através da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Com o intuito de fortalecer o seu governo Getúlio Vargas investiu no Nordeste através dessas obras de combate a estiagem. Percebemos, através da leitura do jornal *A União* da época que quase que diariamente eram noticiados esses investimentos do Governo Central, destacando o Presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas e o seu ministro, José Américo de Almeida como salvadores do Nordeste. Porém, como já destacamos anteriormente essas obras trouxeram benefícios, principalmente para os coronéis donos de terras que em parceria com a IFOCS obtiveram lucros a partir, sobretudo, das construções de açudes e estradas. Esse mecanismo consolidou o americanismo no comando político da Paraíba, contribuindo também favoravelmente com a interventoria de Gratuliano Brito que pôde inaugurar vários açudes e estradas por todo o Estado entre os anos de 1933 e 1934, além de contribuir favoravelmente para a política do Partido Progressista da Paraíba (PP) e de seus aliados, tanto que o partido conseguiu eleger seus representantes para as cinco vagas destinadas à bancada paraibana da Assembleia Nacional Constituinte.

Assim, a imagem do “benfeitor”, do “Ministro das secas” impunha-se sobre qualquer outra pretensão. A presença da família Pessoa nos quadros do P.R.L. e a invocação da memória do presidente João Pessoa não tinha condições de competir com o prestígio nacional de José Américo. Era, portanto, ele o melhor situado para dar as cartas do jogo político das oligarquias paraibanas. (GURJÃO, 1994, p. 178)

A Assembleia Nacional, dentre outras mudanças, foi também responsável pela criação do novo Código Eleitoral, que se destacou devido a inovação do agora voto secreto obrigatório. No entanto, mesmo com essa inovação não foi observado mudanças significativas durante o pleito, os juízes foram omissos e os eleitores continuaram sendo coagidos como nas eleições da República Velha. Martha Falcão destaca que “(...) a precária implementação da nova legislação permitiu que a fraude e a corrupção continuassem a ser as molas propulsoras do processo

eleitoral” (SANTANA, 1999, p. 107).¹⁰¹ Getúlio Vargas foi eleito presidente através do voto indireto e o país voltou ao regime constitucional.

Passadas as eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, iniciaram-se, para outubro de 1934, a campanha para eleição de deputados federal e estadual, senadores e governadores. Da mesma maneira, correligionários do PP e do PRL se atacaram utilizando-se dos jornais da época. “O P.R.L, através do jornal ‘Liberdade’, buscava diminuir a administração de Gratuliano e fazia acusações a José Américo de Almeida sobre sua administração no ministério da Viação” (SOUZA NETO, 2012, p. 83). Uma outra acusação levantada era sobre a presença de parentes que compunham as bases desses partidos. Sobre a parentela presente no Partido Progressista, membros do PRL afirmavam que:

(...) Manuel Velloso Borges, candidato senatorio Partido Progressista, seu irmão sr. Virginio Velloso Borges, cunhado Padre Mathias Freire, **primo do sr. José Américo, chefe do citado partido. O interventor Gratuliano Brito, seu primo**, é candidato a deputado federal. O sr. Ruy Carneiro e seu cunhado sr. José Vieira Lira são candidatos a deputados federais, sendo o primeiro **irmão do sr. Alcides Carneiro que é genro do sr. José Américo**, candidato a senatoria pelo Partido Progressista. **Nas chapas para senadores e deputados federais e estaduais figuram doze parentes e contra parentes do sr. José Américo**, bem como seis perrepistas inimigos ferrenhos do saudoso e grande presidente João Pessoa. (*A União*, 08 de novembro de 1934, grifos nossos)

Mais uma vez a parentela do ministro da Viação ganhou destaque nos jornais, além disso notamos também a presença daqueles que antes eram inimigos, concorrendo lado a lado dos antigos revolucionários de 1930. A parentela também se fazia presente nas bases do Partido Republicano Libertador (PRL), como destacado no Jornal *A União* de 20 de outubro de 1934, em que membros do PP denunciavam: “(...) parece uma casa de família Carlos Pessoa e irmão. Estevão de Avila Lins e irmão; Clovis Satyro e irmão; Luiz Galdino de Sales e cunhado etc”. Após as eleições, os candidatos do PP ficaram com a maioria das vagas. Dos trinta deputados estaduais eleitos, apenas três pertenciam ao PRL, partido esse que ocupou apenas uma vaga na Câmara Federal.

Chegado ao fim do Governo Provisório, e Getúlio Vargas eleito presidente, pediu a José Américo de Almeida que não se afastasse de sua função de ministro, no entanto Almeida tinha o entendimento de que a sua missão estava cumprida. Quando do seu afastamento do Ministério

¹⁰¹ Mais informações sobre o processo eleitoral de 1934 e as mudanças empreendidas pela Assembleia Nacional Constituinte, vide: SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999; e GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

da Viação e Obras Públicas, Getúlio Vargas escreveu um documento atestando a eficiência de seu auxiliar.

(...) Pela retidão do caráter, pela perfeita lealdade de sua conduta, pela grande inteligência e alta compreensão dos nossos sérios problemas administrativos e sociais Vossa Excelência conseguiu realizar uma obra que honra e dignifica os postulados da Revolução. As populações das zonas flageladas guardarão para sempre o nome de V. Excelência. Filho daqueles regiões antes desamparadas teve a fortuna de contribuir decisivamente para melhorar o sofrimento do sertanejo, pondo em prática, sábia e seguramente, o problema da utilização econômica das terras devastadas pela seca. (*Apud* LUNA, 2000, p. 56-57)

No pleito de outubro de 1934, Argemiro de Figueiredo¹⁰² foi eleito Governador do Estado. Desde 1933 era ele quem ocupava o cargo de presidente do Partido Progressista (PP). Foi José Américo de Almeida, que na condição de chefe oligarca da política paraibana, indicou o nome de Argemiro para concorrer a vaga de Governador. Almeida afirmou à Aspásia Camargo:

Minha participação foi decisiva, porque o partido estava dividido e **minha preocupação era exatamente promover a reconciliação**. O interventor era Gratuliano de Brito, e eu cheguei à evidência de que ele não tinha condição de permanecer, porque estava impopular. (...) Quem me pareceu equidistante foi Argemiro, e, com grande esforço, com grande trabalho, **posso dizer que impus sua candidatura**. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 250, grifos nossos)

Com essa decisão, José Américo de Almeida abriu mão de Gratuliano Brito na chefia do Estado, além de ser seu primo o interventor era uma pessoa que sempre foi subserviente as suas vontades, quando este ocupava o Ministério da Viação. É difícil explicar o motivo pelo qual Almeida preteriu o nome de Gratuliano Brito, pois em quase a totalidade do país prevaleceu o critério de indicar aquele que ocupava a interventoria, esta que havia sido uma delegação do poder federal. A candidatura de Gratuliano Brito era tida como certa por seus correligionários, devido ao bom desempenho na administração do Estado. Porém, no momento da escolha desse representante o Partido Progressista (PP), dividiu-se em dois grupos “um liderado por Argemiro de Figueiredo e Odon Bezerra em defesa da candidatura de Gratuliano

¹⁰² Argemiro de Figueiredo nasceu no dia 09 de março de 1901 em Campina Grande – PB. Bacharel em direito, foi eleito deputado estadual em 1929. Em 1935 foi eleito governador da Paraíba, cargo este que ocupou até o dia 23 de novembro de 1937, quando foi nomeado Interventor Federal do Estado paraibano após o golpe do Estado Novo, permaneceu no poder até o dia 29 de julho de 1940. Foi, ainda, eleito deputado federal em 1946; senador em 1955 pela UDN; reeleito senador em 1963. Passou pelo PTB e filiou-se ao MDB após o golpe militar de 1964, onde ficou até o final do mandato na década de 1970. Faleceu em Campina Grande – PB no dia 14 de dezembro de 1982. Para saber mais informações vide o sítio eletrônico <http://www.senado.gov.br/senadores> (Data da consulta: 08/04/2015 – Hora: 19:48 min.).

Brito e outro arregimentado em torno do nome do industrial Virgínio Veloso Borges” (SOUSA NETO, 2012, p. 84). Alegando impopularidade do interventor e preocupado com uma possível ruptura do partido, Almeida decidiu-se por Argemiro de Figueiredo.

Em entrevista concedida a William Tejo já em 1974, Argemiro relatou como recebeu a notícia de que seria o candidato do PP ao Governo do Estado.

Certo dia, em que fui de Campina Grande para a capital, encontrando-me com o Ministro José Américo, este me pediu para acompanhá-lo e ouvi-lo no entendimento que ia ter com Gratuliano de Brito. Subimos as escadas do Palácio (por trás) e antes que ele se defrontasse com Gratuliano, disse-me: o Gratuliano não pode ser o candidato. Seria um golpe em Virgínio. E o candidato é o senhor, Dr. Argemiro.

Imediatamente repliquei, sob a alegação de que era secretário do governo Gratuliano, e esse necessariamente não poderia receber tal indicação. Repugnava-me derrotá-lo sabendo que ele desejava continuar na chefia do Executivo, mas o Ministro respondeu incisivamente: Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. – O candidato é o senhor.¹⁰³ (*Apud* SANTANA, 1999, p. 130-131)

Após as eleições de 1933, como não mais ocupava o cargo de ministro da Viação, Getúlio Vargas convidou José Américo de Almeida para assumir a embaixada do Brasil no Vaticano, através de uma carta escrita em julho de 1934, destituía-o das funções de ministro da Viação e Obras Públicas e convidava-o para assumir a função de embaixador junto a Santa Sé. A nova missão foi negada por Almeida que dizia não querer se afastar por completo da política do país. Esse documento, dizia:

Prezado e eminente amigo e embaixador José Américo de Almeida.

Ao conceder a Vossa Excelência a exoneração, que me solicitou, do cargo de ministro de Estado dos Negócios da Viação, quero significar-lhe, mais uma vez, os sentimentos de particular apreço pelos relevantes serviços que prestou à nação, durante a sua fecunda e esclarecida gestão naquela pasta.
(...)

Seguro de que Vossa Excelência, na chefia da embaixada brasileira junto a Santa Sé, continuará a elevar o renome do Brasil, formulo os mais sinceros votos para que tanto nesse como em outros cargos, sejam os seus talentos aproveitados em benefício do progresso da nossa pátria.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe as minhas saudações mui cordiais.

Getúlio Vargas¹⁰⁴

¹⁰³ “Virgínio Veloso Borges era um importante industrial ligado a cana-de-açúcar. Juntamente com seu irmão, Manuel Veloso Borges (deputado constituinte eleito em 1933 e senador em 1934). (...) Assim como Gratuliano Brito, também era parente do Ministro José Américo, e a época do período eleitoral ocupava o cargo de presidente da Associação Comercial da Paraíba. (...)” (SOUSA NETO, 2012, p. 84)

¹⁰⁴ A carta-convite escrita por Getúlio Vargas à José Américo de Almeida encontra-se no ANEXO E deste trabalho, p. 146.

Assim, no final do ano de 1934, Almeida lançou a sua candidatura para concorrer a uma das vagas do Senado, nas eleições de janeiro de 1935. Contando com a maioria absoluta, o Partido Progressista (PP) conseguiu eleger Argemiro de Figueiredo para governador do Estado e, José Américo de Almeida e Manuel Veloso Borges para o senado, além de 27 das 30 cadeiras do legislativo estadual; e também oito entre as nove vagas para deputado federal.

No bojo desse processo, sob a incontestada liderança do “AMERICISMO”, a Paraíba realizara a transição do regime discricionário para o regime constitucional, partindo para elaboração de sua Constituição que, por sua vez, conservaria e preservaria os fundamentos do mandonismo local. Estes, assegurados pela reprodução das tradicionais relações de produção fundamentadas por relações pessoais de dominação política, subordinaram a massa explorada e as oligarquias locais ao controle do aparelho estatal, nos marcos dos espaços regionais. (SANTANA, 1999, p. 145)

Naquele momento, José Américo de Almeida, representava o político com maior prestígio aos olhos de Vargas, sendo ele o único auxiliar do governo provisório que havia permanecido até o final dessa etapa, e tendo ele muito contribuído com essa administração. Getúlio Vargas, considerou justo que a ele coubesse a presidência do Senado. Imposta essa situação, os políticos de Pernambuco não a apoiaram, temendo que a projeção de Almeida se transformasse em mais desenvolvimento para a Paraíba em detrimento do Estado vizinho. Esse desconforto dos políticos pernambucanos foi tanto que o interventor daquele Estado – Carlos de Lima Cavalcanti, escreveu uma carta a Agamenon Magalhães¹⁰⁵, que depois a encaminhou para Vargas. Neste documento Carlos de Lima Cavalcanti deixa bem claro que Pernambuco não apoiará a candidatura de José Américo de Almeida para a presidência do Senado. Ele diz:

Concordo plenamente em que caiba ao Norte a presidência do Senado, máxime tendo-se em vista a grande importância que a esta região assegurou o advento do governo revolucionário. (...)
Entretanto, poder-se-ia cogitar de outro nome, que não o do sr. José Américo. (...)
Pernambuco, e não eu pessoalmente, tem relevantes razões para assim opinar. Durante a permanência desse político paraibano no Ministério da Viação, o nosso estado teve um tratamento que muito concorreu para que o seu desenvolvimento fosse entravado. (...)

¹⁰⁵ Carlos de Lima Cavalcanti participou ativamente das conspirações ao lado dos aliancistas em 1930. Para saber mais vide nota de número 60 deste trabalho, p. 66. Agamenon Magalhães nasceu no ano de 1893 em Pernambuco. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1916. Em 1929-1930 apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. Foi eleito deputado federal em 1933 e em julho de 1934 foi nomeado Ministro do Trabalho Indústria e Comércio. Nos anos 1950 foi eleito governador do Estado pernambucano. Faleceu no ano de 1952 na cidade do Recife-PE. Para mais informações a respeito vide o site eletrônico: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes (Data da Consulta: 08/04/2015 – Hora: 16:05 min.).

Há ainda a ponderar que a maior expressão política do Norte é, incontestavelmente, Pernambuco. (CAVALCANTI, 19 de março de 1935) ¹⁰⁶

O descontentamento dos pernambucanos também estava relacionado com o investimento no combate as secas, como já foi mostrado anteriormente, José Américo de Almeida investiu fortemente nos Estado da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, onde se encontravam a maior parte dos seus aliados. Almeida explicou-se sobre esse atrito afirmando que:

O motivo era que eu, com ministro, não dava a Pernambuco exatamente o que Pernambuco queria. Mas minha dificuldade era essa: nunca se considerou o interior de Pernambuco como uma área seca nas campanhas anteriores; portanto, não havia projeto, eu não podia fazer obra sem projeto. Depois fiz muito por Pernambuco. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 256)

José Américo de Almeida já estava decepcionado com os rumos que a política partidária, pós-30, havia tomado, não só na Paraíba mais em todo o país. Somando-se ao desentendimento com os políticos pernambucanos, Almeida concluiu que seria melhor não ocupar o cargo de presidente do Senado e ficou na casa por apenas três meses.¹⁰⁷ Com Argemiro de Figueiredo a frente do governo paraibano, Almeida se afastou mais ainda da política paraibana por acreditar que a política brasileira havia tomado o mesmo caminho de antes da “revolução” de 1930, com as antigas oligarquias ocupando cargos nas novas administrações, com a compra de votos principalmente nas localidades mais pobres. Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo havia iniciado uma política de alianças com os mais diversos políticos – de remanescentes aliancistas a oligarquias contrárias aos ideais dos “revolucionários”, chegando até mesmo a colocá-los em posições estratégicas dentro do seu governo. Sobre esse descontentamento, José Américo de Almeida destacou:

Fiquei no Senado, mas depois que as coisas recaíam no que eram antes: a política era a mesma. A democracia não tinha lucrado muito; não se tinha aperfeiçoado. Eu tinha escolhido Argemiro de Figueiredo para governador da Paraíba contra a expectativa de amigos meus. E ele não estava dirigindo bem. Eu me desgastei muito com o caso da Paraíba Também. Renunciei ao mandato de senador e depois de três meses, renunciei também à chefia do partido da Paraíba e me afastei da Política. (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 244)

¹⁰⁶ O Bilhete escrito por Agamenon Magalhães, encaminhando a carta de Carlos de Lima Cavalcanti ao presidente Getúlio Vargas encontra-se no ANEXO F deste trabalho, p. 147.

¹⁰⁷ Durante esses três meses José Américo de Almeida fez apenas três discursos na casa, eles estão disponíveis no site do Senado Federal, e podem ser acessados em: http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Consulta_Parl.asp?p_cod_senador=1878&p_ano=1935 (Data da consulta: 19/06/2013 – Hora: 15:45 min.).

E completou,

Quando renunciei à chefia do partido, depois de eleito senador, já estava descontente com o governo de Argemiro de Figueiredo, que se tinha aproximado demais dos adversários de ontem. Eu queria que eles tivessem bom tratamento, mas não que tivessem posições-chave, devido à minha responsabilidade perante a família e amigos de João Pessoa. **Ele começou a chamar para auxiliares pessoas que se tinham incompatibilizado com a revolução. Não me conformava com isso porque parecia, de certa forma, uma traição à memória de João Pessoa.** (*Apud* CAMARGO, 1984, p. 250-251, grifos nossos)

Observando as palavras de Almeida, percebemos uma grande contradição entre a sua ação e a sua fala, pois ele condenava com muito vigor as práticas políticas que vinham se estabelecendo após o movimento “revolucionário” de 1930, porém as atitudes que ele tanto condenava, foram práticas corriqueiras em sua atuação política. Principalmente no período em que esteve à frente do Ministério da Viação e com o desenvolvimento das obras comandadas pela IFOCS, onde conseguiu arregimentar para o seu grupo político, o americanismo, muitos dos chefes locais donos de terras do interior da Paraíba que se beneficiaram com as obras de açudagem e construção de estradas. Através dessas obras, José Américo de Almeida conseguiu o apoio da grande massa de flagelados, que através da assistência despendida nos campos de concentração passaram a tratar o ministro como o Salvador desse povo, toda essa atuação contribuiu para consolidar o americanismo na Paraíba.

Dada todas as circunstâncias que contribuíram para o seu descontentamento, Almeida escreveu uma carta-renúncia anunciando o seu afastamento da vida pública, dizendo:

Surgi para a vida pública com a revolução. Sou uma criação das circunstâncias que dominaram esse período de transformação do cenário nacional. Revertido o Brasil às normas políticas, sinto-me demais nesses quadros. É preciso, demais, promover a rotação dos nossos valores públicos. (...) Desde 1930, a Parahyba vive por minha conta. É tempo de repontar outro nome que assuma essa responsabilidade.¹⁰⁸

Percebemos através dessa passagem que o próprio José Américo de Almeida discursa colocando-se como um líder que comandava a Paraíba desde a “revolução” de 1930, dado as circunstâncias decide afastar-se da política. Porém, mesmo demonstrando total interesse em manter-se afastado da política, e tendo entregado o comando político da Paraíba à Argemiro de Figueiredo, muitas foram as tentativas de alguns políticos para que Almeida não se afastasse, o

¹⁰⁸ A carta original encontra-se no Acervo da Fundação Casa de José Américo. A carta-renúncia escrita por José Américo de Almeida, encontra-se na íntegra no ANEXO G deste trabalho, p. 149.

próprio governador encaminhou um telegrama ao presidente Getúlio Vargas com um tom de apelo para que esse evitasse o afastamento de José Américo de Almeida, nesse telegrama Argemiro de Figueiredo recorreu para que se evitasse o afastamento de Almeida da vida pública, dizendo:

As ligações históricas Vossência com o estado que tenho honra de governar animam-me tomar liberdade solicitar interferência grande benfeitor leal amigo Paraíba sentido evitar afastamento José Américo de Almeida atividades públicas. Incalculáveis prejuízos nação particularmente estado decorrentes alheamento vida pública eminente brasileiro inspiraram apelo lhe está sebedi dirigido (...)

Argemiro de Figueiredo, Governador estado.¹⁰⁹

A Assembleia Legislativa também fez apelos nesse sentido e até mesmo o interventor do Estado da Bahia, Juracy Magalhães encaminhou carta ao próprio José Américo de Almeida lamentando o seu afastamento,¹¹⁰ nenhum destes conseguiu que Almeida mudasse de ideia.

Quando abandonou a sua vaga no Senado, José Américo de Almeida, solicitou ao Presidente da República a sua nomeação para ocupar o Tribunal de Contas da União (TCU)¹¹¹ e foi prontamente atendido por Getúlio Vargas.¹¹² Enquanto ocupou esse cargo, administrativo/burocrático, Almeida lançou *Boqueirão* e *Coiteros* (1935), duas novelas que não fariam tanto sucesso quanto a sua obra mais conhecida *A Bagaceira*. Seguindo o pensamento de Martha Falcão, em que afirma, que os dois anos que Almeida esteve afastado da política, não passaram de um “temporário eclipse político” (SANTANA, 1999, p. 240), em 1937 José Américo de Almeida retornaria ao cenário político, agora para concorrer ao cargo de presidente do país, pois era ele o único com projeção política suficiente para enfrentar a máquina governamental montada por Getúlio Vargas. A princípio, Almeida pretendia ser o candidato de Vargas que concorreria à presidência, e não aquele que disputaria contra Vargas, já que o então presidente não poderia lançar candidatura própria.¹¹³

¹⁰⁹ O telegrama de Argemiro de Figueiredo encaminhado à Getúlio Vargas, encontra-se no ANEXO H deste trabalho, p. 152.

¹¹⁰ Também se encontram anexadas a este trabalho a Carta de Juracy Magalhães a José Américo de Almeida, em que rende homenagens a sua atuação, no ANEXO I, p. 153; e a de Argemiro de Figueiredo a José Américo de Almeida, falando sobre o rompimento com o partido e sobre os políticos paraibanos, no ANEXO J, p. 154.

¹¹¹ A carta escrita por José Américo de Almeida pedindo a nomeação à Getúlio Vargas no Tribunal de Contas da União, encontra-se no ANEXO K deste trabalho, p. 156.

¹¹² A carta-resposta de Getúlio Vargas a José Américo de Almeida, concedendo-lhe o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, encontra-se no ANEXO L deste trabalho, p. 157.

¹¹³ Deixaremos aqui uma lacuna, uma vez que não é objetivo deste trabalho falar sobre a campanha presidencial de 1937 e o seus desdobramentos, porém para saber mais a respeito vide: SANTANA, Martha M. F. de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999; BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na Paraíba: O governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. 2012. 318 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. Ambos falam de maneira breve sobre a campanha presidencial de José Américo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que apresentamos teve por objetivo analisar a trajetória feita por José Américo de Almeida na política paraibana e brasileira, no intuito de compreender como se deu a formação de seu grupo político, o americanismo. Tendo como início o ano de 1928, quando este é convidado a participar como auxiliar no governo do presidente João Pessoa e finalizando no ano de 1935, quando devido a descontentamentos relacionados aos costumes políticos praticados na época, se afastou dos jogos políticos do Estado paraibano e do país.

Para conseguir entender o início da carreira política de Almeida foi preciso compreender como se deu a sua formação, inclusive na carreira pública. Desde muito cedo iniciou os estudos na cidade de Areia. Quando adolescente, por influência dos tios padres foi enviado para o convento de São Francisco, naquele tempo ser padre significava ter bastante prestígio. Como essa não era a sua vontade, abandonou os estudos religiosos e concluiu o ensino no Liceu Paraibano, e partiu para a Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se.

José Américo de Almeida recebeu a influência de seu tio Monsenhor Walfredo Leal, que além de padre era um político de grande prestígio na Paraíba. A presença deste e de seu outro tio, o padre Odilon Benvindo, favoreceram para que Almeida ocupasse os seus primeiros cargos públicos – Promotor de Justiça na comarca de Sousa (1908) e Procurador-Geral do Estado (1911). João Pessoa, presidente da Paraíba (1929-1930) também influenciou na formação política de José Américo de Almeida, pois foi através de seu convite que Almeida iniciou a sua vida na política paraibana de maneira mais direta.

Durante o comando político de João Pessoa à frente do governo paraibano, José Américo de Almeida já se destacava como importante auxiliar, tornando-se o braço direito do presidente do Estado. Quando da eclosão da Revolta na cidade de Princesa, no sertão paraibano, Almeida na posição de Secretário de Segurança Pública se destacou tomando a frente do comando das tropas paraibanas e buscando solucionar o impasse que estava posto.

É a partir da movimentação para a “revolução” de 1930, e, principalmente, após a morte do presidente João Pessoa, que percebemos como o nome de José Américo de Almeida ganhou destaque, atravessando a fronteira de seu Estado natal.

Ainda na Paraíba, Almeida tomou a frente do comando político do Estado bem como dos outros Estados do Norte/Nordeste. Juntamente com Juarez Távora ficou responsável por nomear todos os novos interventores que passaram a comandar as suas localidades em parceria

de Almeida, este é um tema que ainda não foi contemplado com uma pesquisa mais detalhada por isso não podemos indicar uma pesquisa mais específica e voltada para esse assunto.

com o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Foi indicado para assumir a função de Ministro da Viação e Obras Públicas. Antes de se afastar da Paraíba, indicou o nome de Anthenor Navarro para interventor, esse que iria comandar, sob as vontades dele, o Estado. A partir desse momento, José Américo de Almeida passou a indicar o nome de quem devia ou não assumir cargos de relevância para a política paraibana.

No Ministério da Viação e Obras Públicas recebeu poderes que jamais havia tido, e a partir daí pôde fortalecer as bases do seu grupo político, o americanismo. Utilizou-se da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS) para dar continuidade as ações iniciadas pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e assim conseguiu restabelecer a indústria das secas, a seu favor, fortalecendo ainda mais o seu grupo político.

Foi enquanto ocupava o cargo de Ministro da Viação (1930-1934) que José Américo de Almeida conseguiu se popularizar para além do seu Estado, com o apoio incontestado de Getúlio Vargas, pôde colocar em prática uma série de benfeitorias, principalmente na Paraíba que contribuíram para que o americanismo se tornasse a nova oligarquia dominante. Através da construção de estradas e dos açudes particulares, Almeida conseguiu o apoio dos chefes locais que se beneficiavam com tais obras; e através da assistência dada aos flagelados nos campos de concentração tornou-se o “Salvador do Norte”, aquele que foi responsável por não deixar morrer à mingua toda aquela população castigada pela seca.

O jornal *A União*, contribuiu para a divulgação do nome do ministro e de suas ações, mostrando como ele era “bom e generoso” para o Estado e para a sua gente. Porém, não podemos levar esse discurso oficial ao “pé da letra”, pois devemos lembrar que o periódico era o órgão oficial do Estado, e tinha a função de destacar os “grandes feitos” de José Américo de Almeida. Reforçando e legitimando um discurso em que Almeida era visto como “um herói” no combate à estiagem.

Nos jornais de oposição percebemos um outro tipo de discurso, como as críticas feitas ao político José Américo de Almeida que, no poder, beneficiava os seus parentes com cargos públicos.

As nossas pesquisas demonstraram que nas eleições de 1933 e 1934, o americanismo passou a dominar efetivamente a Paraíba, uma vez que o Partido Progressista (PP), comandado por José Américo de Almeida, conseguiu a quase totalidade das cadeiras disputadas no pleito. No entanto, apesar de ter uma projeção política destacada, e de conseguir o comando da política paraibana, Almeida se proclamou descontente com os rumos que a política havia tomado e decidiu se afastar de vez dos jogos políticos.

Percebemos uma certa contradição em suas justificativas uma vez que o próprio José Américo de Almeida contribuiu para que esses velhos costumes continuassem funcionando: ele mesmo havia sido responsável pelo retorno das velhas oligarquias ao poder, já que desenvolvia uma política de reaproximação com estas. A própria ação de utilização da IFOCS serviu para alimentar esse costume político de favorecimento dos fazendeiros e contribuiu para a troca de favores – o governo federal financiava a obra dentro de um espaço particular e o fazendeiro “beneficiava” a comunidade ao redor de suas terras em troca da mão-de-obra dos flagelados. Ou seja, mantinha velhas práticas de uma cultura política de alianças e aproximações com as velhas oligarquias.

Dessa maneira, percebemos que Almeida “dançava conforme a música”, isto é, para que o ministro continuasse liderando politicamente a Paraíba, era preciso contar com o máximo de alianças de líderes locais, e, assim, era mais do que necessário trazer para o seio do Partido Progressista da Paraíba (PP) aqueles antes julgados “inimigos”. Acreditamos que essa “contradição” entre o discurso e a prática de José Américo de Almeida está mais relacionada ao que ele queria fazer, e o que ele efetivamente precisava fazer para manter o seu grupo político dominando o poder no Estado paraibano.

Entendemos que o afastamento político de José Américo de Almeida se deu dentre muitos motivos que o deixavam descontente, principalmente pela política de conciliação desenvolvida por Argemiro de Figueiredo que trouxe para o PP alguns “inimigos” políticos de João Pessoa e também pelo fato de que o novo governador passou a comandar o diretório regional sem mais consultar a opinião de Almeida que na teoria, seria o chefe da oligarquia. Julgando ser o melhor, afastou-se da política paraibana e o comando político da Paraíba passou do americismo para o argemirismo – que tem Argemiro de Figueiredo como líder. José Américo de Almeida retornou ao cenário político em 1937 para concorrer a vaga de Presidente da República, devido ao golpe dado por Getúlio Vargas, que implantou o Estado Novo, a campanha presidencial foi interrompida e mais uma vez Almeida se afastou da vida política.

Por fim, acreditamos que este trabalho não é algo finalizado, uma vez que a atuação de José Américo de Almeida analisada por nós foi referente apenas ao Estado da Paraíba, com algum destaque para Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ficarão lacunas sobre como se deu a atuação do Ministro no restante do país, bem como a campanha presidencial de 1937. Um trabalho que poderá ser desenvolvido em uma futura pesquisa de doutorado.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Jornais:

Jornal **A UNIÃO**. Imprensa oficial do Governo do Estado da Paraíba. Período consultado: de setembro de 1928 a dezembro de 1934 (vários exemplares).

Jornal **BRASIL NOVO**. João Pessoa, 08 de setembro de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

Jornal **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 05 de julho de 1931. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

JORNAL DA LIBERDADE. João Pessoa, 16 de janeiro de 1932. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.

Anais de Eventos:

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. In: X Encontro Regional da ANPUH/MG, 1996, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996, v.6, p. 92-100.

Revistas Eletrônicas:

CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo. **Tempo presente brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia na perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta**. Tempo e Argumento, 2011, v.3. p. 245-264.

Eletrônicos:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/RomanceRegionalista>

<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/5>

<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/4>

http://ihgp.net/wellington_aguiar.htm

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias>

<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/11/plinio-lemos.html#.VY2z1PIViko>

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/11/1554774-viagem-pela-memoria-de-campos-de-concentracao-no-ceara.shtml>

<http://www.senado.gov.br/senadores>

http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Consulta_Parl.asp?p_cod_senador=1878&p_ano=1935

Outros:

DNOCS. **Barragens do Nordeste**: relatório. João Pessoa: DNOCS, 1935.

ESTADO DA PARAÍBA. **Administração do Interventor Gratuliano Brito – 1932-1934 (Relatório)**. João Pessoa: imprensa oficial, 1935.

Referência Bibliográfica:

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memória**: a “Revolução de 30” na Paraíba. 2006, 167 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

_____. **A fabricação do mito João Pessoa**: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). Campina Grande: EDUEFG, 2013.

ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo. **Cidade, seca e campo de concentração**: o início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933). 2015. 132 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978 [1966].

ALMEIDA, José Américo de. **Memória**: antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

_____. **O Ano do Nego**. João Pessoa: A União – Cia Editora, 1978 [1968].

_____. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª ed. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1982 [1934].

_____. **A Bagaceira**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997 [1928].

_____. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012 [1923].

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Construções e concepções sobre a cultura política na Paraíba republicana: reflexões historiográficas. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 47-84.

ASSIS, Guaracy Medeiros de. **“A Paraíba pequenina e doida”**: José Américo e a revolução de 30”. 2005, 179 p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba**: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). 2012, 318 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-57.

BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes”. In: **Revista Brasileira de História**. nº 23/24. São Paulo: ANPUH, 1991, p. 7-18.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CITTADINO, Monique. Apresentação. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 7-22.

_____. **Poder local, memória e cultura política**: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1965-1971). João Pessoa. Saeculum/UFPB, v. 16, 2007, p. 47-57.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas**. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. A nova história do poder político e a cultura política. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 25-46.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997 [1948].

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LEVILLAINA, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 141-184.

LEWIN, Linda. **Política e assistencialismo na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia** – Solidão e glória de José Américo. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1994.

_____. **José Américo de Almeida**. Série Histórica. João Pessoa: A União, 2000.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto?**: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

MELO, Fernando. **Epitácio Pessoa**: uma biografia. 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina de. & FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: **Culturas políticas na História**: novos estudos. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NETO, Lira. **Getúlio**: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio**: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida**: a saga de uma vida. 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2010.

RAPOSO, Eduardo. **1930**: seis versões e uma revolução. Recife: Massangana, 2006.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade**: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. 2009, 151 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978.

_____. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). 2007. 160 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

_____. O poder e as mutações da política na Paraíba pós-1930. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teantino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 85-107.

_____. SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930-1940). In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega *et al.* **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma Nova Ordem**: A Interventoria Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945). 2013. 166 p. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordeste: existência e consciência da desigualdade regional. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo Interventorial na Paraíba pós-30**: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934). 2012. 92 p. Monografia. (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: da planície à borda do altiplano. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1974.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

ANEXOS

ANEXO A: Fotografias dos flagelados trabalhando na construção de estradas, açudes e barragens durante os anos de 1930-1934¹¹⁴

IMAGEM 9 - Flagelados trabalhando na construção de açude – Ano de 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 10 - Irrigação das Várzeas do açude Icó (Ceará). Canal Principal de drenagem – Ano de 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

¹¹⁴ Todas as fotografias originais encontram-se no Acervo da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 11 - Açude São Gonçalo (PB) – setembro de 1933.



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 12 – Construção da estrada Boa Vista – Lagoa de Baixo (PB). Década de 1930



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo

IMAGEM 13 - Estrada João Pessoa (PB) – Goiana (PE). Turma de flagelados no leito da estrada. Ano de 1932



FONTE: Acervo fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

ANEXO B – Fotografias que mostram José Américo de Almeida acompanhando o andamento de obras da IFOCS, inaugurações e assistência aos flagelados.¹¹⁵

IMAGEM 14 - Açude Soledade – PB. José Américo de Almeida e outros – 01/05/1932



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 15 - Açude Soledade – PB. José Américo de Almeida, Ruy Carneiro e outros – 01/05/1932



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

¹¹⁵ Essas e outras fotografias podem ser encontradas no Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 16 – Inauguração do Açude Santa Luzia – PB. Setembro de 1933



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 17 - Visita do Ministro José Américo de Almeida no Nordeste (flagelados). Pombal e Souza – PB. Margem do Piranhas – Década de 1930



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 18 – José Américo de Almeida e algumas autoridades acompanhando o andamento das obras no Nordeste. Anos 1930



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação casa de José Américo.

IMAGEM 19 - Distribuição de água aos flagelados, em que se lê: A luta para receber uma lata d'água. S/d



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 20 – Inauguração da ponte Ministro José Américo de Almeida.
José Américo e outros políticos. Guarabira-PB – 1933



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

IMAGEM 21 – Inauguração do Açude ITANS. Rio Grande do Norte – 02/02/1936



FONTE: Acervo Fotográfico da Fundação Casa de José Américo.

ANEXO C – Carta de José Américo de Almeida a Anthenor Navarro, advertindo-o sobre a oposição a seu governo – 1931 ¹¹⁶

Antenor,

Prossigue a campanha insidiosa contra você, com o caráter mais infame.

Imagine que tenho sido interpelado sobre se você é proprietário de uma pensão de mulheres; sobre a procedência da venda da cifra de João Pessoa, atribuída a seu pai, etc.

Essa miséria vem repontando na imprensa, embora de maneira mais disfarçada.

O *Diário Carioca* é o maior arauto da intriga. Não contando com esse elemento, porque não tenho, como outros, o gabinete cheio de jornalistas, nem procuro pavoneá-los, não disponho de meios diretos para desfazer certas infâmias em curso.

Só conto com *O Jornal*, que deu uma entrevista minha a seu respeito e tem publicado diversas notas, a meu pedido, inclusive a que desmentiu a suposta escolha feita por você de seu pai para secretário do Interior.

O Chateaubriand, apesar de seus defeitos, não pode deixar de merecer minha atenção pela carinhosa e heróica assistência jornalística que nos dispensou, durante toda nossa luta. Ele tem queixas contra você pelo telegrama que você lhe passou e pelas referências que ele tem feito, a propósito da revelação da maneira por que Minas ia nos remeter armas e munição. Mas ele tem em assegurado que publicou aquela nota já no governo de Álvaro de Carvalho, quando a Paraíba parecia quase rendida e porque, realmente, Minas não tinha preparado a remessa. Nenhum prejuízo, portanto, podia decorrer da indiscrição, feita com propósitos políticos. E ele me assegurou que, em atenção a mim e à Paraíba, não tocaria no seu nome.

E, como tivesse iniciado uma campanha contra Juarez, pedi-lhe que a sustasse, no acedeu, fazendo-lhe hoje apenas ligeiras referências sem gravidade.

O que, porém, está ultimamente me intranquilizando ou, melhor, me colocando mal perante o governo é que o Getúlio já vai sentindo a sua hostilidade.

Em carta confidencial, dirigida ontem de S. Lourenço a Osvaldo Aranha, ele deixa escapar. “Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos do João Pessoa, para atender às indicações do José Américo e do Távora parece não me estar compreendendo.”

E depois: “Nada digas ao José Américo, que se tem conduzido com tão alta correção, porque seria amargurá-lo sem necessidade.” Ele alude a seus discursos, declarações à imprensa etc. São versões que chegam envenenadas, além de outras insinuações cuja procedência o próprio Getúlio reconhece, julgando-a suspeita, quando diz: “Pode haver algum intuito de intriga.”

Você bem compreende quanto é melindrosa a minha situação, como membro do governo e parte integrante da situação que você representa na Paraíba. Porque, ainda mesmo que você omita essa responsabilidade, como fez agora, na entrevista telegráfica ao jornal *A Batalha*, aludindo à vida política

¹¹⁶ O original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.

do estado e até aos problemas da administração ligados ao Ministério da Viação, como se eu não existisse, ninguém poderá esquecer que eu joguei a minha vida cem vezes pelos nossos destinos e que eu só valho aqui no Rio pelo que João Pessoa disse de minha ação a todos os homens de representação, quando de sua vinda, para assistir à leitura da plataforma.

Eu a nada aspiro senão cumprir os deveres do posto que me foi outorgado, principalmente nos benefícios que possa angariar para nossa terra, a que tenho procurado servir com a possível solicitude. Mas não poderei continuar como Ministro se a Paraíba fica em divergência com o governo de que sou auxiliar.

Você de longe colabora num grande erro de interpretação quanto aos rumos da ditadura. Nós do Norte só podemos contar com Juarez. E Juarez só tem dois amigos verdadeiros entre os políticos civis do sul: Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Só eu sinto como o primeiro procura prestigiá-lo, dar-lhe forças para poder contar com o seu apoio; como o segundo, com a maior ternura de amigo e maior solidariedade de patriota, vive aqui a seu serviço. No Exército ele tem um grande amigo, talvez o maior: o Leite de Castro.

São essas as figuras do governo a que não podemos negar a maior firmeza de relações porque representam a própria estabilidade de nossa canoa.

Você talvez seja um dos que têm a ilusão da ditadura militar. Creia, porém, que Juarez e o Norte seriam as maiores vítimas dessa ditadura. Eu bem sinto pelo contato que tenho com figuras de maior atuação, como Góis Monteiro e outros e com os próprios tenentes amigos de Juarez, como o Exército está trabalhando por ambições e dissensões. Agora mesmo o Medonça Lima ia acendendo o facho no Sul. Queriam levar no arrastão o próprio Isidoro. Foi tudo, afinal, anulado num significativo movimento de prestígio a Leite de Castro. Em suma: a maioria dos políticos do Sul, principalmente os “bernardistas” de Minas, com o *Diário Carioca* como porta-voz aqui; os democráticos de S. Paulo e os da Bahia querem devorar Juarez. Nas classes armadas, como ainda esta semana me anunciaram o Mamede e o Jurandir, não é menor o trabalho de sapa. Todo o nosso apoio portanto está sem contar com os elementos fiéis do Exército, na solidariedade que vínhamos mantendo com os verdadeiros revolucionários civis, entre os quais nenhum é mais sincero do que Getúlio e Osvaldo Aranha. Como, pois, gerar essa incompatibilidade?

Quero mesmo dizer-lhe que achei exagerado aí o movimento de hostilidade contra João Neves, refletindo-se no próprio governo, cuja decisão não poderia ser considerada favorável à firma devedora, porque apenas a mandaria para as vias judiciais.

Não se saberia que a justiça do Rio Grande do Norte fosse tão periclitante, a ponto de não poder assumir a responsabilidade desse julgamento.

Demais, João Neves agiu como simples advogado que é, sem nenhuma simpatia de Osvaldo Aranha, com quem não conta.

Demais, por questões estranhas à Paraíba, não poderia esquecer a defesa formidável que João Neves lhe consagrou nos dias em que ela ia soçobrando, a termos de permitir o seu achincalhe no próprio

órgão oficial. Isto que eu não diria a ele nem a ninguém, estou dizendo a você com a mesma franqueza rude que, como bem sabe, nunca deixei de ter para o próprio João Pessoa.

Com as responsabilidades que criei na política da Paraíba na luta de Princesa, vivo a receber, a cada instante, queixas e reclamações que nunca lhe encaminhei para não embarçar a sua administração que, conforme não em canso de proclamar perante os amigos, é a mais pura e a mais profícua.

Pedi-lhe a nomeação do dr. Diniz para promotor de Campina Grande, por interesse do Chateaubriand e de outros amigos daí, não sendo atendido nem me apoquentando por isso. Reclamei contra a nomeação de José Tavares para adjunto de promotor daquela comarca, por saber que ele foi um grandessíssimo canalha e dever sabê-lo mais do que os seus informantes que contrariaram esse meu conceito. E ele não só continua no lugar, como está em pleno exercício da promotoria, sem que eu houvesse protestado contra isso, ao menos com o direito que tenho de promover a defesa da memória de João Pessoa. Só lhe peço – e disto faço questão, – que a Paraíba não seja ingrata para com Getúlio e Osvaldo Aranha, como não deve ser para Juarez.

Com que força moral me sinto eu para estar com a sua pessoa e o seu governo, incorrendo aqui em tremendas prevenções, se a impressão que se vem formando é que se diversificam as nossas atitudes em relação à política central?

Os jornais oposicionistas já chegaram a intimar-me a tomar posição.

Não penso que assim me expresso por amor a um cargo que representa os maiores sacrifícios da minha vida. É porque eu quero ser leal e coerente como sempre fui.

Para você compreender a natureza da campanha que lhe é assacada, junto-lhe uma carta mandada pelo Getúlio ao Osvaldo, entre outros papéis.

Esta é toda confidencial; apenas tem conhecimento dela o dr. Jaime Távora, a quem a ditei.

Do

José Américo de Almeida

ANEXO D – TABELA VI: Quadro comparativo das verbas orçamentárias de 1930 a 1934¹¹⁷

VERBAS		ORÇAMENTO				
		1930	1931	1932	1933	1934
1º	Secretaria de Estado	1.693:220\$000	1.498:270\$000	1.534:420\$000	1.534:420\$000	1.534:420\$000
2º	Correios e telégrafos	142.220:189\$070	121.787:733\$070	119.678:980\$000	120.735:896\$000	124.100:576\$000
3º	Estradas de Ferro Central do Brasil (inclusive Rio do Ouro e Terezópolis)	208.252:366\$248	166.784:510\$000	171.117:700\$000	170.715:100\$000	171.476:240\$000
4º	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	29.179:820\$000	21.150:635\$000	21.150:280\$000	22.500:000\$000	22.466:000\$000
5º	Rede de Viação Cearense	12.193:788\$890	8.420:999\$500	8.242:080\$000	8.242:080\$000	8.242:080\$000
6º	Inspetoria Federal das Estradas (inclusive estradas subordinadas e garantia de juros)	16.350:604\$000	12.482:651\$367	12.533:510\$000	12.741:583\$000	14.538:676\$000
7º	Departamento Nacional de Portos e Navegação	21.719:420\$500	11.925:208\$000	10.405:520\$000	10.703:120\$000	10.723:120\$000
8º	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas	11.373:320\$000	8.885:310\$000	2.284:560\$000	12.734:560\$000	50.304:560\$000
9º	Departamento de Aeronáutica Civil	—	—	277:600\$000	977:600\$000	5.311:600\$000
10º	Estradas de Rodagem Federais	28.476:311\$567	30.000:000\$000	5.946:389\$897	6.000:000\$000	12.000:000\$000
11º	Inspetoria Geral de Iluminação	3.803:675\$000	3.551:655\$000	3.523:995\$000	3.827:795\$000	26.956:745\$000
12º	Subvenções	29.457:654\$000	30.627:654\$000	31.177:654\$000	31.177:654\$000	34.219:876\$000
13º	Eventuais	50:000\$000	5:000\$000	5:000\$000	5:000\$000	5:000\$000
14º	Pessoal em disponibilidade e adido	1.053:096\$000	863:042\$960	2.765:000\$000	2.100:000\$000	1.500:000\$000
15º	Construções, melhoramentos e aparelhamentos	—	—	—	—	46.920:000\$000
	Impressões e Publicações Oficiais	—	—	—	180:000\$000	—
	Fundo para a construção e melhoramentos nas estradas de ferro da União	16.000:000\$000	16.000:000\$000	—	—	—
	Estrada de Ferro Oeste de Minas	27.040:440\$000	—	—	—	—
	Inspetoria Águas e Esgotos	20.265:928\$000	—	—	—	—
TOTAL		569.119:843\$275	433.982:688\$897	400.642:688\$897	404.210:808\$000	530.334:893\$000

FONTE: BARBOSA, 2012, p. 270

¹¹⁷ O Quadro na íntegra encontra-se em: ALMEIDA, José Américo de. As Rendas do Ministério. In: **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2ª edição. Coleção Mossoroense. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1982 [1934], p. 55.

**ANEXO E – Carta escrita por Getúlio Vargas destinada à José Américo de Almeida, destituindo-o das funções de Ministro da Viação e Obras Públicas e, convidando-o para assumir a função de embaixador junto a Santa Sé – Vaticano.
Rio de Janeiro, julho de 1934.¹¹⁸**

Prezado e eminente amigo embaixador José Américo de Almeida.

Ao conceder a Vossa Excelência a exoneração, que me solicitou, do cargo de ministro de Estado dos Negócios da Viação, quero significar-lhe, mais uma vez, os sentimentos de particular apreço pelos relevantes serviços que prestou à nação, durante a sua fecunda e esclarecida gestão naquela pasta.

Pela retidão do caráter, pela perfeita lealdade da sua conduta, pela grande inteligência e rara compreensão dos nossos mais sérios problemas administrativos e sociais, Vossa Excelência conseguiu realizar, no alto posto que lhe confiou o Governo Provisório, uma obra que honra e dignifica os postulados da Revolução brasileira. As populações da zona flagelada do Nordeste guardarão, para sempre, o nome de Vossa Excelência. Filho daquelas regiões, antes desamparadas, Vossa Excelência teve a fortuna de contribuir, decisivamente, para minorar os sofrimentos dos sertanejos nordestinos, pondo em prática, sábia e seguramente, o programa de utilização econômica das terras devastadas pelas secas. Administrador escrupuloso, com larga visão política, espírito dedicado ao estudo e análise minuciosa das questões nacionais, Vossa Excelência tornou-se merecedor da simpatia dos seus concidadãos.

Seguro de que Vossa Excelência, na chefia da embaixada brasileira junto à Santa Sé, continuará a elevar o renome do Brasil, formulo os mais sinceros votos para que tanto nesse como em outros cargos, sejam os seus talentos aproveitados em benefício do progresso da nossa pátria.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe as minhas saudações mui cordiais.

Getúlio Vargas

¹¹⁸ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.

ANEXO F – Bilhete de Agamenon Magalhães (Rio, 22 de março de 1935) encaminhando a Getúlio Vargas a carta de Carlos de Lima Cavalcanti (Recife, 19 de março de 1935), na qual este afirma que Pernambuco não apoia a candidatura de José Américo de Almeida à presidência do Senado.¹¹⁹

Meu caro Presidente:

O Carlos continua *entalado* . . . como o sr. verá pela carta que lhe envio. Quarta-feira, o sr. dirá como devo responder. O meu amigo, o deputado Olavo Oliveira, já chegou. Estou *desintoxicando o flagelado* do veneno partidário, para levá-lo aí em ponto do sr. conduzi-lo ao melhor caminho.

Do Agamenon

Meu caro Agamenon,

Ciente, pela sua carta, das considerações do sr. Getúlio em torno da futura presidência do Senado, peço-lhe, antes de tudo, agradecer ao nosso muito prezado amigo, em meu nome, a atenção que teve para comigo e principalmente para com Pernambuco, procurando ouvir-me em primeiro lugar sobre o delicado assunto. Grato por mais essa prova de distinção e amizade, desejo, também, desde logo salientar que sempre estou pronto a prestar-lhe a minha colaboração, dedicada e leal, para que se torne menos espinhosa a missão de governar que ele, tão patrioticamente, desempenha. Nenhuma dificuldade lhe criei até hoje, nem lhe criarei adiante. Haja visto o incidente com o sr. José Américo, que não levei adiante, como pretendia, apenas para que não surgissem embaraços à ação do nosso amigo. Concorro plenamente em que caiba ao Norte a presidência do Senado, máxime tendo-se em vista a grande importância que a esta região assegurou o advento do governo revolucionário.

Adotado que seja o critério de conferir aos estados que oficialmente se insurgiram contra o governo passado as posições mais destacadas no atual regime, realmente a Paraíba estaria indicada para figurar na presidência do Senado. Entretanto, poder-se-ia cogitar de outro nome, que não o do sr. José Américo.

Pernambuco, e não eu pessoalmente, tem relevantes razões para assim opinar. Durante a permanência desse político paraibano no Ministério da Viação, o nosso estado teve um tratamento que muito concorreu para que o seu desenvolvimento fosse entravado. Na distribuição de verbas, como facilmente poderá o dr. Getúlio verificar mandando organizar quadros sobre o emprego dos créditos para as obras contra as secas, não teve Pernambuco, com três quartos de sua superfície sujeitos à calamidade, serviço de nenhum valor. As poucas estradas aqui construídas ficaram sem as respectivas obras de arte, de modo que, em sua quase totalidade, estão reduzidas a maus caminhos.

¹¹⁹ O documento original encontra-se sob os cuidados do Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC/FGV e pode ser encontrado em CAMARGO, Aspásia. Apêndice 8. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 494-495.

De uma pessoa com tais qualidades, que não hesita em fazer mal e prejudicar interesses de um estado com o propósito de ferir alguém, que se pode mais esperar? Concordar com a escolha desse nome seria, para mim, concorrer conscientemente para futuros males à minha terra.

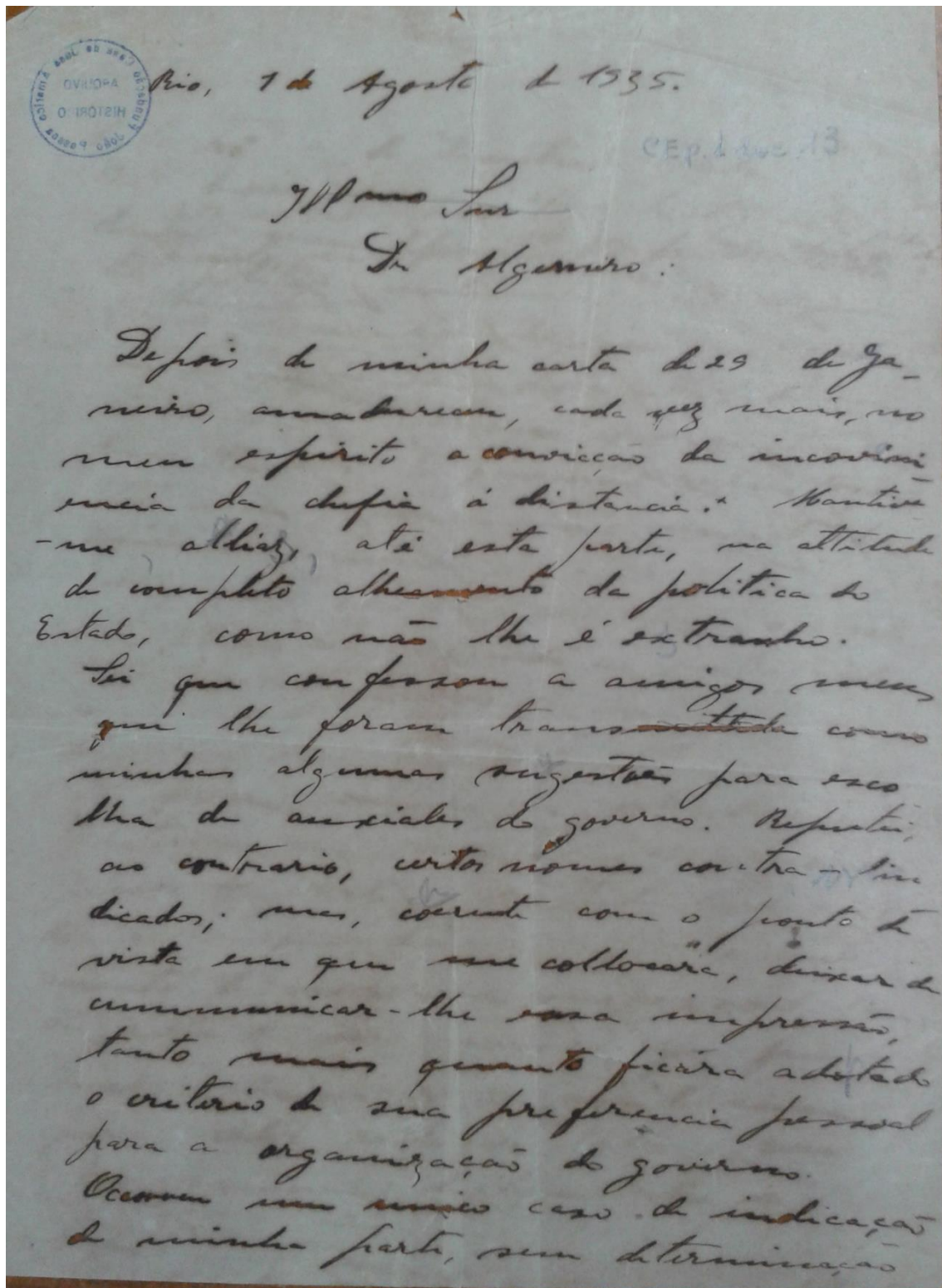
Há ainda de ponderar que a maior expressão política do Norte é, incontestavelmente, Pernambuco, que ainda tem, a seu favor, larga soma de serviços à revolução, concorrendo, como um dos elementos mais decisivos para a vitória do movimento de 1930. A deposição do governo Estácio Coimbra acarretou a queda de todo o Norte. E foi justamente essa queda que desarmou o governo central. Se, na fase pré-revolucionária, não sofreu como a Paraíba, a sua atuação tem sido sempre das mais destacadas no período revolucionário.

Concluindo, peço comunicar ao nosso eminente e prezado amigo dr. Getúlio que continuará a dispor inteiramente dos meus préstimos, mas que lhe encareço o afastamento do nome do sr. José Américo, no qual os representantes de Pernambuco não poderão votar, pelo mal que fez ao nosso estado.

Receba um abraço do seu amigo.

Carlos Lima Cavalcanti

ANEXO G – Carta-renúncia de José Américo de Almeida destinada a Argemiro de Figueiredo anunciando o seu afastamento da vida pública
Rio de Janeiro, 1 de Agosto de 1935 ¹²⁰



Rio, 1 de Agosto de 1935.

CEP. 1.000.13

Ylmo Sr.
 Sr. Argemiro.

Depois de minha carta de 29 de Janeiro, amadurecem, cada vez mais, no meu espirito a convicção da inconveniência da chupia a distancia. Mantive-me, aliás, até esta parte, na attitude de completo ~~abstimento~~ abstenção da politica do Estado, como não lhe é estranho.

Sei que confesso a amigos meus que lhe foram ~~transmittida~~ transmitida como minhas algumas sugestões para escolha de auxiliares do governo. Repetiu, ao contrario, certos nomes contra-indicados; mas, coerente com o ponto de vista em que me collocare, deixar de communicar-lhe essa impressão, tanto mais quanto ficara adoptado o criterio de sua preferencia pessoal para a organização do governo.

Ocorreu um unico caso de indicação da minha parte, sem determinação

¹²⁰ O documento original, do qual foi feita a fotografia, encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo, em seu acervo fotográfico.



exp. 1 de 13, 2

A legação a L. Demétrio Toledo.

Não dearam porém, dessa divergência acidental nem definitivo afastamento da política militante. Em seguida posso assegurar-lhe que as causas mais decisivas desta attitude não derivam de actos seus que me tenham descontentado. É o mesmo espirito que inspirou o documento inicial da minha renúncia.

Não seria capaz de abandonar o posto em plena luta, achando-se entretanto, o Estado organizado já me julgo com direito a esse repouso espiritual.

Se forem conjuradas certas discussões internas e, sobretudo, as preocupações de prestigio pessoal dentro do partido, se, enfim, houver junção e sentimento de cooperação indispensável terá o prazer de ver a causa que fundei, consolidar-se, ainda mais, para poder realizar todo o seu programma de bem estar da Parahyba.

Agradando as attenção que me



cap. 4 de 187

conseguiu, talvez, de coração, o maior
 ponto nas novas responsabilidades que
 the cabem.

Acho de receber com bondade
 apêllos. Nunca me esquecer
 de que sou por tyfano e
 de compromissos. Que me
 ligam ao bom senso.
 Obrigado

ANEXO H – Telegrama de Argemiro de Figueiredo a Getúlio Vargas apelando para que este evite o afastamento de José Américo de Almeida da vida pública
João Pessoa, 3 de fevereiro de 1935 ¹²¹

As ligações históricas Vossência com o estado que tenho honra de governar animam-me tomar liberdade solicitar interferência grande benfeitor leal amigo Paraíba sentido evitar afastamento José Américo de Almeida atividades públicas. Incalculáveis prejuízos nação particularmente estado decorrentes alheamento vida pública eminente brasileiro inspiraram apelo lhe está sendo dirigido mesmo fim por todos elementos governo povo paraibano. Queira Vossência aceitar protesto mais firme solidariedade e sincero reconhecimento.

Respeitosas saudações.

Argemiro de Figueiredo, Governador estado.

¹²¹ O documento original encontra-se no arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC/FGV e também pode ser lido em CAMARGO, Aspásia. Apêndice 7. In: **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 493.

ANEXO I – Carta de Juracy Magalhães a José Américo de Almeida deplorando seu afastamento da política e rendendo homenagem a sua atuação – Bahia, 8 de agosto de 1935¹²²

Meu caro José Américo:

Há dias estou para lhe escrever. Seria talvez desnecessário manifestar-lhe meu pesar pelo seu afastamento da atividade política, porém me permito significar-lhe a esperança de que essa resolução seja temporária e que Você volte a participar ativamente da sorte dos destinos nacionais.

Entre nós não há lugar senão para a sinceridade. Homem de eleição como Você não pode ficar como assistente de um drama perigoso, que tal o brasileiro. O país precisa de seus serviços. Aposente-se Você embora, eu, de mim, não prescindirei de seus conselhos e orientação em todos os momentos difíceis da nossa vida política. Acostumei-me a ter em Você o companheiro dileto dos dias incertos da conspiração de Tambaú, um amigo sincero com quem trocava impressões sinceras, um conselheiro arguto e honesto que me permitia acompanhá-lo sempre com prazer. Com sua saída, o campo político se amesquinha. O traço forte de sua personalidade vinculou-se de tal forma ao panorama político do Brasil que, esteja certo, a opinião pública inteira deplora a sua resolução. Resta a esperança de que Você lhe compreenda os anseios e firme em seu espírito a temporariedade de sua atual função. Desejava muito conversar com Você e tão logo possa irei procurá-lo no Rio. Isto tudo anda tão embrulhado que só Você poderia enxergar direito.

E de romances como vai? Apesar da pressa com que Você os diz ter feito, e é certo, achei-os excelentes, tanto o *Coiteiros* como o *Boqueirão*, sobretudo aquele.

Por aqui vai tudo em paz.

Lembre-me à d. Alice e aos seus e receba um abraço muito afetuoso do seu amigo *ex-corde*.

Juracy

¹²² O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.

**ANEXO J – Carta de Argemiro de Figueiredo a José Américo de Almeida sobre o rompimento deste com o partido e sobre os políticos paraibanos
João Pessoa, 19 de agosto de 1935 ¹²³**

Dr. José Américo

Recebi sua carta de 8 deste e já A União de ontem estampa o telegrama que me dirigiu destinado à publicação. Acatando, como sempre, sua nobre palavra, aceito o motivo que apresenta como fator maior de seu afastamento. Achava cedo, para um homem do seu vigor e vibratibilidade, esse desejo de repouso, tanto mais quanto não perdera o interesse pela obra política de sua fundação no estado. Efetivamente, decisão de tamanho acento só poderia ser tomada pela necessidade de atender a outros imperativos de espírito.

Felizmente, pouquíssimo teria concorrido para ela a divergência accidental a que alude, com alguns dos meus atos iniciais de governo. Aliás, esse mínimo de mágoa não deixou de surpreender-me e sensibilizar-me, apesar da sinceridade e delicadeza com que o destila o prezado amigo. Se tiver atos contra-indicados, não poderiam nunca ser inscritos à conta de consciente desacordo com a sua orientação, e de fato nenhum mereceu a advertência a que sua posição e confiança davam direito perante mim. Bem diverso era o que sucedia e era o que eu esperava estar sendo sentido pelo sr. Por isso, poderia ter alguma vez atribuído a sugestões suas a escolha de auxiliares, dos principais, tanto mais que, se não houvera quanto a eles indicações formais de sua parte, não faltaram conversação e entendimentos por onde seu juízo, colaboração e anuência ficaram expressos. Lembro-me perfeitamente da nossa troca de idéias, antes da sua partida daqui, sobre os nomes de Isidro, Borja e Antônio Pinto para composição de meu secretariado. Não seria nada ilícito se, embora merecendo todos minha admiração e preferência, eu os desse como eleitos também pelo seu conceito e parecer. Sabe que Virgínio, outro nome das nossas cogitações, não ocupou a prefeitura porque não quis. Não foram só os da escolha desses amigos os atos que poderiam entroncar-se em sua influência ou nos seus princípios. O desdobramento da Secretaria da Fazenda consumou-se porque a hipótese já fora admitida pelo sr. e porque conviria mais para o Borja, em vez do governo do município, um encargo diferente onde sua ação pudesse ser favorecida por outros estímulos. José Mariz, que entrou com a saída de Pinto, já houvera sido secretário e interventor interino com a confiança do sr. Guedes Pereira. Vinha de João Pessoa e dos governos discricionários posteriores, tido como homem de certa rigidez de processos, porém realizador, econômico e de probidade a toda prova. Seu deslocamento determinava-se ainda pelo objetivo de contratar-se um técnico de saúde pública com o curso especial de Manguinhos. Demérito Toledo escusou-se do convite feito para a escola em telegrama peremptório, só depois contrariando essa deliberação, quando já se dera o compromisso com o padre Nicodemos. A este, entretanto, não chamei por um propósito original: o espírito de concórdia fora estabelecido pelo sr., com o aplauso de todos nós, no início da nova fase, e, depois da luta eleitoral,

¹²³ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.

a aprovação à política de assimilação submetida ao sr. com a idéia de contemplar Ernâni Sátiro me autorizava a atrair outro elemento da mesma filiação, que se recomendasse por algum valor ao aproveitamento. O cel. Delmiro não fora da conspiração revolucionária, mas servira como comandante de coluna nas tropas de Juarez Távora, passava como oficial trabalhador e de certa competência, o que realmente vem demonstrando, recomendava-se como antigo instrutor da Força, e era ligado a Fernando Nóbrega, deputado da nossa organização. Para a diretoria do Liceu, afastado Otacílio que não a aceitou e trazido José Coelho para serviço de outro ramo técnico, não vi nenhum de conjunto superior ao Mateus Oliveira, num grupo de professores onde os novos de valor (Florentino, Oscar de Castro, Mauro, Juvenal, Aníbal Moura) não são catedráticos. Orris Barbosa é outro nome inteiramente sugerido por amigos de sua íntima aproximação. Deve compreender, em seu grande conhecimento do meio paraibano, que os nossos homens são esses mesmo e que ainda não se acha completo o quadro da geração que chega para substituir os valores antigos. Se a contra-indicação se formula tão-só no sentido da competência dos escolhidos, estou certo que o ilustre amigo nunca a identificaria em desinteresse de minha parte pela elevação do serviço público, hipótese em que, de fato, eu deveria incorrer no despreço de um cidadão do seu critério e responsabilidade.

Precisava essa explicação, assim detalhada, para retirar-lhe do espírito a menor sombra de dúvida em minha harmonia com a sua orientação. Envio-lhe também cópia de alguns telegramas meus ao sr., e do Rui trazendo-me sua palavra. Verá por tudo que, além de lembrança dos nossos colóquios pessoais, outros fatos me alimentavam a sensação de lhe estar ouvindo a tempo e praticando, em grande parte, seu pensamento. Estou assim convicto e seguro que não pequei em minha lealdade de correligionário, não diminui o sentimento da gratidão que devo ao sr., nenhuma vez me descuidei de seus direitos de chefe, nem depreciei por atos de voluntário desacerto os meus deveres com o estado.

Fico certo que o caro amigo, pesando tudo em seu alto senso de homem de bem, retificará a parte onde alguns dos meus atos possam aparecer concorrendo para sua renúncia à política. Essa parte, por diminuta que seja, será um desconforto à minha lealdade e às intenções que sempre alimentei a seu respeito. E sei que o sr. não quereria deixar nunca em ninguém, muito menos numa pessoa que lhe mereceu consideração das maiores, a mínima impressão de injustiça.

Aguardo suas prezadas ordens

Argemiro de Figueiredo

**ANEXO K – Carta de José Américo de Almeida endereçada a Getúlio Vargas
solicitando a sua nomeação para o Tribunal de Contas da União
Rio, 24 de junho de 1935 ¹²⁴**

Ilustre amigo Presidente Getúlio Vargas:

Atenciosas saudações. Venho pela primeira vez, pedir alguma coisa para mim.

Informou-me o dr. Orlando Vilela, secretário do ministro da Fazenda, que há duas vagas no Tribunal de Contas.

Ocorre, assim, uma oportunidade providencial para que eu possa atingir a minha constante aspiração de renúncia a qualquer atividade partidária.

Conquistaria ainda, desse modo, um ambiente que me pouparia, fora das assembléias políticas, ao choque de sensibilidade de amigo com a severa consciência de juiz que nunca deixará de regular, em qualquer esfera, o meu critério público.

Se me recomendo a esta investidura por meus diminutos serviços ao país, muito agradeceria a nomeação solicitada.

Sou de V. Excia., com elevada estima e consideração.

am.º at.º e obrg.

José Américo de Almeida.

¹²⁴ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.

**ANEXO L – Carta-resposta de Getúlio Vargas a José Américo concedendo-lhe a nomeação para o Tribunal de Contas da União
Rio de Janeiro, 25 de junho de 1935 ¹²⁵**

Prezado amigo senador José Américo.

Cordiais saudações.

Acuso o recebimento da sua carta de ontem, manifestando o desejo de ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas, em vaga que deverá verificar-se brevemente.

Posso afirmar-lhe que essa nomeação me proporcionará uma dupla satisfação: a de atendê-lo em sua aspiração e a de prover o cargo com um nome verdadeiramente digno da função. Caberia objetar, apenas, que o país perderá, na sua vida política e parlamentar, uma cooperação valiosa e brilhante, e mesmo a possibilidade de vê-lo atuar em mais altos postos da administração nacional, onde a sua passagem deixou notáveis traços de um espírito público à prova de todas as resistências, em matéria de honestidade, capacidade de trabalho e dedicação inflexível e inteligente aos altos deveres funcionais. Reconhecendo, entretanto, que o seu desejo de afastar-se da atividade partidária ou política é a reiteração firme de propósitos já manifestados anteriormente, só me resta conformar-me com semelhante resolução, sentindo-me ao mesmo tempo satisfeito por ter ocasião de poder concorrer para um ato que o prezado amigo julga corresponder a uma aspiração maduramente assentada.

Reitero-lhe a segurança da minha melhor estima e elevada consideração.

Getúlio Vargas

¹²⁵ O documento original encontra-se sob os cuidados da Fundação Casa de José Américo.